

NA BOCA DO LOBO

UMA CARTOGRAFIA CRÍTICA DA MINERAÇÃO DE LÍTIO, DA AMÉRICA LATINA AOS POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS DO VALE DO JEQUITINHONHA

JOÃO VITOR FERNANDES RORIGUES



Universidade Federal de Ouro Preto
Escola de Minas
Departamento de Arquitetura e urbanismo

João Vitor Fernandes Rodrigues

Na boca do lobo:
uma cartografia crítica da mineração de lítio, da América Latina aos povos e
comunidades tradicionais do Vale do Jequitinhonha

Ouro Preto

2025

João Vitor Fernandes Rodrigues

Na boca do lobo:
uma cartografia crítica da mineração de lítio, da América Latina aos povos e
comunidades tradicionais do Vale do Jequitinhonha

Trabalho Final de Graduação apresentado ao
curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Ouro Preto, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Flora d'El Rei Lopes
Passos

Ouro Preto

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R696n Rodrigues, João Vitor Fernandes.

Na boca do lobo [manuscrito]: uma cartografia crítica da mineração de lítio, da América Latina aos povos e comunidades tradicionais do Vale do Jequitinhonha. / João Vitor Fernandes Rodrigues. - 2025.
98 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Flora d'El Rei Lopes Passos.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Escola de Minas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo .

1. Lítio - Minas e Mineração. 2. Jequitinhonha, Vale (MG). 3.
Cartografia crítica. I. Passos, Flora d'El Rei Lopes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 711.4:622.012

Bibliotecário(a) Responsável: Sione Galvão Rodrigues - CRB6 / 2526



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE MINAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

João Vítor Fernandes Rodrigues

Na boca do lobo: uma cartografia crítica da mineração de lítio, da América Latina aos povos e comunidades tradicionais do Vale do Jequitinhonha

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura em Urbanismo

Aprovado em 05 de setembro de 2025.

Membros da banca

Profa. Dra. Flora d'El Rei Lopes Passos - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Profa. Dra. Monique Sanches Marques - Universidade Federal de Ouro Preto
Msc. Esther Guimarães - CEDEPLAR/UFMG e MAM

Flora d'El Rei Lopes Passos, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07/10/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Flora Del Rei Lopes Passos, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/10/2025, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0991941** e o código CRC **F444C54F**.

agradecimentos

Aos meus pais, Alessandra e João, que, com amor e carinho, me possibilitaram trilhar esta jornada. À minha família, às minhas tias e, especialmente, às mulheres da minha vida: Maria Tereza, Honorina, Solange e Fernanda. À Camila e aos meus amigos de Capelinha, que, mesmo com os afastamentos que a vida impõe, sempre me ofereceram apoio. Ao Hian Augusto, pelo incentivo, pela generosidade e pelo apoio imprescindível à realização deste trabalho. À Clara Jara, pelo incentivo, pelas ideias e pela amizade que contribuíram diretamente para a construção desta pesquisa. À minha orientadora, Flora, que foi a linha que costurou todo este trabalho e quem mais acreditou em sua importância. Aos professores da UFOP, que me ensinaram não apenas Arquitetura e Urbanismo, mas também a enxergar novos horizontes. A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho.

E, por fim, a todos do Vale do Jequitinhonha: somos, fomos e sempre seremos resistência.

resumo

Este trabalho buscou investigar os atravessamentos entre território e mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, considerando as diferentes escalas de afetação que emergem desse processo. Parte-se da análise do Vale como uma região que, com a descoberta de grandes reservas de lítio, tornou-se epicentro da exploração do mineral no Brasil, impulsionada pela agenda global de desfossilização e pela chamada “transição energética”, voltada à redução da dependência mundial de combustíveis fósseis. Nesse contexto, o lítio se consolida como minério central dessa transição “verde”. O estudo busca evidenciar como essa nova corrida extrativista impacta os modos de vida locais, os territórios e as populações tradicionais do Vale, explorando escalas que vão do contexto latino-americano às comunidades tradicionais da região. Fundamentada na cartografia crítica, o trabalho propõe um mapeamento que, além de sistematizar informações sobre a mineração de lítio, confronta as narrativas hegemônicas que legitimam sua expansão. Dessa forma, articula-se uma reflexão sobre os desdobramentos da mineração nas escalas do corpo, da casa e do cosmos, compreendendo o território não apenas como um espaço físico, mas como campo de disputas, resistências e reconfigurações socioterritoriais, especialmente em um contexto marcado pela presença e pela força de um território majoritariamente negro.

Palavras-chaves: Lítio, Vale do Jequitinhonha, cartografia crítica, mineração

abstract

his work sought to investigate the intersections between territory and lithium mining in the Jequitinhonha Valley, considering the different scales of impact that emerge from this process. It begins with an analysis of the Valley as a region that, with the discovery of large lithium reserves, has become the epicenter of mineral exploitation in Brazil, driven by the global defossilization agenda and the so-called “energy transition,” aimed at reducing the world’s dependence on fossil fuels. In this context, lithium has consolidated itself as the central mineral of this “green” transition. The study aims to highlight how this new extractivist rush affects local ways of life, territories, and traditional populations of the Valley, exploring scales that range from the Latin American context to the traditional communities of the region. Grounded in critical cartography, the work proposes a mapping process that not only systematizes information on lithium mining but also confronts the hegemonic narratives that legitimize its expansion. In doing so, it articulates a reflection on the unfoldings of mining across the scales of the body, the home, and the cosmos—understanding territory not merely as a physical space, but as a field of disputes, resistances, and socio-territorial reconfigurations, especially within a context marked by the presence and strength of a predominantly Black territory.

Keywords: Lithium; Jequitinhonha Valley; Critical Cartography; mining.

lista de figuras

Figura 01 – Mapa dissidente da reserva de lítio no mundo	11	Figura 17 – Campanha internacional para divulgação do Lithium Valley no Nasdaq	43
Figura 02 – Feira municipal de Capelinha – MG	12	Figura 18 – Publicações do governador estimulando a narrativa do progresso graças ao Lítio	45
Figura 03 – Mapa de localização; Vale do Jequitinhonha; “Vale do Lítio”	16	Figura 19 – Post do Instagram da Sigma Lithium sobre Araçuaí x Salta	48
Figura 04 – Complexo industrial de lítio no Salar de Del Carmen, região do árido deserto do Atacama no Chile	18	Figura 20 – Cadeia de equivalência “eles” e “nós” respectivamente	48
Figura 05 – Mapa de localização Triângulo do Lítio e principais salares explorados	22	Figura 21 – Crianças da comunidade de Piauí Poço Dantas e arara Loura, sem seu par que perdeu ao ser eletrocutado por fios de alta tensão. Ao fundo a pilha de estéril da Sigma	49
Figura 06 – Projeção da Demanda Global de Lítio por aplicação (LCE kt)	23	Figura 22 – Festa do Divino Espírito Santo em Capelinha – MG	50
Figura 07 – Produção, reservas e recursos por país relacionados ao lítio	25	Figura 23 – Ilustração inspirada na capa de torto Arado.	51
Figura 08 – Comunidades protestam contra a exploração do lítio	26	Figura 24 – Contexto étnico-racial e a sobreposição de empresas de mineração de lítio	56
Figura 09 – Mapa de localização principais províncias afetadas pela mineração de lítio	27	Figura 25 – Colagem multiétnica	57
Figura 10 – Tabela periódica por abundância	30	Figura 26 – Escala de afetações (cosmos, casa e corpo).	58
Figura 11 – Mapa de abundância de impactos socioambientais	31	Figura 27 – Pilha de estéril da mineradora Sigma se estende sobre o riacho Piauí a poucos metros das residências da comunidade de Piauí Poço Dantas	61
Figura 12 – Jazida de lítio localizada em Itinga, explorada pela mineradora Sigma Lithium	32	Figura 28 – Protesto contra o megaempreendimento “Vale do Lítio”	63
Figura 13 – Fragmentos de reportagens encontradas com temas relacionados ao Vale do Jequitinhonha X Lítio X Vale do Lítio	34	Figura 29 – CEO da Sigma Lithium, Ana Cabral Gardner recebendo benção de indígenas do sul da Bahia	64
Figura 14 – Concessão de pesquisa para mineração de Lítio	36	Figura 30 – Mina de Lítio na cidade de Araçuaí, da Sigma Lithium	68
Figura 15 – Romeu Zema divulgando “Lithium Valley” na Nasdaq	39	Figura 31 – Tem água para o lítio. Cadê a água para o povo?	69
Figura 16 – Principais articulações espaciais do lítio do Vale do Jequitinhonha;	42		

Figura 32 – Relação cosmo X comunidade	69
Figura 33 – Cartografia do Cosmos	70
Figura 34 – Moradoras da comunidade de Piauí Poço Dantas lavam louça no riacho Piauí	72
Figura 35 – Rachadura em residência de Piauí Poço Dantas	73
Figura 36 – Artesã fazendo artesanato durante a festa do Capelinhense ausente.	77
Figura 37 – 1º Galpão Cultural de Capelinha	78
Figura 38 – Fachada reproduzida do 1º Galpão para a 37º festa do capelinhense	78
Figura 39 – Rezadeira – Canto místico	79
Figura 40 – Medicina doméstica e raizada	79
Figura 41 – Artesanato de barro	80
Figura 42 – Sistematização das Relações entre a Casa, a Mulher do Jequitinhonha e a Mineração de Lítio	81
Figura 43 – Cartografia Casa + cosmos	82
Figura 44 – Cartografia Casa + mineração	83
Figura 45 – Angela Marques Santos, moradora da comunidade de Piauí Poço Dantas	86
Figura 46 – Roça e as casas ficam perto de uma grande pilha de rejeitos da mineração de lítio, Piauí Poços Dantas	87
Figura 47 – Moradora de Coronel Murta, viaja por quase uma hora para chegar ao hospital em Araçuaí	88
Figura 48 – Morador reclama da estrutura atual e lamenta que investimentos não cheguem à saúde pública	89
Figura 49 – Cartografia do corpo	90
Figura 50 – Grupos culturais de Capelinha, expressando a cultura popular por meio de cantos e danças	91

lista de abreviaturas e siglas

ABC	Argentina, Bolívia e Chile	LCE	Lithium Carbonate Equivalent
AMG	Advanced Metallurgical Group	LED	Lighth-Emitting diode
ANM	Agencia Nacional de Mineração	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
APA	Área de Preservação Ambiental	MG	Minas Gerais
BMC	Bravo Motor Company	MPMG	Ministério Publico de Minas Gerais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Novo	Partido Novo
CBL	Companhia Brasileira de Lítio	ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira	OMS	Organização Mundial de Saúde
CEO	Chief Executive Officer	ONG	Organização não governamental
CESBRA	Companhia Estanífera do Brasil	PIB	Produto Interno Bruto
CETEM	Centro de Tecnologia Mineral	PL	Projeto de Lei
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais	PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear	PND	Planos Nacional de Desenvolvimento
CODEVALE	Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha	PT	Partido dos Trabalhadores
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito	SAM	Sul Americana Metais
CPMRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	SIGMINE	Sistema de Informação Geográfica da Mineração
CTAPME	Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos	SIGMINE	Sistema de Informações Geográficas da mineração
EUA	Estados Unidos da América	SP	São Paulo
EuChemS	European Chemical Society	TFG	Trabalho Final de Graduação
FARN	Fundación Ambiente y Recursos Naturales	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	UFVJM	Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri
GPD	Grandes Projetos de Desenvolvimento	UK	United Kingdom
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia	US	United States
IEA	International Energy Agency		
IEPHA	Instituto do Patrimonio Histórico e Artístico		
Kt	Kilo toneladas		

sumário

Apresentação	12
Introdução	13
2. O Vale do Lítio: Uma Ilusão Mineral	19
2.1 O novo extrativismo mineral: a corrida do lítio na américa latina	20
2.2 O “ouro branco”: a corrida do lítio no Vale do Jequitinhonha	33
2.2.1 “Vale do Lítio” e o “Lítio verde”: A construção do discurso nos jogos de narrativa	43
3. Quem matou mamãe-vovó; foi a trança do cipó	50
interlúdio	51
3.1 O cosmos: Aquilombando o entendimento das afetações do neoextrativismo do lítio	58
3.2 A casa: Viúvas de maridos vivos, as mulheres do Vale como força de construção do Jequitinhonha	71
3.3 O Corpo: territorialidades e corporalidades do Vale	84
Considerações finais	91
Referências	93

MAPA DISSIDENTE DO LÍTIO NO MUNDO

Figura 01 – Mapa dissidente da reserva de lítio no mundo.
Fonte: Produzido pelo autor, 2025.



Apresentação

Este trabalho não nasce apenas de uma indignação diante dos impactos que vêm sendo impostos ao Vale do Jequitinhonha. Ele surge, sobretudo, de uma consternação em relação à forma como, além da exploração predatória, a região tem sido submersa em discursos desenvolvimentistas que se alimentam de uma das mais profundas cicatrizes do Vale: a ideia de ser “o lugar do atraso”. Dessa forma, ao escrever este trabalho, não me coloco apenas na posição de pesquisador, distante e neutro, como tradicionalmente ocorre na academia. Não busco neste uma pretensa neutralidade técnico-científica, nem me afasto do objeto de estudo como se ele fosse algo externo a mim. Pelo contrário, assumo aqui um lugar de fala que transcende a figura do acadêmico, falo também como “*jequitinhonhense*” e capelinhense (regiões atingidas pela mineração de lítio).

No Vale do Jequitinhonha crescemos sob o olhar externo do preconceito e da pena, que nos reduz ao “Vale da pobreza” ou ao “Vale da miséria”, nos condenando ao fado do subdesenvolvimento e nos relega à condição de uma região sem utilidade para Minas Gerais, especialmente após o declínio da mineração tradicional. Mas que diante da mineração de lítio, agora vemos novos discursos desenvolvimentistas ganharem força, prometendo progresso. No entanto, esses grandes empreendimentos repetem velhos padrões de exploração já vistos no vale.

Meu objetivo é compreender esse processo, questioná-lo e, principalmente, denunciá-lo. Por isso, concluo esta apresentação assumindo que opto pela primeira pessoa do plural. Pois as palavras presentes neste trabalho não são apenas minhas, mas também dos autores que me ajudaram a desenhar esta pesquisa e das vozes das comunidades que, juntos, construímos este caminho.



Figura 02 – Feira municipal de Capelinha – MG.
Fonte: Do autor.

Introdução

O extrativismo que perdurou durante o período colonial no Brasil, assim como também em muitos outros países latino-americanos, estabeleceu uma das maiores cicatrizes históricas no país, já que foi baseada na exploração sistêmica de recursos naturais e na escravização de povos indígenas e africanos, reflexo da sociedade moderna capitalista que se consolidou com a colonização da América Latina. Se antes a exploração era principalmente de ouro e pedras preciosas durante o período pungente da colonização, hoje, enfrentamos um modelo de neoextrativismo que reforça as relações de dominação entre os países do Norte Global¹ (dominantes) e os países do Sul Global (dominados), demonstradas na exploração predatória de recursos naturais, como o lítio no chamado "triângulo do lítio" da América Latina, ou na exploração de mão de obra barata no México em fábricas pertencentes a corporações estrangeiras, majoritariamente estadunidenses.

O capital opera como um monopólio do esgotamento, ou seja, dentro da lógica capitalista tudo e todos são explorados ao máximo, até que percam sua utilidade e sejam descartados, dando lugar a uma nova “transição”. Muitas vezes, encaramos essa mudança com normalidade, sendo um processo natural do “progresso”, essa mudança para além de exploratória, é uma mudança política, fundamentada na relação entre preservação do poder hegemônico. Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), em "A nova des-ordem mundial", argumentam que o desenvolvimento do capitalismo deve muito "aos combustíveis fósseis-carvão e, depois, petróleo e gás. [...] a sociedade

industrial tal como se constituiu até aqui, sob as relações sociais e de poder capitalistas, é 'fossilista'" (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006, p.24).

Nos últimos anos, temos observado uma crescente preocupação mundial em relação às questões energéticas, principalmente no que tange à dependência dos combustíveis fósseis. Dessa preocupação, emergiram novos conceitos que pautam as principais discussões econômico-políticas sobre o tema. Um dos mais relevantes é o da transição energética. No entanto para Jean-Baptiste Fressoz (2014), tratarmos o conceito de transição como algo consolidado pode ser uma ilusão perigosa, uma vez que não possui um marco histórico. “Inventado” em 1975 como uma resposta para a "crise energética", Fressoz argumenta que o termo "transição energética" se popularizou nesse contexto por poderosas instituições. “Dizer "transição" em vez de "crise" tornava o futuro muito menos angustiante, ao vinculá-lo a uma racionalidade planificadora e gerencial”. (Fressoz, 2014, p. 2, tradução do autor). Ou seja, podemos concluir que de fato não há uma transição energética acontecendo, mas sim uma narrativa que é por si empregada por agências internacionais, uma vez que ao analisarmos historicamente e estatisticamente, nunca de fato abandonamos o carvão e transicionamos para o petróleo, e o mesmo para a energia nuclear. Ou seja, historicamente não passamos por momentos de transição, no qual há um abandono de um estado para outro, percebemos então que ao invés de uma disruptura com o recurso antigo, passamos por sucessivas adições de novas fontes de energia primária (Cataia; Duarte, 2022).

Esse conceito de transição então fundamenta-se na necessidade de uma mudança no modelo energético vigente, principalmente para uma fonte de energia mais “limpa”. Esse discurso no qual trata a urgência global da transição energética sustentável é ancorado principalmente sob a ótica de uma modernização ecológica. Acseirad *et al.* apresentam uma reflexão interessante sobre esse conceito, destacando que

O termo “modernização ecológica” ficou conhecido por designar uma série de estratégias de cunho neoliberal para o enfrentamento do impasse ecológico sem considerar sua articulação com a questão da desigualdade social. A estratégia da modernização ecológica é aquela que propõe conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso. Além de legitimar o livre-mercado como melhor instrumento para equacionar os

¹ Mesmo que a clássica divisão Norte-Sul, marcada pela oposição dominantes-dominados, se encontre em crise – tanto no plano geográfico quanto no simbólico e no político-econômico –, em razão da ascensão de países como China e Índia, que vêm ocupando o espaço de antigas potências europeias e constituindo ameaças sobretudo econômicas aos Estados Unidos, optamos, neste trabalho, por manter essa chave de leitura em função da herança da colonialidade nos territórios sul-americanos. Reconhecemos, entretanto, que desdobramentos futuros deste e de outros estudos poderão e deverão ser atravessados por essas novas perspectivas emergentes.

problemas ambientais, esta concepção procurou fazer do meio ambiente uma razão a mais para se implementar o programa de reformas liberais (Acseirad et al, 2009, p. 14).

Como defendido pelos autores supracitados, Haesbaert e Porto Gonçalves (2006), o capitalismo emerge a partir das relações entre os combustíveis fósseis e de poder. No entanto, nos últimos anos, pudemos observar de forma sistemática a incessante busca do capitalismo por um novo recurso energético, principalmente que se desvincule de combustíveis fósseis. Isso nos leva à chamada “desfossilização da economia”, que, de modo geral, pode ser entendida como a tentativa de empregar outros recursos energéticos além dos fósseis.

Nesse contexto, os minerais críticos² tornam-se epicentros desse processo, uma vez que são essenciais para os produtos da "nova energia". Carros elétricos, baterias de eletrônicos como celulares, notebooks e tablets são dispositivos hoje indispensáveis no cotidiano da maioria de nós. Em consequência dessa crescente dependência da sociedade em relação ao consumo de energia e a produtos cada vez mais tecnológicos que, por sua vez, demandam ainda mais energia, o capital, mais uma vez, se lança em busca de novas fontes renováveis de energia. Cataia e Duarte (2022) argumentam que se trata especialmente das energias provenientes do vento e do sol, o que, consequentemente, acende uma corrida por novas explorações minerais. Como ocorre em todo extrativismo mineral, esse processo conforma estruturas extremamente destrutivas, como ocorre com a exploração do lítio.

O lítio surge nesse contexto com ênfase nas últimas décadas, ganhando destaque global por ser a matéria principal das baterias de íon-lítio, baterias recarregáveis que são hoje fundamentais para fabricação de carros elétricos. Mas também pela sua aplicabilidade em diversas outras áreas, como na medicina a partir de medicamentos para transtorno bipolar, em graxas lubrificantes e ligas metálicas condutoras de calor, entre outros.

Dado o contexto global em que essa mudança no status do lítio se insere, percebemos sua crescente importância dentro desse processo não consolidado chamado de transição energética. Entendemos que esse minério se tornou uma peça-chave na economia e no cenário geopolítico atual, o que nos leva ao que se tem chamado de "corrida do lítio". Nesse contexto, países com reservas consideráveis do mineral buscam garantir sua inserção no mercado global para não ficarem à margem desse momento estratégico.

Podemos compreender, primeiramente, que as principais reservas de lítio do mundo estão concentradas na América Latina. Embora os dados ainda não sejam totalmente consolidados, estima-se que cerca de 57% do lítio global esteja no chamado “Triângulo do Lítio”, que engloba os países Argentina, Chile e Bolívia, com 22,1%, 11,2% e 24,4%, respectivamente (U.S. Geological Survey, 2021). Essa condição posiciona esses três países como peças-chave na disputa pelo recurso, resultando na formulação estratégica e política do chamado "Triângulo do Lítio". Bernardo Salgado Rodrigues e Raphael Padula (2017) explicam que essa grande concentração de reservas se deve ao fato de que essas regiões estão situadas em áreas de salares – locais que, há milhares de anos, eram cobertos por oceanos e que, com o processo de evaporação, se transformaram em vastos desertos de sal. Esse modelo de neoextrativismo na região já é alvo de debates e protestos devido aos impactos socioambientais gerados, afetando especialmente as comunidades tradicionais³.

Dessa forma, entendemos que o processo de mineração de lítio, mesmo sendo apresentado sob narrativas de “sustentabilidade”, continua sendo um processo extrativista predatório. Podemos observar que, em territórios onde a mineração de lítio está mais consolidada, os impactos da atividade são evidentes,

² Minerais críticos são recursos naturais essenciais para a economia global, especialmente nos setores de tecnologia e indústria de alta tecnologia. O termo "crítico" decorre tanto de sua importância dentro sistema econômico atual quanto do risco de escassez e da concentração geográfica de suas reservas e produção, resultando na dependência de um número restrito de países ou regiões. Exemplos incluem lítio, cobalto, terras raras e níquel. A União Europeia e os Estados Unidos, por exemplo, publicam periodicamente listas de minerais estratégicos para o mercado global, como o aqui já citado U.S. Geological Survey de 2021.

³ Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são grupos culturalmente diferenciados, com organização social própria e relação ancestral com territórios e recursos naturais, essenciais para sua reprodução cultural, econômica e espiritual. Reconhecidos pelo Decreto nº 6.040/2007, englobam 28 segmentos no Brasil, como indígenas (garantidos pelo art. 231 da CF) e quilombolas (art. 68 do ADCT), além de extrativistas, ribeirinhos e outros. Suas práticas – caça, pesca, coleta e sociobioeconomia (manejo de frutas, óleos, plantas medicinais) – conservam a biodiversidade e promovem modelos sustentáveis de desenvolvimento, alinhados à proteção de biomas e regulação climática.

especialmente em locais onde a relação entre a comunidade e o território é profundamente enraizada. Diante disso, abordaremos essa temática com maior cuidado nos capítulos seguintes.

A ligação do lítio com o Brasil não é recente, tendo sido impulsionada pela corrida do lítio o mineral já aparece na história brasileira. O brasileiro José Bonifácio de Andrade e Silva, além de ser uma figura reconhecida por sua atuação na articulação da independência brasileira, também era cientista, e, em seus estudos, contribuiu de forma significativa para a descoberta do elemento.

No Brasil, o principal método de extração do lítio é a mineração de rochas pegmatíticas⁴, destacando-se minerais como espodumênio, petalita, amblygonita e lepidolita (ANM, 2023). Nossa produção baseia-se na extração de minério sólido, um processo mais intensivo em energia e infraestrutura e que, por sua vez, resulta em uma mineração mais agressiva. Pesquisas recentes estabeleceram que o país detém 8% das reservas mundiais de lítio (Paes *et al.*, 2016), colocando o Brasil em posição de destaque na corrida global por esse minério. Até então, acreditava-se que nossas reservas correspondiam a apenas 0,5% do total mundial (Heider, 2020). Com esses novos estudos, foi possível identificar 45 depósitos de lítio no país, com destaque para o Vale do Jequitinhonha (Paes *et al.*, 2023). O que representa em média 85% do lítio brasileiro.

O potencial brasileiro de se inserir na corrida do lítio está quase e totalmente concentrado na mesorregião do vale do Jequitinhonha, o que coloca o

território nos olhos tanto nacionais em campanhas políticas desenvolvimentistas, quanto olhares internacionais para com grandes empresas estrangeiras. Com isso o que vem ocorrendo na região é a construção de um novo megaempreendimento, dimensionado sob as narrativas do progresso, criando-se assim, o chamado “Vale do Lítio”.

O Vale do Lítio é descrito como um projeto econômico-social, tendo o governador Romeu Zema como um de seus principais propagadores. Em reuniões e encontros internacionais, o governador lançou o projeto em nível global, com destaque para sua apresentação na Nasdaq, em Nova Iorque, EUA (Minas Gerais, 2023). Segundo Zema, o objetivo do projeto é transformar o Vale do Jequitinhonha em um polo de tecnologia vinculado ao lítio. O termo também aparece no discurso das próprias empresas de exploração. Em entrevista para a revista Mineração & Sustentabilidade a Co-CEO da Sigma Lithium⁵, Ana Cristina Cabral-Gardner afirmou ser “uma honra transformar o Vale do Jequitinhonha no Vale do Lítio” (Alvarenga, 2022)⁶. Esse discurso se esbarra, então, em uma espécie de satisfação em levar o “progresso” e o “desenvolvimento” para o “Vale da Pobreza”.

Ao analisarmos o contexto em que se constrói o discurso do “Vale do Lítio”, percebemos um projeto de “desenvolvimento” ligado ao neoextrativismo que causará impactos às comunidades e territórios da região do Jequitinhonha. O que coloca, mais uma vez, o Vale do Jequitinhonha no centro de um conflito de narrativas, pois a região já carrega estigmas historicamente construídos, como os rótulos de “Vale da Pobreza” e “Vale da Miséria”. Esses estigmas são frequentemente utilizados como justificativa para validar empreendimentos, fundamentando-se em discursos desenvolvimentistas.

Os municípios que compõem o Vale do Lítio localizam-se, em sua maioria, no Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais. O território é formado por 14 municípios: Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Malacacheta, Medina, Minas Novas, Pedra Azul, Virgem da Lapa, Teófilo Otoni e Turmalina, no nordeste do estado, além de Rubelita e Salinas (ANM, 2023). Na figura 03, é possível visualizar tanto a mesorregião do

⁴ O lítio de origem pegmatítica, predominante no Brasil, encontra-se em minerais como espodumênio, petalita e lepidolita, exigindo lavra a céu aberto ou subterrânea e posterior concentração mineral e processamento químico. Nos salares andinos, por sua vez, o lítio está presente em salmouras subterrâneas, sendo extraído por bombeamento e evaporação solar em extensas piscinas, processo de menor custo inicial, mas altamente dependente de tempo e com elevado impacto hídrico. Essas diferenças geológicas e tecnológicas resultam em rotas de produção com custos, prazos e impactos ambientais distintos (Ferreira; Juvêncio, 2019).

⁵ A Sigma Lithium principal empresa que minera lítio no Vale do Jequitinhonha, se apresenta como uma empresa brasileira, enfatizando sua fundação, liderança executiva e operações sediadas no Brasil, além de adotar discursos voltados ao crescimento sustentável e ao desenvolvimento social e ambiental no país. No entanto, sua estrutura de capital é majoritariamente internacional, com ações listadas na Nasdaq (EUA) e na Bolsa de Toronto (Canadá). Em diversas fontes, a companhia aparece registrada como canadense, o que evidencia a ambiguidade entre sua autodefinição nacional e a realidade de seu financiamento globalizado.

⁶ Disponível em: <https://revistamineracao.com.br/2022/09/20/e-uma-honra-transformar-o-vale-do-jequitinhonha-no-vale-do-litio/> Acesso em 13 fev. 2025

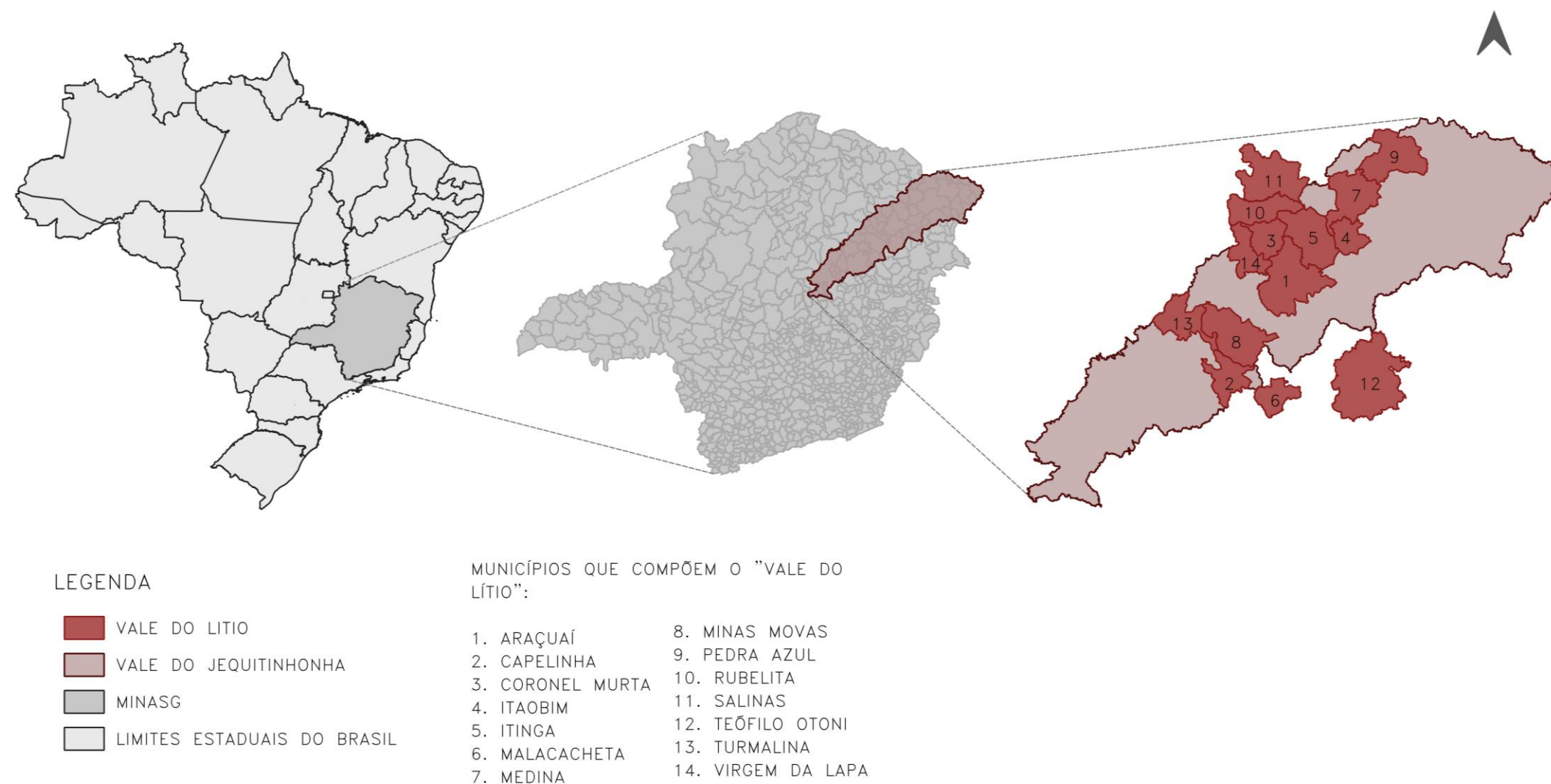


Figura 03 - Mapa de localização; Vale do Jequitinhonha; "Vale do Lítio".

Fonte: Produzido pelo autor, 2024.
Bases de dados: IBGE, 2022; ANM, 2024.

Vale do Jequitinhonha quanto as cidades que integram esse megaempreendimento. Esses municípios representam os principais polos potenciais de exploração do metal. Segundo dados da AMN (2023) no primeiro bimestre de 2023 haviam 377 processos em fase de autorização de pesquisa em 22 municípios da região. Com processos já ativos nas cidades de Araçuaí e Itinga.

Em face a essa chegada tão rápida de mineradoras de lítio à região e do grande número de processos interessados na exploração do Vale do Jequitinhonha, o território vem enfrentando impactos em diferentes escalas que condiciona a alteração dos modos de vida das comunidades locais, afetando especialmente quilombolas, populações rurais e indígenas. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo geral entender e denunciar as várias esferas de impactos socioespaciais da mineração de lítio no Vale do

Jequitinhonha, especialmente para evidenciar quão bruscas foram e estão futuras, considerando dimensões como paisagem, território, modos de vida tradicionais, aspectos ambientais, sociais e econômicos. Temos como objetivos específicos: 1) Entender a macro e micropolítica sendo as transformações na região. Buscamos compreender e denunciar os impactos já presentes no território e projetar possíveis consequências transnacional da exploração de lítio através do processo consolidado na América latina; 2) Entender o que significa o conceito de "Vale do Lítio" e qual é seu papel na construção das narrativas sobre a região; 3) Entender, classificar e expor os impactos da mineração de lítio nas comunidades atingidas e as que estão sob ameaça; 4) A partir desse entendimento, com o uso da cartografia crítica para sistematizar, denunciar (junto as comunidades) o que vem acontecendo na região do Vale do Jequitinhonha. Jeremy W. Crampton e John Krygier (2016) argumentam que se o mapa expressa poder e conhecimento, não só o Estado, mas também outros atores podem criar representações igualmente fortes e concorrentes. Os autores destacam que toda crítica tem um caráter político e que o movimento crítico atual é uma continuidade de questionamentos anteriores à cartografia, já que a prática de mapear sempre foi alvo de revisões e debates

ao longo do tempo. Explicando que A historiografia tradicional da cartografia crítica aponta que seu desenvolvimento ocorreu entre as décadas de 1980 e início dos anos 1990, como uma reação às formas de mapeamento do pós-guerra. Costuma-se mencionar os textos teóricos de Brian Harley e as críticas aos Sistemas de Informação Geográfica (GIS) como referências centrais desse período, o que é correto. No entanto, segundo o autor, essas discussões são apenas uma continuidade de críticas mais antigas.

Crampton e Krygier (2016) argumentam que, embora a crítica teórica tenha aberto espaço para novas formas de mapeamento, foram diversos atores fora do meio acadêmico que exploraram esses conceitos na prática. A comunidade artística se destaca nesse processo, utilizando os mapas tanto como linguagem estética quanto como ferramenta política, questionando significados geográficos e propondo leituras críticas do espaço. Essa apropriação tem raízes em movimentos de vanguarda do início do século XX, passando por artistas como Braque e Cézanne, até chegar aos situacionistas e psicogeógrafos das décadas de 1950 e 1960, que buscaram transformar o espaço urbano subvertendo a cartografia como estratégia de resistência política. Ou seja, em nosso trabalho, subvertemos, além das narrativas hegemônicas, as técnicas de representação dessa informação. Nesse sentido, mesclamos a cartografia com o campo estético-político, propondo outras formas de visualizar o mundo. Crampton e Krygier (2016) explicam que a crítica teórica desempenha um papel essencial ao questionar pressupostos e situar problemas em uma perspectiva histórica, abrindo caminhos emancipatórios que evidenciam o potencial transformador da cartografia crítica.

Além disso, adotamos como caminho metodológico a leitura de referenciais teóricos que abordam temas como colonialismo, neocolonialismo e mineração, tanto no Brasil quanto no contexto latino-americano. Nossos principais autores de base são Horácio Machado Arãoz, Henri Acselrad,

Rogério Haesbert e Carlos Walter Porto-Gonçalves. Também realizamos leituras específicas sobre a mineração de lítio na América Latina e no Vale do Jequitinhonha, bem como sobre a inserção do Vale nessa macropolítica, tendo como referência os autores: Caroline Boletta de Oliveira Aguiar, Bibiana I. G. Xerri e Barbara Göbel.

Outro caminho metodológico adotado foi a pesquisa documental, incluindo jornais, documentos técnicos de órgãos como a ANM, materiais de movimentos sociais e assessorias técnicas. Além de observação in loco nos municípios de Capelinha, Turmalina e Araçuaí, levantamento fotográfico e elaboração de mapas.

Além da Introdução e das Considerações Finais, o trabalho está estruturado da seguinte forma:

Na primeira parte, abordamos a mineração de lítio e seus impactos. Esse bloco se divide em três capítulos. O primeiro apresenta a América Latina como um polo estratégico do lítio e discute sua inserção no debate sobre o neoextrativismo, analisando os impactos desse modelo sobre as comunidades locais. Também buscamos compreender a macropolítica da exploração minerária de metais raros na atualidade. O segundo capítulo trata da exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha e dos jogos de narrativa que vêm sendo construídos na região. No terceiro, destrinchamos e denunciemos os impactos socioambientais e espaciais dessa atividade nos territórios afetados.

Na segunda parte, aprofundamos a discussão sobre o Vale do Jequitinhonha como território de valor, cultura e subjetividades. O primeiro capítulo dessa seção é dedicado ao contexto histórico-cultural do Vale e às transformações geradas pela mineração de lítio nesse sentido. O segundo capítulo trata das comunidades tradicionais e das formas de resistência à exploração predatória. Já o terceiro capítulo foca nos impactos da mineração para as mulheres artesãs do Vale do Jequitinhonha.

Figura 04 – Complexo industrial de lítio no Salar de Del Carmen, região do árido deserto do Atacama no Chile.

Créditos: SQM - SQM/AFP.



2. O Vale do Lítio: Uma Ilusão Mineral

Soy, soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que se robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima

Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano

El sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva

Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena

Una canasta con frijoles
Soy Maradona contra Inglaterra anotándote dos goles
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta es mi cordillera

Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria, no quiere a su madre
Soy América Latina
Un pueblo sin piernas, pero que camina, ¡joye!

Tú no puedes comprar al viento
Tú no puedes comprar al sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor

Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores

(Calle 13, Latinoamérica, 2010)

2.1 O novo extrativismo mineral: a corrida do lítio na américa latina

No livro *A Nova Des-ordem Mundial*, Rogério Haesbaert e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) nos trazem uma definição muito interessante sobre o que é o mundo moderno-colonial, ao relacionarem que não há modernidade sem colonialidade. Diante dessa questão, conseguimos entender que projetos focados em ideias desenvolvimentistas funcionam como uma máscara para o neoextrativismo contemporâneo.

Ao tratarmos da “descoberta” do Novo Mundo⁷, estamos na verdade tratando a origem da modernidade, ou seja, da formação da civilização do Capital. Inicia-se então, de maneira perversa, o processo de incisão latino-americano decorrente do extrativismo compulsório. Cercado por um estranho processo civilizatório expropriativo, no qual a carta do progresso emerge sob a dialética da dependência entre extrair e progredir. Extrativismo esse ligado, à expropriação dos recursos naturais – e até mesmo não naturais – desses territórios, e escravização de povos.

Em face dessa cicatriz histórica, ainda perpetuamos comportamentos coloniais, sustentando a lógica da relação entre benefício e troca, profundamente marcada pelo mercantilismo que moldamos durante o período colonial. Isso nos leva a perceber que a tenuidade entre o extrativismo neocolonial e o extrativismo colonial enfrentado pelos territórios latinos não se restringe apenas aos atores físicos e aos objetos do desejo capital do extrativismo expropriativo, que enfrentamos desde 1492, mas também ao jogo das narrativas.

Foi no período colonial que se estabeleceram as narrativas de poder hegemônicas, hoje consolidadas e perpetuadas de maneira inerte dentro do pensamento que carregamos. O neocolonialismo fundamenta-se, sobretudo, na conservação desse sistema de relações de poder. Horácio Machado Araújo (2020) argumenta que, duas décadas após o início do novo século, o neocolonialismo se reinsere de forma voraz no cenário extrativista contemporâneo, reafirmando sua lógica de dominação e exploração.

Essa lógica expansionista europeia transforma o colonialismo em uma ferramenta de domínio, tanto territorial quanto discursivo. No caso da colonização do então “novo continente”, o discurso de amparo ao “atraso” serviu como fundamento para legitimar a importância do colonizador sobre o colonizado. Parte dessa lógica se baseia na pressuposição da primitividade dos povos originários da América Latina:

[...] os europeus puderam se considerar avançados em relação a outros povos e regiões que seriam atrasados e, para isso, reduziram as diferentes temporalidades do mundo ao seu próprio tempo, ao seu relógio que, acreditaram, seria universal. Marcaram a Terra e tentaram impor-lhe uma “ordem” [...] (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006, p. 20).

Aníbal Quijano (2005) reflete sobre o tema ao abordar o processo de construção do que se entende por América. É notável que, ao longo desse processo, estiveram presentes todas as formas de controle e exploração do trabalho, bem como da produção, apropriação e distribuição – configurando, assim, uma civilização criada para o mercado mundial. Essa formação se insere tão profundamente em nós, enquanto filhos dessa colonização, que continua a influenciar as estruturas sociais e políticas atuais. Ou seja, a América se constitui como base para a fundamentação e reprodução do capitalismo mundial. Como consequência, “[...] estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial.” (Quijano, 2005, p. 118).

Frente a essa perspectiva, o capitalismo se fundamentou e enraizou principalmente nos territórios americanos, subjugados sob o pseudônimo de desenvolvimento. Araújo (2020) discorre que o progresso é um mero disfarce da dialética da dependência. “O empobrecimento se dissimula com o boom da construção, o salto do PIB, a expansão e os novos padrões de consumo, a introdução de novidades tecnológicas, a intensificação de mercadorias” (Araújo, 2020, p. 29). O autor complementa que essa dialética da dependência

⁷ O conceito de Novo Mundo refere-se à visão eurocêntrica sobre a “descoberta” do continente americano. Esse termo foi adotado pelos europeus para se referirem a um território até então desconhecido para eles.

é uma consequência direta da modernidade hegemônica, que não apenas molda as expressões e capacidades criativas dos povos, mas também reconverte a própria cultura em um bem de valor comercial (*ibid.*).

O Novo Mundo, como um canteiro da modernidade, é o espaço onde se constrói o imaginário europeu ocidental, com o objetivo de afirmar-se sobre o mundo antigo, o Oriente (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006). É nesse canteiro que se molda a centralidade europeia, subvertendo o Velho Mundo ao cunho de passado, não moderno. A ferramenta de construção desse poder não está apenas ligada à exploração, mas é, essencialmente, a própria exploração. A partir desse entendimento, conseguimos perceber como a exploração – com destaque para a exploração mineral, especialmente de prata e ouro – foi a principal manobra de dominação do colonizador, no caso, a Europa. Aníbal Quijano aponta que:

A progressiva monetarização do mercado mundial que os metais preciosos da América estimulavam e permitiam, bem como o controle de tão abundantes recursos, possibilitou aos brancos o controle da vasta rede pré-existente de intercâmbio que incluía sobretudo China, Índia, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo. Isso também permitiu-lhes concentrar o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. E tudo isso, foi, posteriormente, reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais. (Quijano, 2005, p. 119).

Com isso, o que se cria é a máquina da cobiça mineral, que não apenas se alastrou pelo nosso continente, mas também pelo planeta (Aráoz, 2020). Esse processo não apenas se espalhou de forma expansionista, mas também sob

um viés dialético, estabelecendo dentro de nós, enquanto indivíduos, relações de afeição com o extrativismo de metais preciosos (Aráoz, 2020).

Assim nasce, do apogeu mineral colonial, o papel mundial da América Latina, condicionada tanto no imaginário, quanto no espaço físico como um território de exploração, no qual o bem mais precioso para a sociedade do Capital são seus recursos. A exploração não se acalmou diante da exaustão de determinado metal; pelo contrário, serviu como incentivo ao desbravamento de um novo recurso. Hoje, quase seis séculos depois do início das primeiras explorações minerais na América Latina, novamente passamos por um momento delicado acerca do tema, principalmente ligado a como essas atividades impactam os territórios minerados.

A mineração ainda é um dos processos mais controversos que nossos territórios enfrentam. Apesar de terem ocorrido reestruturações políticas, econômicas e sociais, essa característica de uma economia extremamente dependente da exploração de recursos naturais se mantém até a atualidade (Leroy, 2014, p. 27 apud Passos; Marques, 2023).

Podemos ver esses impactos em diferentes países da América Latina, como o desastre-crime⁸ decorrente do rompimento da barragem de rejeitos de minério de Fundão, em Mariana (MG), que resultou na morte de dezenove pessoas e um aborto, na destruição e expulsão de comunidades, na devastação da Bacia do Rio Doce e em inúmeros danos socioambientais nas localidades atingidas de Minas Gerais, Espírito Santo e sul da Bahia. Tal acontecimento é consequência de uma mineração desenfreada que, mesmo com diversas repetições históricas, continua operando sob modelos de exploração sangrentos. “Assim, tanto na atualidade como na origem, a mineração – a mineração colonial moderna – segue como a veia aberta mais lacerante e sangrenta em nossa identidade histórica-geopolítica chamada de ‘América Latina’, mas também para além, em todo o Sul Global” (Aráoz, 2020, p. 17). Tais eventos, como afirma Aráoz, são um feitor da violência. Poderíamos até mesmo pressupor que como um agente do caos capitalista.

Essa história é uma história escrita por rastros cada vez maiores de sangue. Seus “avanços tecnológicos” são, na verdade, o aperfeiçoamento da arte da guerra, o uso eficaz da violência; o incremento na intensidade e na capacidade de controle, apropriação, extração e trituração das energias vitais, de montanhas, paisagens, corpos de água, biodiversidade (Aráoz, 2020, p.17).

⁸ Parto do uso do termo *desastre-crime*, decorrente do entendimento de que o desastres envolvendo barragens de mineração, não aconteceu de forma acidental, mas sim por imperícia técnica. Nesse contexto, o **Conterra**, grupo de pesquisa vinculado à UFOP, tem se dedicado a estudar e denunciar os impactos desse desastre-crime, colaborando tecnicamente e destacando as violações de direitos no processo de reparação das comunidades atingidas – Perfil do Instagram: https://www.instagram.com/conterra.ufop?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=ZDNlZDcOMzIxNw==

Esse processo é muito normalizado dentro do pensamento colonial que herdamos. Podemos compreender como essa herança extrativista colonial permanece presente em nosso sistema, principalmente ao analisarmos a economia exportadora, na qual hoje estamos totalmente condicionados não muito distante do período extrativista colonial. Sempre atrelado ao discurso do desenvolvimento, o neoextrativismo, dentro da lógica neoliberal, pode ser entendido, conforme aponta Bruno Milanez (2021) em seus estudos, como uma "nova etapa" da política de crescimento. Trata-se de um "desenvolvimento" centrado no crescimento econômico acelerado, baseado na apropriação intensiva de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e em uma inserção internacional subordinada.

Milanez (2021), ao problematizar o discurso do desenvolvimento frente à expansão da fronteira mineral e à financeirização do setor de commodities no início dos anos 2000 (o que aprofundou a dependência extrativista em diversos países latino-americanos), argumenta que, apesar dos diversos alertas feitos na década de 1950 sobre os riscos de um crescimento baseado em recursos minerais, a emergência do neoliberalismo nos anos 1970 intensificou essa dinâmica. Como resultado, surgiram impactos e conflitos territoriais novos e mais complexos, nos quais são invisibilizados os modos de vida das populações locais afetadas por esse tipo de exploração predatória.

Dentro desse sistema que potencializa a economia de commodities, e do debate sobre a "desfossilização da economia", a América Latina emerge como um ator central nesse cenário, especialmente no que diz respeito à extração de lítio. especialmente diante da sua potência para produção do mineral em virtude das crescentes demandas para a “transição energética” e a produção de “tecnologias verdes”. Bolívia, Chile e Argentina, que concentram cerca de 57% das reservas mundiais de lítio, formam o chamado de "Triângulo do Lítio" (ver figura 05).



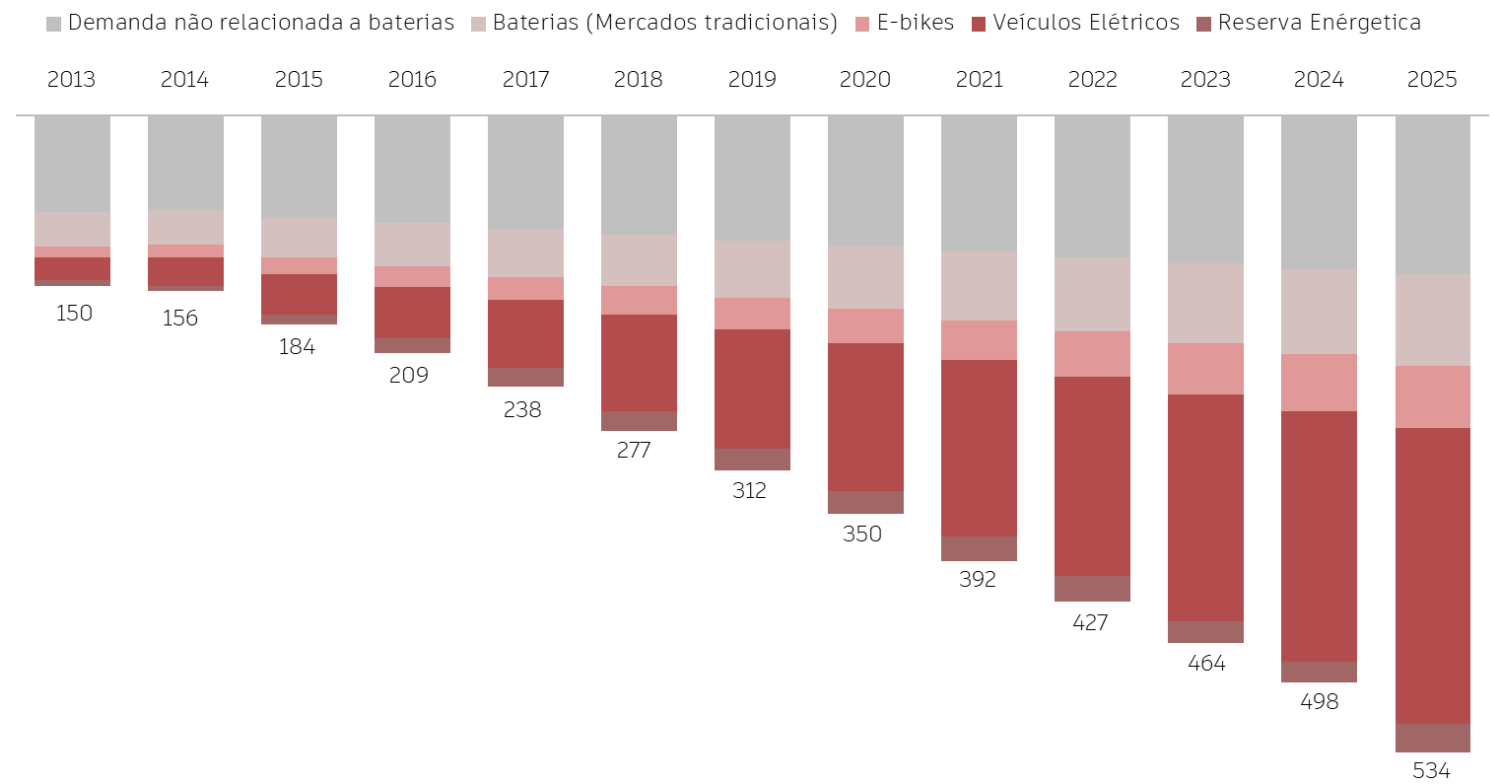
Figura 05 - Mapa de localização Triângulo do Lítio e principais salares explorados.
Fonte: Produzido pelo autor, 2024. Bases de dados: IBGE, 2022.

Bernardo Salgado Rodrigues e Raphael Padula (2017) discutem que, desde a década de 1970, podemos observar dentro do sistema internacional uma série geopolítica de aceleração e continuação da competição estatal, isto é, nesse período conseguimos observar a intensificação e a sistematização da competição mercadológica do sistema Capital global. Os autores ainda concluem que tal contexto desagua numa disputa de poder e, principalmente de territórios de valor econômico, que representam importância estratégica. Estratégico-político também, acrescento. Desse tipo de contexto conseguimos exemplificar em diferentes países de diferentes escalas na América Latina, especialmente com o lítio hoje. Rodrigues e Padula (2017) afirmam também que se implica de recursos – e, como já descrevemos, recursos críticos –, que em grau são relativamente escassos, e que na sua maioria se depositam predominantemente em países taxados como de menor fator de desenvolvimento socioeconômico.

Entendendo que a mineração de lítio na América Latina parte, principalmente, de um viés econômico global, inserido nas necessidades mundiais e nos moldes do neoliberalismo econômico, cria-se a chamada corrida do lítio. Podemos observar como esse metal ganhou notoriedade a partir do gráfico subvertido⁹ na Figura 06, no qual é possível entender a projeção de demanda do minério até o ano de 2025, o presente ano em que escrevo este trabalho. Ao analisarmos os dados constatados em 2016, percebemos que a projeção de demanda do minério mais que dobrou para 2025. Dados mais recentes, fornecidos pela International Energy Agency (IEA, 2017), demonstram que a demanda por baterias de lítio ficou em torno de 140 kt em 2023. Esses números evidenciam que a demanda pelo minério segue uma trajetória

exponencial, que, em grande parte, depende do Sul Global para se concretizar, uma vez que a maior parte das reservas está concentrada nesse território.

Figura 06 - Projeção da Demanda Global de Lítio por aplicação (LCE kt).



Fonte: Modificado pelo autor, 2025. Bases de dados: Deutsche Bank, 2016.

Uma vez que entendemos a demanda de lítio e a relação entre reservas e extração em que se insere a América Latina, com ênfase na Argentina, Chile e Bolívia, podemos observar uma similaridade nos processos de mineração nesses países, todos atrelados à lógica capitalista já aqui elucidada. Em que o Norte Global hoje – e a Europa no período colonial latino-americano – não apenas dominam os territórios e seus povos, mas também a chamada "máquina do mundo". Hoje com a extração de lítio no triângulo do lítio, ou como também chamado ABC do Lítio, essa história se repete.

A partir de dados publicados no “Jornal Página 12”, Cataia e Duarte (2022) trazem que a exploração do lítio na Argentina se mantém altamente vinculada à empresas transnacionais, sendo os principais empreendimentos: a) Salar Olaroz, explorado por Sales de Jujuy, integrada à Orocobre S/A (empresa

⁹ Adoto o termo gráfico subvertido para indicar a modificação na forma de apresentação da informação, visando enfatizar uma determinada narrativa e desafiar uma visão dominante que temos originalmente sobre esse tipo de dado. Em uma abordagem tradicional, veríamos os dados da demanda global de lítio dispostos de forma crescente, valorizando uma perspectiva econômica da questão. Subverte-se essa lógica ao apresentá-los de forma decrescente.

Canadense), Toyota Tsusho Corp (Japonesa) e Jujuy Energia y Minería Sociedad del Estado (Jemse), uma empresa estatal da Província; b) Projeto Fénix, em Salar del Hombre Muerto, operado em Catamarca pela empresa Livent, uma subsidiária da empresa norteamericana FMC; c) Projeto Cauchari Olaroz, próximo de entrar em operação, localizado em Jujuy, operado por Minera Exar, uma empresa na qual a canadense Lithium Americas e a chinesa Jiangxi Ganfeng Lithium possuem cada uma 45,75% das ações e a empresa estatal Jemse fica com 8,5%.

Os autores ainda elucidam, com base em Mészáros (2011), o que chamam de “reestruturação produtiva do capital” que data de 1970, sendo paralelo ao Primeiro Choque do Petróleo. Se recordarmos o que foi anteriormente citado por Rodrigues e Padula (2017), que também reforçam a aceleração da competição estatal e a intensificação da competição mercadológica do sistema capitalista global, podemos compreender melhor o contexto. Nessa reestruturação, ocorre a quebra da “era dos ciclos”, dando lugar a uma crise estrutural.

Assim, é a partir desse momento de aceleração da competição mercadológica a nível global que conseguimos entender a maquinação da dominação neoliberal, uma vez que as matérias do “progresso” estão configuradas em uma nova geografia, que, muitas vezes, não respeita a hegemonia do poder. Cataia e Duarte reforçam esse pensamento quando citam: “Hoje, aproximadamente 90% da produção mundial de terras raras (que também abastecem a indústria bélica, além de servir ao craqueamento de petróleo) provém da China e fica cada vez mais claro que os EUA não querem se tornar dependentes de Pequim para o seu abastecimento – militar e industrial [...]” (Cataia; Duarte, 2022, p. 767).

É a partir dessas perspectivas que partimos para entender como grandes empresas estrangeiras estão sempre de olho nessas regiões, buscando se apropriar de seus bens, sejam materiais ou não. Araújo (2020) nos ajuda a

compreender quão devastador é esse processo na contemporaneidade. O autor destaca que, com o avanço das grandes corporações transnacionais, a mineração moderna desenvolveu-se como um poderoso maquinário extrativista, cujo objetivo de saciar os anseios desenvolvimentistas das potências ocidentais resultou na destruição de populações inteiras no Sul Global, assim como de seus modos de vida e paisagens.

É importante destacar que, como em toda atividade extrativista, a extração de lítio carrega, em sua própria lógica, impactos. Göbel (2013) destaca esse aspecto ao analisar a produção do mineral na Argentina. Segundo a autora, o modelo de exploração não se diferencia do de outros commodities minerais, funcionando como uma espécie de enclave econômico, no qual as populações indígenas da Puna argentina encontram-se em uma posição vulnerável e desigual frente às grandes empresas.

A transnacionalidade do lítio se expressa tanto nas relações de produção quanto na distribuição dos recursos. Podemos visualizar essa dinâmica por meio da figura 07, em que apresentamos um cruzamento das reservas do mineral e sua relação com a produção final. A partir dessa análise, torna-se evidente a complexidade da relação macropolítica envolvida na cadeia produtiva do lítio. Afinal, compreendendo que a produção do minério bruto nem sempre está diretamente conectada à fabricação dos produtos finais, percebemos que, muitas vezes, acabamos recomprando nosso próprio lítio após ele ser refinado e transformado para alguma utilidade. O que leva ao que se chama de primarização da economia, “que significa a manutenção ou expansão das vendas de produtos básicos” (Lamoso, 2020), ou seja, neste processo, um país ou região se torna excessivamente dependente da exportação de commodities.

Milanez (2020) em seu artigo “Economias extrativistas e desenvolvimento: contradições e desafios” aborda a ideia de “a maldição dos recursos naturais”, nesse sentido o autor aborda que economias pautadas em grande dependência em recursos naturais, principalmente no que se refere a petróleo e minerais, tendem a apresentar taxas de crescimento menores do que aquelas em qual os recursos naturais apresentam menor representação econômica.

No trabalho “Breves reflexões sobre o triângulo geopolítico do lítio sul” americano, Jesus *et al.* (2023) discorrem que embora a Bolívia detenha as maiores reservas globais de lítio, outras fontes significativas desse mineral estão distribuídas globalmente, como salares nos Andes e na China. No entanto, os países vizinhos não adotam a mesma perspectiva de independência econômica e cooperação regional defendida pelo governo boliviano. Ao negociar grandes volumes de lítio com empresas estrangeiras a preços inferiores

aos praticados pela Bolívia, esses países, segundo Jesus *et al.* (2023), comprometem iniciativas de desenvolvimento integrado na América do Sul. Os autores reforçam que “esse modelo é agravado pelo padrão de exploração mineral vigente no Chile e na Argentina, que se concentra na acumulação de lucros pelos detentores do capital, ao mesmo tempo em que degrada a região e submetem seus trabalhadores à pobreza extrema” (Wright, 2010 apud Jesus *et al.*, 2023, p. 5).

Figura 07 - Produção, reservas e recursos por país relacionados ao lítio.
Fonte: Produzido pelo autor, 2024 com base em Deutsche Bank, 2016.

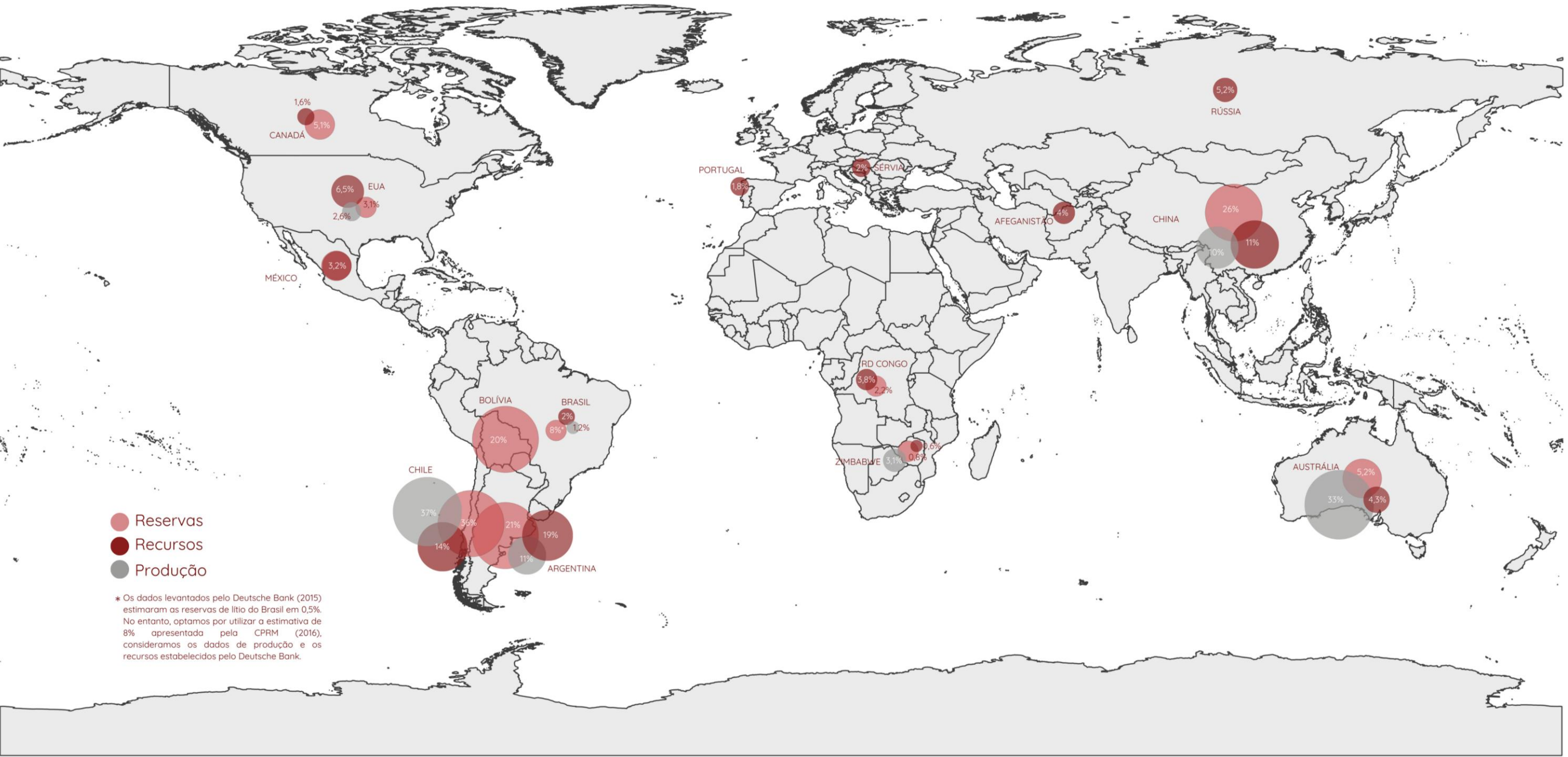


Figura 08 - Comunidades protestam contra a exploração do lítio.
Fonte: Richard Bauer.



Tendo feito esse pequeno apanhado político-econômico acerca da mineração de lítio na América Latina e de como esse processo representa a perpetuação de práticas coloniais que enfrentamos há séculos em nosso continente, podemos agora compreender os impactos dessa exploração.

Segundo Barbara Göbel (2013) há algo diferente quando tratamos da mineração de lítio. A autora explica que sua visibilidade midiática – tratamos nesse aspecto a visibilidade que o mineral possui dentro do que já elucidamos de uma pseudo-transição energética, como também para o desenvolvimento de novas tecnologias -, ocorre tanto na escala provincial quanto internacional. O que é reforçado quando se trata o lítio como o “[...] símbolo do ‘progresso limpo’ pós-petróleo, do desenvolvimento de estilos de vida sustentáveis e carbono zero, impulsionados por sistemas de energia renovável e mobilidade elétrica” (Göbel, 2013, p. 140, tradução do autor).

Acsehrad *et al.* (2009) nos ajuda a entender e também a consolidar, no campo teórico, a relação entre o progresso ecológico e o neoliberalismo, em que os autores apontam que a concepção ambiental homogênea, aliada a estratégias neoliberais, é o que formula o pensamento ecológico predominante atualmente entre políticos, empresários e organizações multilaterais.

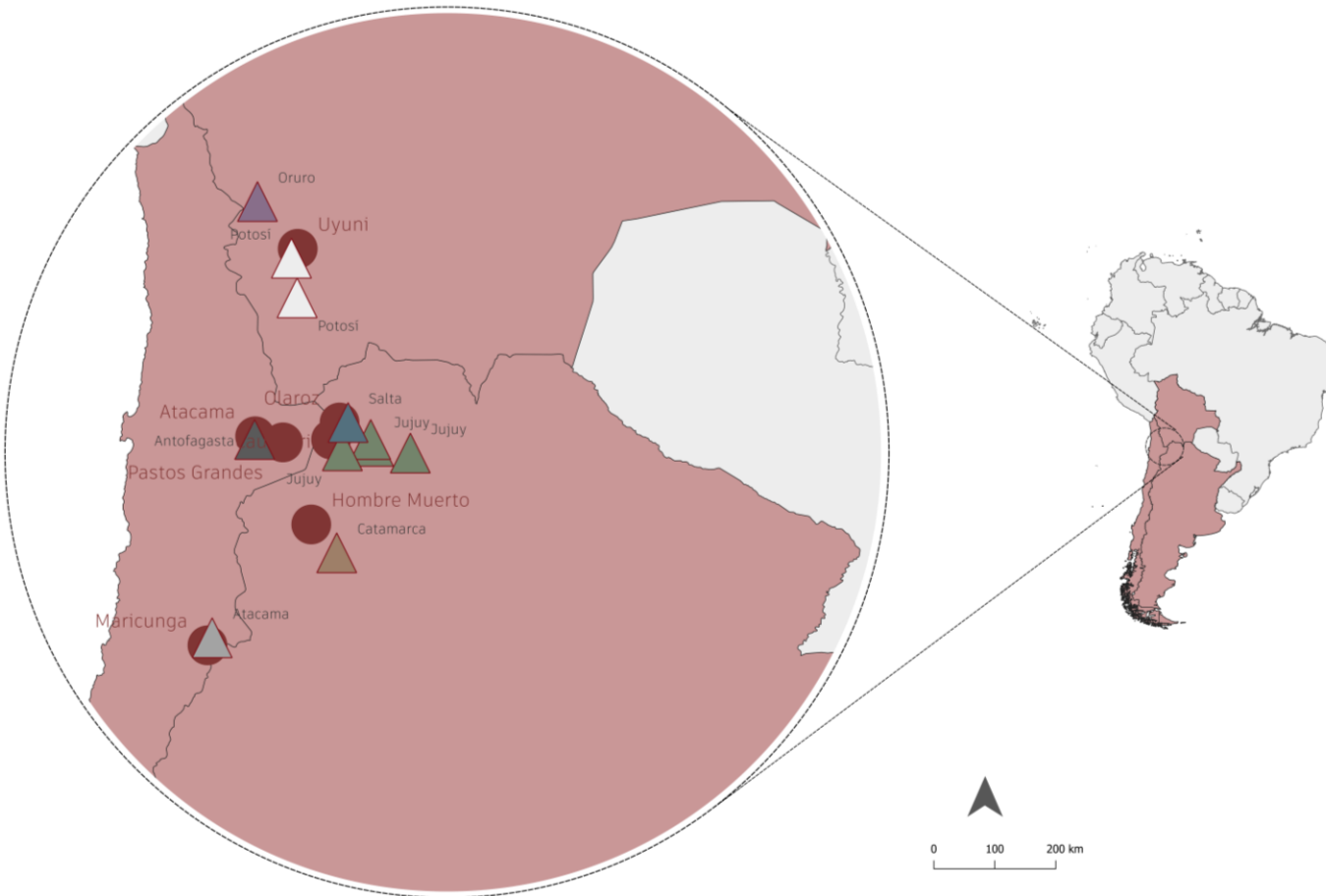
Assim, de um modo geral, o debate ecológico deixa de interpelar o conteúdo do modelo de desenvolvimento, naturalizando-se seus pressupostos atuais em seus três âmbitos: acerca do que se produz, de como se produz e para quem se produz. A concentração dos benefícios do desenvolvimento nas mãos de poucos, bem como a destinação desproporcional dos riscos ambientais para os mais pobres e para os grupos étnicos mais despossuídos, permanece ausente da pauta de discussão dos governos e das grandes corporações. (Acselrad *et al.*, 2009, p. 15)

Entendemos, portanto, que, embora embasada em discursos sustentáveis ou, como vem sendo chamada, “lítio verde”, a mineração desse mineral, tal como ocorre no Chile, Bolívia e Argentina, continua sendo uma exploração predatória, inserida em um contexto neoextrativista que gera impactos

significativos nesses territórios. Assim, percebemos que esses impactos incidem, sobretudo, sobre áreas habitadas por comunidades tradicionais. Dessa forma, é evidente que uma atividade como a mineração provoca grandes transformações nos modos de vida dessas comunidades, ameaçando suas práticas e dinâmicas socioculturais.

Na figura 09, conseguimos observar um recorte do mapa de localização (figura 05) dos principais salares explorados pela mineração de lítio, bem como identificar as principais províncias afetadas. Destacamos que, dentro dessas províncias, existem diversas comunidades tradicionais (indígenas, rurais etc.), que estão entre as mais impactadas por essa exploração predatória.

Figura 09 - Mapa de localização principais províncias afetadas pela mineração de lítio.



Fonte: Produzido pelo autor, 2025.

Bibiana I. G. Xerri e Eliana G. Xerri (2023) argumentam que já é possível notar danos ambientais – e sócioespaciais, ressalto – no Triângulo do Lítio, atrelados à extração do minério nas salinas latinas. Os

conflitos sociais, presentes principalmente em comunidades indígenas, no contexto da mineração de lítio, podem ser explicados por duas razões principais. A primeira é de caráter geográfico, já que a exploração frequentemente coincide com territórios de povos originários. A segunda razão, relevante, é que a presença dessas comunidades está relacionada aos direitos à autonomia e à autodeterminação, o que, muitas vezes, gera conflitos com os interesses do Estado e com o poder econômico que gerencia esses megaempreendimentos, que se enraízam tanto no âmbito político quanto legislativo e ideológico desses territórios, levando as comunidades a terem seus direitos constantemente violados (Pragier; Novas.; Christel, 2022).

Göbel (2013) nos ajuda a entender como existe uma desconexão entre esses megaempreendimentos e o território como um local de relações sócio-espaciais. A autora explica que, recentemente, as províncias de Jujuy, Salta e Catamarca, localizadas no noroeste da Argentina, concederam concessões minerárias para a exploração e posterior extração de lítio em uma extensão superior a 300.000 hectares. No entanto, o que ela esclarece é que essa concessão ocorreu sem a participação da população local. Göbel ainda reforça o que falamos anteriormente, ao dizer que “os espaços concedidos se sobrepõem a terras de pastoreio, territórios indígenas e reservas naturais” (Göbel, 2013, p. 138, tradução do autor). Aráoz (2020) nos explica que a mineração metalúrgica contemporânea causa maior impacto em relação à mineração tradicional, uma vez que tecnologicamente tem-se mais recursos para diferentes explorações e uma escala muito maior. O autor ainda ressalta que “os aspectos críticos dessas explorações remetem à magnitude das superfícies afetadas, ao uso de recursos hídricos, à demanda energética e à capacidade de destruição dos ecossistemas locais” (Aráoz, 2020, p.195).

Ainda tratando da província de Jujuy, Göbel nos revela que o governo concedeu, entre os anos de 2010 e 2011, as transnacionais Lithium Americas e Orocobre concessões de exploração de lítio, em uma área superior a 100.000 hectares no Salar de Olaróz-Cauchari. O que agrava a situação é a sobreposição parcial das terras concedidas com as terras comunitárias, que entre os anos de 2003 e 2008 foram entregues pela própria província. Tais relações trazem a esses povos diversos problemas, principalmente ligados aos seus modos de vida tradicionais, que são completamente descaracterizados por esses empreendimentos. Ou seja, “[...] a mineração de lítio reconfigura a matriz local do uso do espaço; desloca, invisibiliza e coloca em conflito outras formas e práticas de relação com a natureza” (Göbel, 2013, p. 139, tradução do autor).

Bibiana I. G. Xerri e Eliana G. Xerri (2023) em seus estudos discutem que a extração de lítio apresenta, além das problemáticas socioespaciais, como também impactos socioambientais, entendendo que a produção do metal reduz os níveis de água superficial, o que, por exemplo, diminui a população de flamingos e outras espécies. As autoras reforçam esse ponto ao argumentar que, com o aumento da temperatura superficial, ocorre a redução da água nos lençóis freáticos, levando a problemáticas ambientais graves, como a morte da espécie de árvores Algarrobo, nativas do Pantanal mato-grossense, Paraguai, Argentina e Bolívia.

Uma vez que a água, mesmo que não potável, é essencial para as comunidades das regiões mineradas no Triângulo do Lítio, é cada vez mais comum vermos tais comunidades em protesto por seus modos de vida, especialmente em relação à importância da água para a agricultura, que, na maioria das vezes, é uma atividade de subsistência. Tomemos como exemplo as comunidades indígenas de Jujuy, que recusam a extração de lítio na Argentina (ver figura 08) Dizemos não ao lítio sem consulta prévia, livre e informada. Vamos continuar defendendo o que decidimos na assembleia de todas as comunidades indígenas e que expressamos nas atas que enviamos ao governo (Clemente Flores, apud Dialogue Earth, 2019).¹⁰

Mesmo que seja uma extração não tão impactante em questão de estrutura como a mineração tradicional, quando se trata da exploração de salares, Göbel (2013) já aponta o quão invasiva a mineração de lítio é em um ecossistema tão frágil como os salares. Isso se deve, por exemplo, à presença de torres de perfuração, de cercamentos, edificações, movimentação de veículos, entre muitos outros que mudam drasticamente tanto a paisagem quanto os modos de vida.

¹⁰ Disponível em: <https://dialogue.earth/pt-br/negocios/24733-comunidades-indigenas-recusam-extracao-de-litio-na-argentina/>. Acesso em 04 fev. 2025

Quando aqui tratamos do valor da paisagem, não nos referimos apenas ao seu valor estático, à sua aparência, mas também do conteúdo, e de conteúdo de valor, em que não encaramos o mesmo como apenas pelas suas características observáveis (Souza, 2013). Diante disso, percebemos que a relação entre a paisagem e a mineração de lítio, muito mais que uma alteração da estaticidade da imagem; ela impacta diretamente as dinâmicas sócio-espaciais. Um exemplo disso é ilustrado por Göbel (2013), que aponta que a mineração de lítio tem sido desvantajosa para os moradores da Puna de Atacama (território dividido entre Chile, com 15%, e Argentina, com 85%), pois a mudança nas características paisagísticas locais tem um efeito negativo sobre o turismo. Os turistas buscam nos salares um deserto "exótico e intocado", mas a presença da mineração altera esse cenário. Com isso, há uma transformação forçada nas relações sociais do espaço, uma vez que, diante da queda do turismo, aqueles que dependem dessa atividade são obrigados a buscar outros meios de sobrevivência.

Entender as dimensões desses impactos e possíveis futuros impactos é complicado quando analisamos que por exemplo na província de Jujuy, não se tem conhecimento da totalidade dos projetos de mineração de lítio na região, tão pouco sabemos qual seu grau de avanço, isso decorre da falta de acesso à informação pública completa (FARN, 2023).

Em documento produzido pela Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN, 2023), estabelece que até o ano de 2023 existiam mais de 40 projetos de mineração na bacia de Salinas Grandes e Laguna de Guayatayoc, alguns dos quais já possuem aprovação da autoridade minerária para a exploração de lítio.

Processos desenvolvimentistas como o do “Triângulo do Lítio” trazem para essas comunidades mistos conflitos entre a expectativa com o discurso do desenvolvimento e preocupações. Göbel (2013) traz esse tipo de conflito com os atacameños, em que os moradores apresentam receios com a intervenção

das empresas mineradoras agravando a escassez de água e comprometa a quantidade e qualidade das pastagens. A autora também destaca que a extração de lítio não se resume apenas à perfuração do salar, mas abrange seu esgotamento gradual, decorrente da evaporação em grandes piscinas construídas diretamente sobre a superfície. Para atingir o padrão de pureza internacional (99% de carbonato de lítio), o processo exige múltiplas etapas de precipitação, que consomem quantidades massivas de água. Segundo FARN (2023) a mineração de lítio chega a consumir volumes tão elevados de água que tem sido classificada como “megamineria da água”. Estudos apontaram que no Projeto Olaroz, na província de Jujuy, são consumidos aproximadamente 584,1 m³ de água para cada tonelada de carbonato de lítio produzida.

Tendo entendido que a exploração de lítio nos salares é um processo que demanda enormes quantidades de água, conseguimos compreender a dimensão dos impactos nas comunidades locais, uma vez que muitas das famílias que residem nas proximidades dos salares dependem de modos de produção de subsistência e acabam se tornando concorrentes das grandes mineradoras pelo território e pelos recursos naturais (Göbel, 2013). Tal situação coloca essas comunidades em um ciclo constante de conflitos, que limita suas práticas cotidianas e compromete a reprodução de seus modos de vida. Para esses povos, isso muitas vezes se traduz em um rompimento com seus territórios, o que, em muitos casos, é entendido como um distanciamento de seus ancestrais.

Göbel (2013) aborda essa questão ao explorar a cosmovisão indígena de muitos desses povos, na qual a conexão com os elementos da natureza – como os animais selvagens, os salares e as fontes de água – é considerada vital e com um caráter animado. Nesse contexto, Göbel (2013) conclui que qualquer interferência nesse equilíbrio natural é vista como perigosa, capaz de romper as complexas relações de reciprocidade estabelecidas entre as comunidades e seu ambiente. Esse rompimento, na perspectiva indígena, pode gerar desequilíbrios que se manifestam como doenças, desordens ou, em última instância, o caos.

Göbel (2013) traz uma fala que resume bem a exploração de minérios da “transição” nos territórios latino-americanos, ao abordar que existe um paradoxo dentro da mineração de lítio, já que, enquanto os impactos socioambientais preocupam a maioria dos atacameños, o lítio se concretiza no imaginário global como um elemento-chave para um futuro de "progresso limpo", associado à “transição energética”. No entanto, como Fresoz (2014) já nos ajudou a entender, essa narrativa é perigosa e até mesmo “falsa”.

Bibiana I. G. Xerri e Eliana G. Xerri (2023) argumentam que os impactos apresentados no Triângulo do Lítio incitaram as comunidades indígenas argentinas a desenvolver três formas de ação para sua defesa e para a proteção de seus direitos à autodeterminação. As autoras listam essas ações como jurídico-legal, diretas e de reinterpretação comunitária.

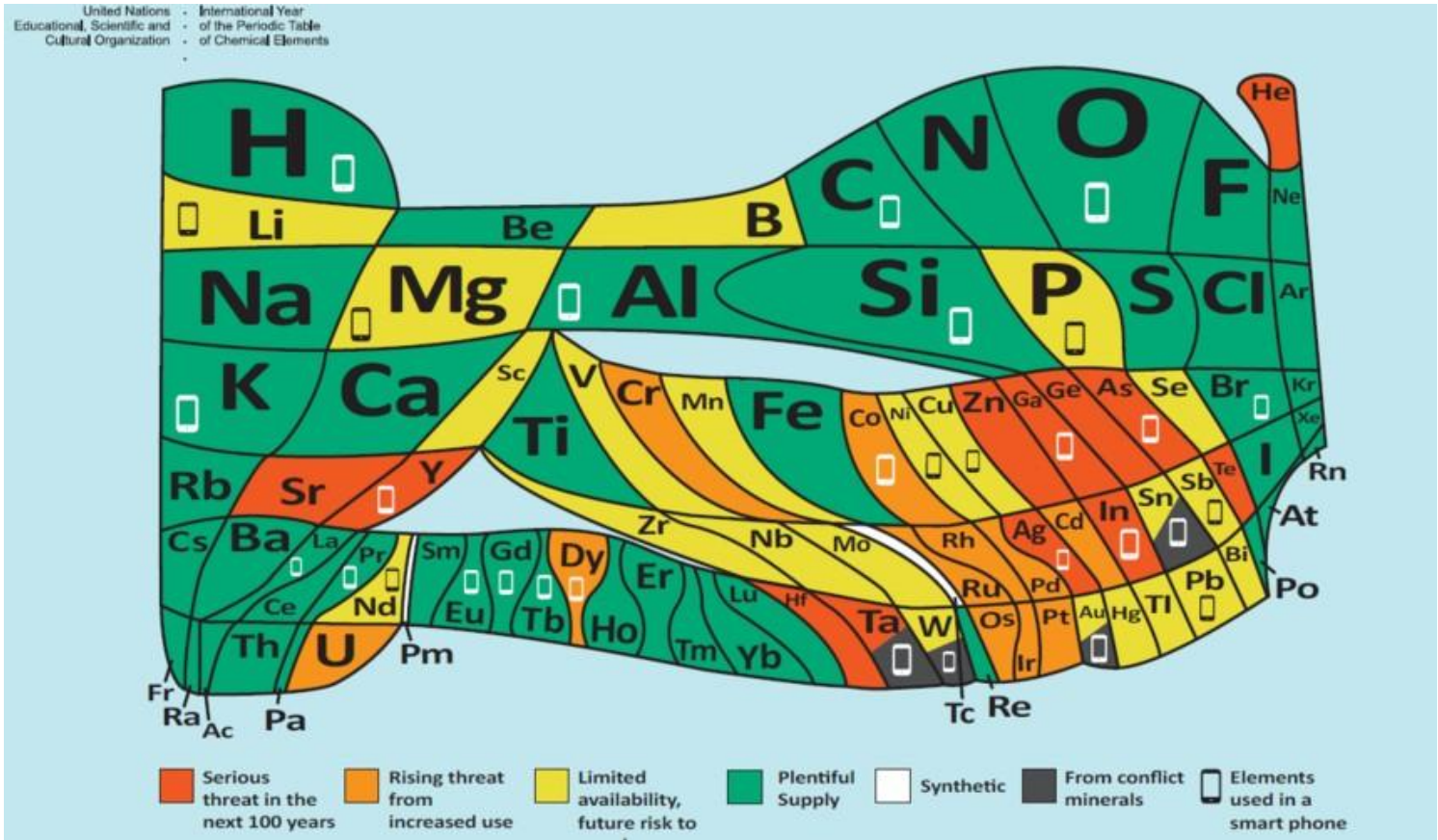
Xerri (2025) destaca que as comunidades indígenas afetadas pela mineração de lítio estão impetrando ações para garantir seus direitos perante os poderes públicos. Esse movimento baseia-se na exigência do exercício do mecanismo de consulta livre, prévia e informada, que, conforme já explicitado, não foi realizado antes da chegada das empresas exploradoras. A autora ressalta que essa ferramenta decorre do neoconstitucionalismo latino-americano e que o contexto neoextrativista tem colocado em risco a efetivação desses direitos:

o contexto neoextrativista ameaça os direitos conquistados nas lutas sociais, adentrando territórios e levando a indústria mineira com sua carga de masculinização e violência de gênero. As mulheres e povos originários resistem, como visto nos exemplos da região afro-americana no Equador e indígena no México, porém as comunidades não são imunes às reconfigurações culturais trazidas pelo capitalismo ocidental, nem à violência contra os direitos humanos característica do neoliberalismo (Xerri, 2025, p. 9).

Este trabalho perpassa inteiramente pela cartografia, mais especificamente pela cartografia crítica. Nos debruçamos sobre essa metodologia a fim de entender, sistematizar e cartografar de forma não hegemônica as afetações causadas pela mineração de lítio na Argentina, Chile e Bolívia, buscando representar a informação de maneira não convencional, mas crítica. O objetivo é evidenciar os principais impactos da extração de lítio nos salares do chamado “Triângulo do Lítio” por meio de uma linguagem simples e direta. Diante dessa ideia, nos deparamos com a tabela periódica por abundância (ver figura 10), lançada há alguns anos pela Sociedade Europeia de Química, que reorganiza os elementos com base em sua disponibilidade na Terra, em

vez da disposição clássica. Essa tabela inclui apenas os 90 elementos naturalmente encontrados, excluindo os sintetizados artificialmente, e tem como propósito alertar sobre a finitude desses recursos essenciais para a tecnologia e a medicina, conforme explica Cole-Hamilton, da Sociedade Química Europeia (EuChemS) (Galileu, 2019). Dessa forma, utilizamos a linguagem e a organização da tabela periódica para dispor os impactos da mineração de lítio em graus de abundância, criando uma representação visual que evidencia criticamente os desequilíbrios socioambientais gerados pela extração desse recurso, criamos assim o mapa de abundância de impactos socioambientais (ver figura 11).

Figura 10 – Tabela periódica por abundância.



Fonte: EuChemS/CC BY-ND.





Figura 12 - Jazida de lítio localizada em Itinga, explorada pela mineradora Sigma Lithium.
Créditos: Caio Guatelli.

2.2 O “ouro branco”: a corrida do lítio no Vale do Jequitinhonha

Servilha (2012), ao tratar da emergência da região do Vale do Jequitinhonha, traz considerações importantes que merecem ser abordadas nesta introdução ao contexto mineral do Vale. O autor aponta que, assim como ocorreu no Nordeste brasileiro, o termo “Vale do Jequitinhonha” (em referência ao rio que atravessa grande parte do território) é instituído como uma região geográfica a partir da criação de um órgão estatal. No caso do Vale, isso se dá com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), em 1964. Servilha (2012) levanta uma questão interessante ao argumentar que, embora seja comum encontrar produções intelectuais que afirmem que esse período representou a redescoberta do Vale, uma vez que estaria esquecido e isolado desde a decadência da mineração, essa leitura simplifica uma realidade mais complexa. Podemos traçar essa linha histórica da construção do Vale enquanto uma região unificada ao lembrarmos que a mineração sempre esteve presente em seu contexto – desde a ocupação no período colonial, a partir do início do século XVIII, ligada à exploração do ouro e, no final da década de 1720, à extração de diamantes no arraial do Tejuco, atual cidade de Diamantina, no Alto Jequitinhonha (Furtado, 2009).

Servilha (2012) argumenta que, embora o Rio Jequitinhonha seja frequentemente visto como o vetor de integração morfológica da bacia, ele não desempenha um papel significativo na organização espacial da região. O autor revela que, na verdade, as fragmentações causadas pelas dificuldades de locomoção e pelos desafios de contato entre localidades distantes exerceram maior influência nesse processo. Assim, a bacia, como o próprio autor descreve, se apresenta “recortada” por relações estabelecidas em uma escala local, nas quais o rio funcionou como o principal mecanismo de

articulação entre os povoados distantes ao longo de seu curso (Servilha, 2012).

O autor amarra essa ideia ao afirmar que a história do Vale do Jequitinhonha, de certa forma, “não existe” por conta de sua própria particularidade natural. Seu surgimento enquanto região se dá, então, a partir da criação de um órgão estatal e dos processos desencadeados por ele. Dessa maneira, entende-se que a bacia do Vale se tornou uma região delimitada por questões políticas e administrativas, fundamentadas em interesses estatais que nem sempre se mostraram públicos (Servilha, 2012).

Com isso, é possível compreender como a própria formação do Vale do Jequitinhonha atendeu, inicialmente, às necessidades coloniais e, posteriormente, aos interesses do Estado, moldando-se em meio ao extrativismo e à exploração. Servilha (2012) sintetiza a conformação física do Vale de maneira direta e concisa:

Apesar da profunda heterogeneidade encontrada na bacia do Rio Jequitinhonha (diferenças nos processos históricos de ocupação, na vegetação, no clima, nos arranjos econômicos, tanto quanto socioculturais) e das semelhanças entre áreas da bacia e outras áreas do estado (como bacia do Mucuri e São Francisco), o Vale é visto como uma região, uma especificidade no espaço, um recorte no mapa. E qual seria a especificidade a representar e legitimar tal invenção? **A pobreza.**

Ao questionarmos, com razão, a associação entre o Vale do Jequitinhonha e a pobreza, precisamos ter clara aqui a indissociabilidade entre espaço e miséria presente nos discursos que inventaram a região (Servilha, 2012, p. 36, grifo nosso).

Mais adiante, retomaremos a formação territorial e cultural do Vale do Jequitinhonha ao aprofundarmos as questões intrínsecas das relações sócio-espaciais do território. Neste capítulo, porém, nosso foco será a corrida pelo lítio na região. Para isso, é fundamental compreender como a formação do Vale sempre esteve atrelada a interesses externos.

Nos últimos anos, a região tem ganhado destaque novamente devido às suas reservas de lítio, que correspondem a cerca de 85% de toda a reserva nacional. Com base nos estudos de Servilha (2012), é possível perceber como, mais uma vez, o Vale é “re-redescoberto” por meio dos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs). Neste caso específico, o foco se volta para o chamado “Vale do Lítio” (Sulzbacher *et al.*, 2023).

Ao iniciarmos a pesquisa para fundamentar este trabalho, buscamos entender as primeiras ocorrências do termo “Vale do Lítio”. Para isso, utilizamos a ferramenta de data avançada do Google, separando trimestralmente, desde o ano de 2010, as palavras “Lítio” e “Vale do Jequitinhonha”. Ao darmos o pontapé inicial nessa metodologia, encontramos as primeiras notícias diretamente ligadas ao potencial de lítio no Vale do Jequitinhonha de forma concreta e embasada no ano de 2013. No entanto, no mesmo período, já

havia estudos que apontavam alguns impactos socioambientais da mineração de lítio em Araçuaí, como no caso do relatório intitulado “Exploração de lítio em Araçuaí (MG) causa impactos socioambientais negativos”. Percebemos que as principais notícias atrelando o potencial regional do Vale do Jequitinhonha à corrida pelo lítio surgiram após o lançamento de um estudo da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) do Serviço Geológico do Brasil em 2016.

A partir de 2017, notamos um aumento exponencial no número de notícias associando lítio e Vale do Jequitinhonha e principalmente evidenciando o aumento das reservas brasileiras de lítio de 0,5% para 8% em relação as reservas mundiais, as notícias que se concentraram em se embasar nos estudos da CPRM, noticiavam que foram encontradas na região do Vale do Jequitinhonha 45 ocorrências da substância, sendo que 20 delas até então eram inéditas. Aprofundando nossa pesquisa, encontramos os primeiros usos concretos do termo “Vale do Lítio” associado à região em dezembro de 2020, em um estudo lançado pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM). No mesmo ano, o Projeto de Lei (PL) nº 1.992/2020 foi apresentado com o objetivo de regulamentar a mineração de lítio no Brasil, especialmente na região dos vales do Jequitinhonha e Mucuri (CETEM, 2020). Entretanto, as primeiras menções do termo com o propósito de construir uma narrativa desenvolvimentista surgem apenas em setembro de 2022. Nesse período, a revista *Mineração & Sustentabilidade* publicou uma matéria na qual a CEO da Sigma Lithium expressava seu “entusiasmo” em transformar o Vale do Jequitinhonha no “Vale do Lítio”. Em janeiro de 2023, *O Globo* lançou uma matéria com o título “Mineradora Sigma quer transformar o Jequitinhonha no Vale do Lítio ‘verde’”. Finalmente, em maio de 2023, o termo “Vale do Lítio” foi oficialmente lançado pelo governador Romeu Zema, com o *Lithium Valley Brazil* sendo apresentado como um projeto econômico-político para o Vale do Jequitinhonha.

Figura 13 – Fragmentos de reportagens encontradas com temas relacionados Vale do Jequitinhonha X Lítio X Vale do Lítio.



Fonte: CETEM, 2013.



Fonte: CPRM, 2016.



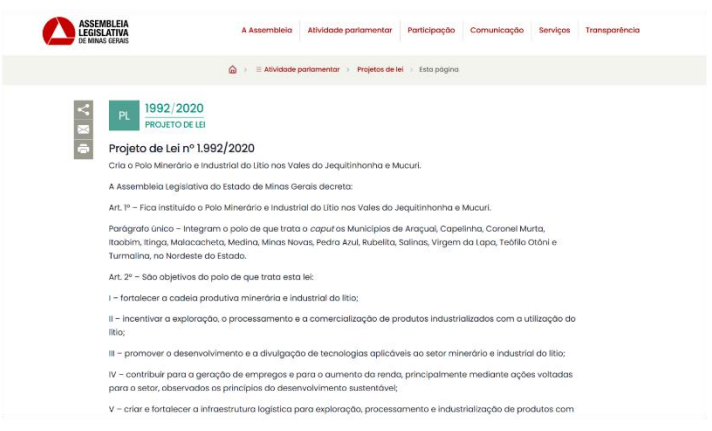
Fonte: Notícias de Mineração Brasil, 2020.



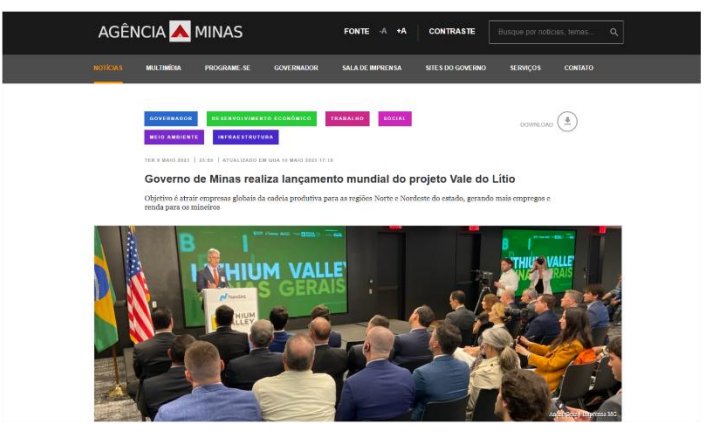
Fonte: O GLOBO, 2023.



Fonte: Revista Mineração & Sustentabilidade, 2022.



Fonte: Agência Legislativa de Minas Gerais, 2020.



Fonte: Agência Minas, 2023.

O projeto “Vale do Lítio” foi idealizado pela InvestMinas – sob a Gerência de Cadeias de Mineração, Siderurgia e Metal-Mecânica –, uma agência estatal que tem como objetivo atrair investimentos e empresas para Minas Gerais (Oliveira, 2024).

No entanto, a ligação do Brasil com a extração de lítio não se restringe aos últimos 10 anos. A exploração desse mineral em solo nacional teve início nos anos 1960 (Santos, 2024), mais precisamente em 1956, mesmo ano em que a empresa Orquima Indústria Química – após ser adquirida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) – começou a tentar produzir hidróxido de lítio (Aguiar, 2024). Segundo Santos (2024), foi no final da década de 1960 que a empresa começou a diversificar suas operações, iniciando a produção de carbonato de lítio, material base para a fabricação de diversos produtos, como baterias, vidro e cerâmicas. A autora destaca que a empresa esteve envolvida historicamente em uma série de controvérsias, tendo sido investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 1956, mais conhecida como CPI Atômica, sobre transações secretas envolvendo a venda da empresa ao governo.. Segundo Aguiar (2024), duas décadas depois, a empresa trocou de nome, passando a se chamar Nuclemon, momento em que sua produção passou a atuar na indústria de sais de lítio em Minas Gerais e no Ceará.

No cenário de Minas Gerais, Santos (2024) nos ajuda a compreender a exploração de lítio na região, que, inicialmente, esteve sob a responsabilidade da Produco, subsidiária da Orquima. No entanto, em 1958, a empresa se retirou da região, sendo substituída até 1972 por outra companhia extrativista: a Companhia Estanífera do Brasil (CESBRA). Segundo a autora, após a saída da CESBRA, a exploração foi assumida pela Arqueana de Minérios e Metais Ltda.. Percebemos, então, um padrão de sucessão na mineração de lítio em

Minas Gerais. A autora reforça essa questão ao destacar que, após a Arqueana de Minérios e Metais Ltda., os direitos minerários foram transferidos para a Sigma Lithium Resources.

Após a Constituição Federal de 1988, os minerais nucleares passaram a ser direito do Estado, conforme o Artigo 21, Inciso XXIII (Aguiar, 2024). A autora também revela que, a partir de 1997, a comercialização de qualquer mineral de interesse nuclear passou a exigir aprovação da CNEN, decisão derivada do Decreto Federal n. 2.413/1997¹¹. Aguiar nos ajuda a compreender a criação da Companhia Brasileira de Lítio (CBL) em 1990, ao estabelecer que neste período o Estado aumentou as taxas de importação de produtos já disponíveis no país e cancelou o acordo tarifário com o Chile, que favorecia a importação de lítio. Com isso, a autora destaca a importância do papel que essas decisões tiveram na formação da CBL, companhia que atua principalmente no Vale do Jequitinhonha:

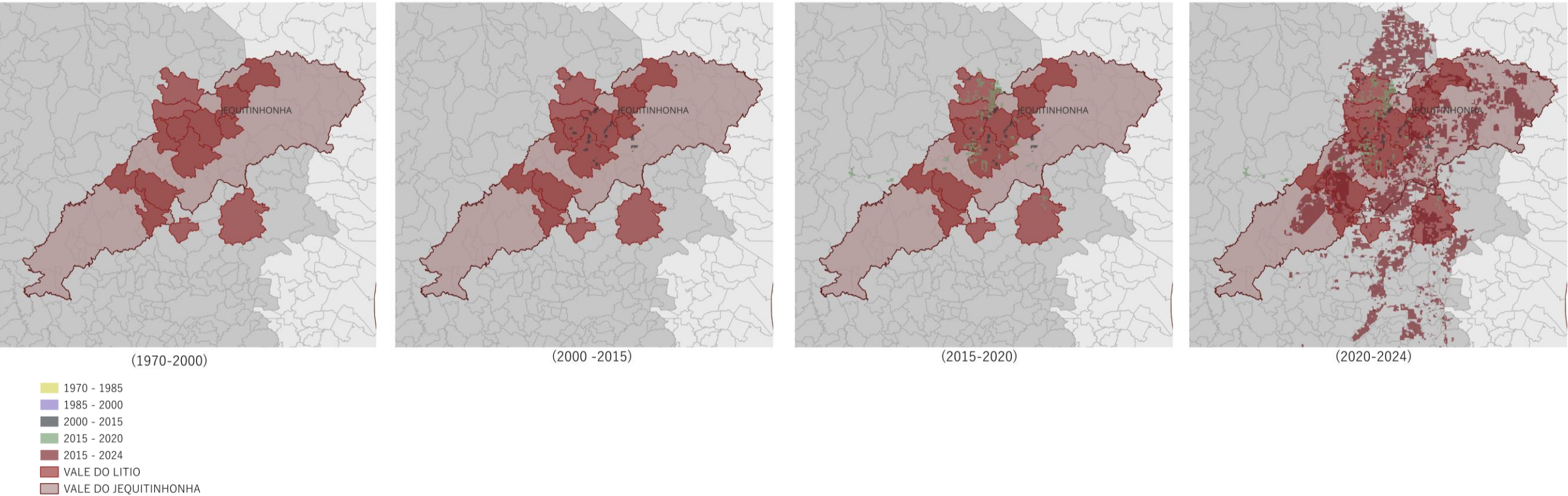
Desde então, a produção nacional se mantinha na faixa de 200 toneladas por ano (0,6% do total mundial). A Companhia atua nos depósitos subterrâneos de pegmatitos em Araçuaí e Itinga, e transfere o concentrado, chamado de espodumênio, para sua planta em Divisa Alegre. Em 2022, com o Decreto nº 11.120, foram removidas as restrições à exportação do lítio (Aguiar, 2024, p. 83).

Aguiar (2024) nos traz ainda uma informação extremamente importante sobre a exploração de lítio ao destacar que os projetos considerados prioritários pelo Relatório de 2022 estão atrelados a empresas com um extenso histórico de crimes ambientais e sociais, como a Vale e a Sul Americana Metais (SAM). Isso contrasta com a afirmação do CTAPME, citada por Aguiar (2024), que aponta que, apesar de o Brasil possuir grandes reservas desses minerais e contar com disponibilidade de recursos para sua implementação, os desafios estariam na “complexidade” do processo de licenciamento ambiental. Dessa forma, podemos compreender a visão que esses megaempreendimentos têm sobre o licenciamento ambiental, enxergando-o mais como uma burocracia do que como uma ferramenta de proteção dos territórios.

Conforme já explicitado, atualmente a mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha está concentrado sob a responsabilidade principalmente da Companhia Brasileira de Lítio (CBL) e da Sigma, com a extração concentrada em Araçuaí e Itinga, localidades onde os processos minerários já estão ativos (Oliveira, 2024).

¹¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2413.htm acesso em 14 ago. 2025.

Figura 14 – Concessão de pesquisa para mineração de Lítio.



Fonte: Produzido pelo autor, 2025. Bases de dados: IBGE, SIGMINE (2024).

Outras empresas estrangeiras também demonstraram interesse na mineração de lítio na região, como a Latin Resources, Atlas Lithium e Lithium Ionic (Oliveira, 2024).

Podemos compreender o avanço da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha a partir da figura 14, que ilustra a evolução dos processos minerários na região desde 1970, voltados para a extração desse minério. De acordo com Oliveira (2024), em 2023 foram registrados cerca de 1.721 processos relacionados ao lítio em Minas Gerais, sendo 637 requerimentos de pesquisa, 1.079 autorizações de pesquisa e 5 requerimentos de lavra. Focando em Minas Gerais, Aguiar (2024) traz em sua dissertação quais as principais empresas atuando na mineração de lítio – a britânica OXIS Energy e a CODEMGE Participações S.A. –, que planejavam utilizar o mineral para a produção de células de lítio. No entanto, ambas abandonaram o projeto após

declararem falência, acumulando um prejuízo de R\$ 50 milhões. A autora também destaca a australiana Latin Resources (ASX:LRS), responsável pelo Projeto de Lítio Salinas. Em março de 2023, foi assinado um Memorando de Entendimento não vinculante com a InvestMinas, prevendo apoio para que a empresa receba facilidades na obtenção de aprovações e licenciamentos, além de incentivos para a construção de um setor integrado de baterias de lítio (Aguiar, 2024). Outro projeto citado foi o da Elektro Lithium Mining, parcialmente pertencente à World Mineral Resources. Apesar do anúncio do início da avaliação do projeto no Vale do Jequitinhonha, ele não avançou (Aguiar, 2024). Além disso, a empresa argentina Bravo Motor Company (BMC), em parceria com a norte-americana Rockwell Automation, tem como objetivo produzir veículos elétricos e baterias em Minas Gerais (Aguiar, 2024).

A lista de empresas interessadas na extração de lítio no estado continua. A Advanced Metallurgical Group (AMG) Brasil, de origem neerlandesa, foca na extração de espodumênio e na produção de hidróxido de lítio, além de fabricar baterias na Alemanha (Aguiar, 2024). A autora destaca que a empresa é responsável pela primeira planta de processamento de concentrado de lítio em Minas Gerais, localizada na mina Mibra, em Nazareno, com planos de extrair 90.000 toneladas anuais de concentrado de lítio. Também há a presença da canadense Lithium Ionic (TSX-V: LTH), que anunciou sua chegada às regiões de Itinga e Salinas em 2023, com

fortes indícios de que pretende iniciar suas operações ainda este ano (Aguiar, 2024). Já a norte-americana Atlas Lithium detém, segundo Aguiar (2024), 57 direitos minerários distribuídos por Araçuaí, Itinga, Coronel Murta, Rubelita, Taiobeiras e Virgem da Lapa.

Outra empresa mencionada é a canadense Spark Energy Minerals Inc., anteriormente chamada St. Anthony Gold Corp., que afirma possuir cinco ativos de exploração de lítio. Segundo Aguiar (2024), a empresa informa em seu site que detém 12.315 hectares licenciados para a exploração de lítio em Minas Gerais e Bahia, além de expressar interesse em expandir suas atividades para a extração de terras raras na região. No entanto, até o momento da pesquisa da autora, as informações disponíveis indicavam que a empresa possuía apenas autorizações para conduzir pesquisas. Aguiar (2024) também aborda a atuação da Foffire Metals Pty Ltd, empresa australiana que, desde 2013, realiza prospecção de metais preciosos, elementos de terras raras e lítio em diversos estados brasileiros, incluindo Minas Gerais, Bahia, Goiás, Piauí, Mato Grosso e Ceará. Segundo a autora, a empresa se apresenta como uma das principais detentoras de direitos minerários na área, o que é confirmado pelos dados da SIGMINE. Dentre os 2.930 processos relacionados à exploração de lítio para uso industrial registrados desde 2016, 379 pertencem à Foffire Metals, sendo que a grande maioria (377) foi protocolada entre 2022 e 2023. Desse total, 249 correspondem a autorizações de pesquisa e 129 a requerimentos de pesquisa, com predominância em Minas Gerais, além de dois na Bahia e um processo de disponibilidade datado de 2016.

Por fim, Aguiar (2024) menciona a atuação da canadense Sigma Lithium S/A, empresa listada nas bolsas de valores de Toronto, B3 e Nasdaq. Foi na Nasdaq, inclusive, que o governador Romeu Zema lançou o projeto “Vale do Lítio” em 2023. Segundo a autora, a Sigma Lithium S/A tem como acionista majoritário

a A10 Investimentos (43,6%), além da FitPart Management Advisors (4,99%) e da CQS (UK) LLP/BlackRock Advisors (UK) Ltd (4,71%). A autora destaca que o grande diferencial da Sigma no setor de mineração de lítio é seu envolvimento com a produção do chamado “lítio verde Triplo Zero” sob a bandeira da “green tech¹²”. Focada na exportação de concentrado de lítio para a indústria de veículos elétricos, a empresa conduz seus processos minerários dentro do projeto Grota do Cirilo, em Minas Gerais, que abrange quatro propriedades e 28 licenças para exploração mineral. A autora ainda ressalta que a Sigma Lithium S/A é uma das empresas mais antigas em atividade na região, tendo iniciado suas avaliações geológicas em 2012, ficando atrás apenas da Companhia Brasileira de Lítio.

Para o terceiro trimestre de 2023, Aguiar (2024) revela que a empresa alcançou cerca de US\$ 97 milhões de receita, com 37% de lucro líquido. A autora ainda destaca que o preço médio da tonelada do concentrado de lítio vendido pela empresa chegou a US\$ 2.488. Apesar de ter iniciado suas atividades recentemente, em abril de 2023, a empresa já havia realizado um embarque de 15 mil toneladas para a China em julho do mesmo ano. Já em setembro, enviou 22.500 toneladas de lítio para a Glencore, uma gigante da mineração que, conforme reforça Aguiar (2024), possui um histórico de envolvimento em processos de corrupção, além de ter registrado três pedidos de mineração de ouro em terras indígenas em 2021. A Sigma, conforme explicado pela autora, reafirma seu discurso de “rejeito zero”, sustentado por um acordo de três anos que prevê o envio de 300 mil toneladas de rejeito por ano. Para a empresa, essa estratégia justifica a afirmação de que sua mineração seria “zero rejeitos”, referindo-se aos chamados “rejeitos verdes”. No entanto, como a autora também argumenta, esses rejeitos não deixam de existir, tampouco desaparecem em sua própria forma de extração. Aguiar (2024) sugere que pode estar em curso um processo de financeirização dos minerais estratégicos, impulsionado por sua crescente importância na transição energética e pelo discurso que a acompanha.

Para compreendermos mais a fundo os processos minerários nas cidades que conformam o “Vale do Lítio”, iniciamos nossa análise pela busca do número de processos ativos nas 14 cidades da região: Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Malacacheta, Medina, Minas Novas, Pedra Azul, Virgem da Lapa, Teófilo Otoni, Turmalina, Rubelita e Salinas. Para isso, adotamos duas abordagens complementares. A primeira foi a cartografia, que apresentamos acima, com o objetivo de espacializar a informação. Utilizamos

¹² Green Techs é como vem se chamando empresas de tecnologia voltadas para o desenvolvimento de soluções para questões socioambientais, sendo comumente denominadas também como “startups verdes”.

os dados shapefile disponibilizados pelo SIGMINE, conforme ilustrado na figura 14, permitindo visualizar a expansão da mineração no Vale do Jequitinhonha ao longo dos anos.

A segunda abordagem envolveu a pesquisa nos processos fornecidos pela Agência Nacional de Mineração (ANM) (ver Apêndice A) para obter o número exato de processos ativos exclusivamente nas 14 cidades que compõem o "Vale do Lítio". Nessa pesquisa, filtramos os dados considerando as substâncias "Minério de Lítio", "Lítio", "Espodumênio" e "Pegmatito". Dessa forma, tivemos acesso a todos os processos vinculados a essas substâncias em cada uma das cidades selecionadas. Após a análise, realizamos a exclusão de registros duplicados, ou seja, processos que se repetiam em mais de uma cidade do "Vale do Lítio".

Com isso, chegamos ao total de 662 processos ativos entre 01/01/2000 e 31/12/2024. Destacamos que o aumento substancial no número de processos ocorreu, em sua maior parte, a partir de 2020. Além disso, vale ressaltar que esse levantamento considera apenas as cidades incluídas na definição do "Vale do Lítio", mas não exclui processos conjuntos, ou seja, aqueles que envolvem uma cidade fora das 14 mencionadas, desde que compartilhem o mesmo número de processo com uma cidade do "Vale do Lítio". Caso fossem considerados todos os processos minerários da mesorregião, esse número ultrapassaria a casa dos milhares.

Tendo em vista nossa análise, é importante ressaltar que o projeto "Vale do Lítio" não se restringe exclusivamente às 14 cidades já mencionadas. Grande

parte dos processos minerários está ligada a outras regiões da mesorregião, evidenciando que a dimensão da atividade extrativista do lítio é muito maior do que a abordagem frequentemente adotada pelos veículos midiáticos, que costumam concentrar sua atenção apenas nessas 14 cidades. De acordo com a "NOTA TÉCNICA Nº 01/2024 – Processos Minerários no Jequitinhonha e no Mucuri", publicada pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro (2024), até fevereiro de 2024 havia um total de 1.377 processos minerários relacionados à exploração de lítio e minério de lítio nessas bacias hidrográficas, abrangendo uma área de 1.812.620,92 hectares. Grande parte desse avanço acelerado em um curto período de tempo tem forte influência do Estado, que vem se movimentando ativamente desde a descoberta do potencial do Vale do Jequitinhonha para posicionar o Brasil estrategicamente no setor de commodities. Aguiar (2024) destaca que, além das iniciativas do governador Romeu Zema, é importante observar as declarações de Flávio Roscoe, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Segundo ele, há a intenção de criar uma legislação específica para a região, além de estabelecer uma área onde "o licenciamento ambiental será mais célere" (Pavanelli; Lopes, 2023, s/p apud Aguiar, 2024, p. 93).

Tais medidas, que flexibilizam os trâmites para grandes empreendimentos, acabam facilitando a instalação de megaempreendimentos em locais inadequados. Essa flexibilização, na prática, reduz a exigência de estudos e análises ambientais, limitando a capacidade dessas empresas de identificar e mitigar possíveis danos socioambientais nos territórios onde pretendem atuar. Um exemplo concreto desse impacto ocorre, no momento da escrita deste trabalho, no município de Araçuaí, com um recente abaixo-assinado contra um projeto de lei do atual prefeito. A proposta do prefeito visa reduzir em 1/4 a área da unidade de conservação "Chapada do Lagoão"¹³, onde estão localizadas 139 nascentes que abastecem afluentes do Rio Jequitinhonha¹⁴.

¹³A proposta foi apresentada pelo prefeito Tadeu Barbosa de Oliveira (PSD) e visa redefinir os limites da Área de Proteção Ambiental (APA) Chapada do Lagoão, o que resultaria em uma redução de 23% da área protegida. O argumento central da proposta é a alegação de que a APA estaria sobrepondo-se aos limites do município de Caraí e que a alteração corrigiria essa delimitação. No entanto, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) já emitiu um parecer contrário, recomendando a retirada do projeto. Segundo estudos apresentados pela professora Vanessa Juliana da Silva, do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro (UFVJM), há presença de mineração no entorno da APA, além de um crescimento significativo do interesse pela exploração de lítio na região. Caso todos os processos minerários em tramitação sejam aprovados, a área poderá ser transformada em uma grande cratera, ameaçando nascentes e comprometendo a estabilidade do ecossistema. Além dos impactos ambientais, a autora alerta para os riscos que a redução da área protegida representa para as comunidades tradicionais locais, que dependem dos recursos naturais da região para sua sobrevivência e cultura (Caritas, 2025). Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/audiencia-publica-na-almg-reforca-pressao-contra-a-reducao-da-apa-chapada-do-lagoao>. Acesso em: 03 mar. 2025.

¹⁴ O abaixo assinado, organizado pelo grupo "Janelas do Jequitinhonha", está disponível em: <https://www.change.org/p/salve-a-apa-chapada-do-lago%C3%A3o>. Acesso em 17 fev. 2025.



Uma fala que destacamos é a do diretor-presidente da Invest Minas, João Paulo Braga, que enfatiza o potencial do chamado Vale do Lítio para se tornar um dos principais polos globais na fabricação e no desenvolvimento de tecnologias ligadas ao setor. Braga reforça a disposição do governo estadual em fornecer suporte aos investidores, garantindo acesso a informações estratégicas que facilitem a implementação de novos projetos em Minas Gerais e incentivem a exploração dessa oportunidade de negócio (Minas Gerais, 2023).

Juntamente com as iniciativas voltadas à criação e expansão de megaprojetos de mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, observamos uma estratégia discursiva por parte do governo de Romeu Zema, em suas redes sociais e outros veículos midiáticos, promovendo e enaltecendo o “Vale do Lítio” e os supostos benefícios da atividade minerária na região. Temos como exemplo o lançamento de um edital, em que o governador Romeu Zema estimula narrativas elogiosas sobre a mineração.

O governo de Romeu Zema (Novo) lançou um edital para jornalistas e produtores de conteúdo chamado de Riqueza dos Vales, que vai premiar profissionais que contarem histórias sobre os efeitos transformadores de programas implantados na região do Vale do Jequitinhonha, chamado pela gestão de “Vale do Lítio” (Wilker, 2025).

Podemos observar o empenho do Romeu Zema em promover o Vale do Jequitinhonha como o denominado “Vale do Lítio” na figura 15, em que o governador posa diante de um telão que destaca *Lithium Valley*. Conseguimos notar também que não há a menor referência ao nome “Vale do Jequitinhonha”, evidenciando o caráter político-econômico atribuído à região pelo governo estadual. Nesse sentido é evidente a escolha discursiva que reforça a desvalorização da identidade territorial do Vale do Jequitinhonha.

Em dados divulgados pela Agência Nacional de Mineração (ANM, 2023) sobre a produção beneficiada de concentrados de lítio (Li_2O) na região entre 2019 e 2022 evidenciam uma trajetória de crescimento exponencial. Em 2019, a produção registrada foi de 553,22 toneladas de Li_2O contido, aumentando para 603,75 toneladas em 2020 e atingindo 788,95 toneladas em 2021. Em 2022, a produção apresentou um salto expressivo, atingindo 1.597,82 toneladas, o que representa um incremento de 102,5% em relação ao ano anterior. Tal crescimento abrupto reforça a intensificação do extrativismo do mineral na região e sugere a reconfiguração de dinâmicas territoriais e produtivas associadas à mineração de lítio. Até dezembro de 2022, a totalidade da produção beneficiada na região estava vinculada à Companhia Brasileira de Lítio (CBL). No entanto, é nesse mesmo período que se observa a emergência da Sigma Mineração, que, em dezembro de

Figura 15 – Romeu Zema divulgando “Lithium Valley” na Nasdaq
Fonte: Screenshot do perfil do LinkedIn do governador Romeu zema.

PRINCIPAIS EMPRESAS VINCULADAS AO LÍTIO NO "VALE DO LÍTIO"*			
Depósito/Projeto (Lítio como principal commodity)	Proprietária	Nacionalidade	Local
Xuxa	Sigma Lithium	Canadá	Araçuaí/Itinga
Nezinho do Chicão	Sigma Lithium	Canadá	Itinga
Barreiro	Sigma Lithium	Canadá	Araçuaí/Itinga
Murial Sul	Sigma Lithium	Canadá	Itinga
Lavra do Meio	Sigma Lithium	Canadá	Itinga
Cachoeira	Companhia Brasileira de Lítio	Brasil	Araçuaí
Mina Mibra	AMG Lithium Brasil	Subsidiária da empresa alemã AMG	Nazareno
Mina Volta Grande	AMG Brasil	Subsidiária da empresa neerlandesa AMG	Nazareno
-	Lithium Ionic MGLIT (subsidiária)	Canadá	Itinga/Salinas
-	Atlas Lithium	EUA	Araçuaí; Coronel Murta, Salinas, Rubelita
-	Latin Resources Limited (ASM:LRS)	Austrália	Salinas
-	Foxfire metals Ltda	Austrália	Capelinha/Minas Novas/ Salinas/ Teófilo Otoni
-	Clear Mineração Ltda	-	Malacacheta/ Araçuaí/ Coronel Murta/ Rubelita/Minas Novas
-	Smart Lithium Resources Ltda	Brasil	Araçuaí/ Itinga/ Coronel Murta/ Rubelita/ Salinas
-	Elektro Lithium Mining Participações S.A.	-	Coronel Murta/ Itinga/ Rubelita/ Salinas
-	Spark Energy Minerals	Canadá	Araçuaí/ itinga
-	Mars Mines Brasil Ltda	Austrália	Minas Novas/ Capelinha

2022, iniciou sua produção bruta (Run of Mine) na região (ANM, 2023). Esse marco sinaliza uma ampliação do protagonismo de novos agentes econômicos no setor, ampliando as disputas territoriais e os impactos socioambientais decorrentes da intensificação da atividade minerária

Milanez (2021) contribui para a compreensão do papel do Estado no contexto do neoextrativismo, a partir de Gudynas (2015) sobre o conceito de “neoextrativismo progressista”. No qual esse modelo se manifesta, sobretudo, em países que aderiram à chamada “onda rosa” nos anos 2000, como Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Venezuela. Nesse contexto, há uma reconfiguração do papel estatal, no qual o Estado assume a função de regulador do acesso aos recursos naturais, podendo atuar por meio de instrumentos como regulação, nacionalização das reservas ou o fortalecimento de companhias estatais. Outro aspecto do neoextrativismo, segundo Milanez (2021), é a concepção do Estado como “Estado compensador”, que captura parte das rendas advindas das atividades extrativistas para implementar programas voltados ao combate à pobreza e à redução das desigualdades sociais. No entanto, essa perspectiva “progressista” do extrativismo tende a minimizar ou até mesmo negar os impactos socioambientais dessas atividades. Em algumas circunstâncias, o discurso estatal e corporativo legitima tais atividades ao apresentá-las como mecanismos de superação da pobreza e da desigualdade.

Mais adiante, no subcapítulo sobre jogos de narrativas do “Vale do Lítio”, será aprofundada a questão do uso dos estigmas geracionais do Vale do Jequitinhonha como ferramenta discursiva para legitimar processos extrativistas, evidenciando como as construções simbólicas e históricas da região são instrumentalizadas para viabilizar e justificar a intensificação da exploração mineral. É evidente os esforços do Estado para que empresas internacionais prestem atenção ao setor mineral de lítio na região do Vale do Jequitinhonha. A partir dos dados presentes na Tabela 1, é possível identificar as principais empresas interessadas no lítio do Vale do Jequitinhonha.

* Tabela 1 – Aguiar, adaptado pelo autor. Fonte: Para a elaboração desta tabela, foram utilizados dados fornecidos por Aguiar (2024) e informações obtidas a partir dos processos minerários disponíveis no site da Agência Nacional de Mineração (ANM, 2025). A seleção dos dados considerou as principais empresas atuantes na região, excluindo-se os processos minerários sob responsabilidade de pessoas físicas. Para uma visão abrangente de todos os processos minerários identificados no chamado "Vale do Lítio".

No relatório lançado pela ANM (2023) foi possível observar a trajetória ascendente da produção comercializada de minérios de lítio no Vale do Jequitinhonha entre os anos de 2019 e 2022, em que percebemos a crescente exploração do recurso na região vinculado também a exportação internacional da commodity.

Em 2019, foram comercializadas 557,3 toneladas de Li_2O contido, resultando em um valor de R\$ 13.389.959,48. A maior parte desse volume foi destinada à produção de compostos químicos em fábrica própria localizada em Minas Gerais, enquanto uma fração menor foi exportada principalmente para China e Alemanha. No ano seguinte, 2020, a produção atingiu 548,1 toneladas, com um aumento no valor comercializado para R\$ 15.475.060,30, mantendo a mesma lógica de destinação.

Já em 2021, verifica-se um salto expressivo na produção, alcançando 906,2 toneladas de Li_2O contido, movimentando R\$ 43.344.054,40. Neste período, 56% da produção permaneceu para a fabricação de compostos químicos em fábrica própria, enquanto 44% foi exportado na forma de concentrado, com 96% desse volume direcionado para Alemanha, Turquia e China.

O avanço mais significativo, entretanto, ocorre em 2022, quando a produção mais que dobrou, chegando a 1.593,2 toneladas e atingindo um valor comercializado de R\$ 483.953.137,45. Destaca-se que 27,5% desse volume foi mantido para a produção interna de compostos químicos, enquanto 72,5% foi vendido como concentrado, deste apenas 1% para o Brasil (SP), já a parcela de 99% desse montante sendo enviado para mercados internacionais, sendo eles segundo a ANM (2023) Alemanha e China.

A mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha como trouxemos neste capítulo é fruto desse processo de expansão econômica, resultante de uma reconfiguração territorial estruturada e pautada pela extração e exportação desse recurso natural. No entanto entender a inserção do Vale do

Jequitinhonha dentro desse sistema macropolítico ainda é abstrato. A partir da identificação das principais empresas vinculadas a exploração de lítio do Jequitinhonha e dos países que importam o mineral, conseguimos observar os circuitos do capital e de quem são os interesses por trás desse avanço extrativista.

Diante de todas as questões levantadas ao longo deste capítulo, partimos para o desenho da informação de modo a perceber e compreender as articulações espaciais do lítio no Vale do Jequitinhonha. Conseguimos sistematizar a construção desse "Vale do Lítio", assim como identificar os atores interessados nesse processo e os destinos desse material. É nesse sentido que avançamos para a construção de uma cartografia, buscando visualizar as teias de relações imersas nas complexas macropolíticas mundiais às quais o Vale do Jequitinhonha está submetido.

Figura 16 – Principais articulações espaciais do lítio do Vale do Jequitinhonha.
Créditos: Produzido pelo Autor, 2025.

PRINCIPAIS ARTICULAÇÕES ESPACIAIS DO LÍTIO DO VALE JEQUITINHONHA



2.2.1 “Vale do Lítio” e o “Lítio verde”: A construção do discurso nos jogos de narrativa

etimologia de vale da pobreza

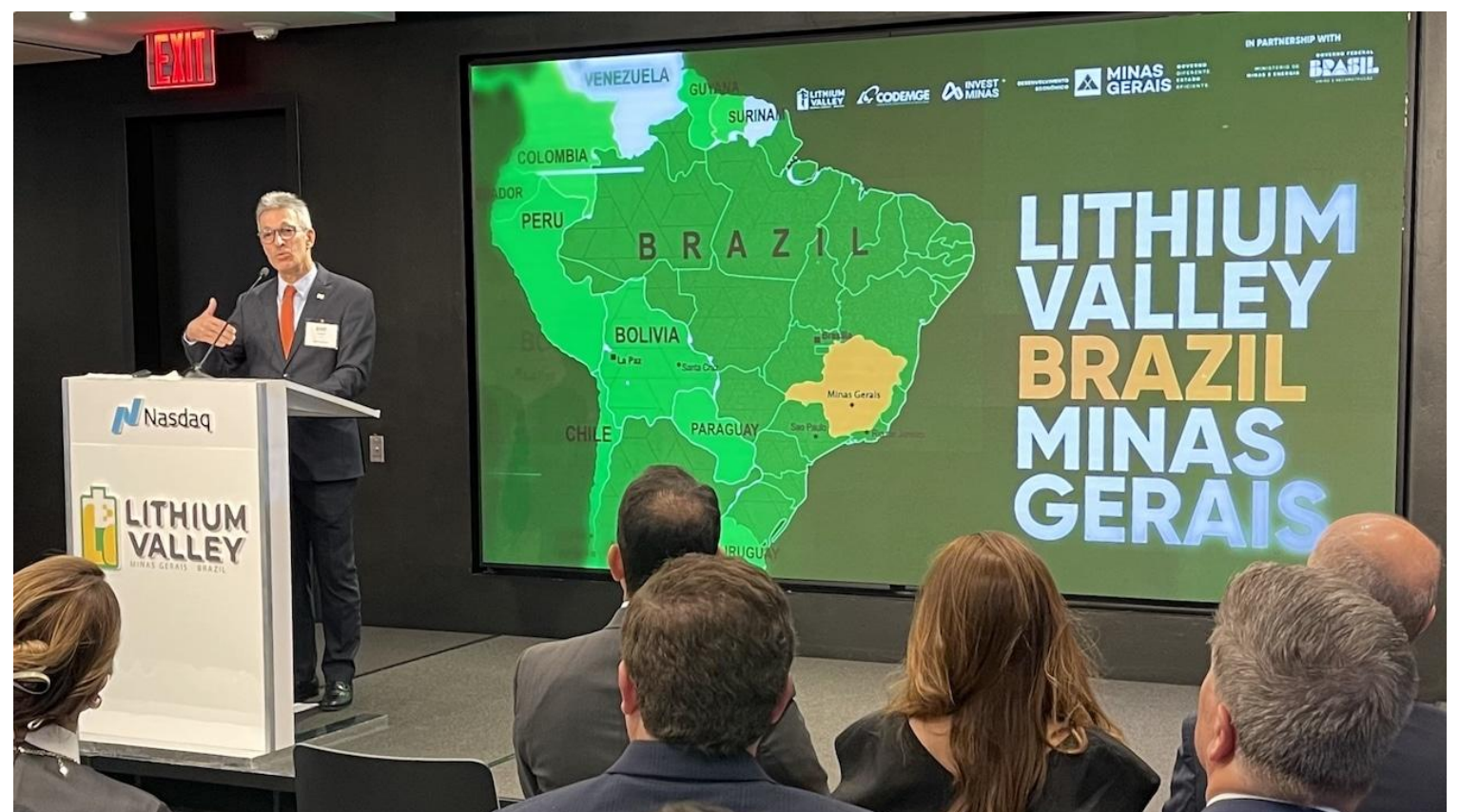
Esta seção propõe uma análise crítica do discurso político-econômico e da modernização ecológica, afim de compreender como os jogos de narrativas se manifestam no Vale do Jequitinhonha, além de questionar a hierarquia hegemônica que estrutura e domina essas narrativas. Para isso, recorreremos às contribuições de Henri Acselrad, Carlos Walter Porto-Gonçalves, explorando as inter-relações entre o território e as estratégias discursivas de dominação. Adicionalmente, utilizaremos bibliografias que discutem a construção social do Vale do Jequitinhonha como “Vale da Pobreza”, refletindo sobre como esses estigmas são instrumentalizados por megaempreendimentos para se legitimarem no território. Nesse sentido, será incorporada a dissertação de Caroline Boletta de Oliveira Aguiar (2024), “A ordem do discurso do desenvolvimento sustentável e o lítio verde”, que realiza uma análise discursiva sobre o conceito de “lítio verde triplo zero.

Conforme discutido anteriormente, as primeiras ocorrências do termo “Vale do Lítio” surgem após a publicação do estudo geológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) em 2016. No entanto, ao investigarmos sua origem concreta, não encontramos evidências precisas sobre o momento exato de sua formação, nem sob qual responsabilidade. Diante disso, partimos de duas hipóteses que podem se complementar. A primeira sugere que o termo deriva diretamente do nome do território, “Vale do Jequitinhonha”, substituindo um elemento identitário marcante (o rio Jequitinhonha) por um outro, que represente um bem econômico forte e identitário, neste caso o lítio. O que faz uma analogia a um caso semelhante também em Minas Gerais, o Vale do Aço, cuja designação emergiu devido à forte presença da indústria metalúrgica. Assim, a nomenclatura “Vale do Lítio”

poderia seguir essa mesma lógica de associação com a principal atividade produtiva instalada no local.

Contudo, acreditamos em uma segunda hipótese, em que a consolidação desse termo decorre, sobretudo, da projeção global que a região passou a assumir no contexto da mineração do lítio, principalmente considerando o lançamento do termo oficialmente como “Lithium Valley”. A promoção do setor mineral pelo governo estadual em espaços como a Nasdaq e em veículos de comunicação internacionais reforçou o uso da denominação *Lithium Valley*, alinhando-se à lógica de construção simbólica de territórios estratégicos para setores tecnológicos e industriais globalmente. A exemplo do *Silicon Valley* (Vale do Silício), nome associado à relevância do elemento silício (Si) para a indústria de nanotecnologia, chips eletrônicos, microprocessadores e microcomputadores. Analogamente, o “Vale do Lítio” no Brasil pode ser interpretado como um esforço discursivo para posicionar o Vale do Jequitinhonha como um polo estratégico na cadeia global da transição energética, dada a importância do lítio para a produção de baterias recarregáveis, principais representantes da “transição energética”.

Figura 17 – Campanha internacional para divulgação do Lithium Valley no Nasdaq



Fonte: <https://capitalreset.uol.com.br/transicao-energetica/como-minas-gerais-quer-criar-o-vale-do-litio/>.

Ao tratarmos das narrativas envoltas dentro do contexto do Vale do Jequitinhonha, lembramos sempre da imposição de “Vale da pobreza” ou do “atraso”. Essa construção de um local regado de miséria e subdesenvolvimento sempre esteve presente na imagem enquanto região para o Vale, no entanto é muito mais preciso lembrar que os fatores dinâmicos que condicionaram a articulação para uma região definida enquanto pobre é muito mais uma imposição que uma característica inerte ao território, Servilha argumenta que a pobreza do Jequitinhonha é fruto da sua má distribuição de terras:

O sistema de propriedade das grandes faixas territoriais é a causa da miséria do Vale. Assim, a estrutura da sociedade é marcada pelo atraso decorrente da estrutura econômica regional [...]. O êxito é uma realidade patente da região. Os canais de ascensão social não são todos acessíveis. Agora, quando os desequilíbrios atmosféricos desabam sobre o Jequitinhonha, arvoram-se os governos – estadual e federal – para solucionar um problema extemporâneo, quando os problemas do Vale são estruturais. Residem mais na estrutura econômica, que é arcaica, na estrutura social, que é feudal (Servilha, 2012, p. 72 apud Martins; Pereira, 2019, p.197).

Essa visão de uma região subdesenvolvida e carente de recursos que possibilitem o investimento governamental chegue ao território movimenta praticamente toda a sua conformação enquanto espaço geográfico. Essa perspectiva se torna evidente ao observarmos que, apesar de o Vale do Jequitinhonha ter sido historicamente um berço econômico para o país em diferentes momentos, a região sempre foi explorada sem que o prometido “progresso” efetivamente se concretizasse. Conseguimos identificar esse padrão em ciclos econômicos anteriores, como a mineração de diamantes no século XVIII, o cultivo de algodão iniciado no século XIX, o avanço do monocultivo de eucalipto na década de 1970 e, mais recentemente, a mineração de lítio.

O que há de comum entre todas essas atividades? Diversos aspectos. Primeiramente, todas são processos extrativistas; em segundo lugar, todas tiveram o apoio do Estado, seja apoio econômico, de incentivo político e/ou divulgação; por fim, todas foram justificadas pelo discurso do “desenvolvimento”. O que se percebe, portanto, é um padrão de comportamento do poder público e das elites econômicas, um tipo de venda do “progresso”, no qual o Vale do Jequitinhonha é imposto em nome de um avanço que, na prática, não se materializa. Esse desenvolvimento, quando ocorre, não é resultado da presença do capital, como o misericordioso depositador de “esperança”, mas da força do povo do Jequitinhonha, em especial das mulheres, como exemplificam as artesãs da região, cujos trabalhos são reconhecidos como bens imateriais do território.

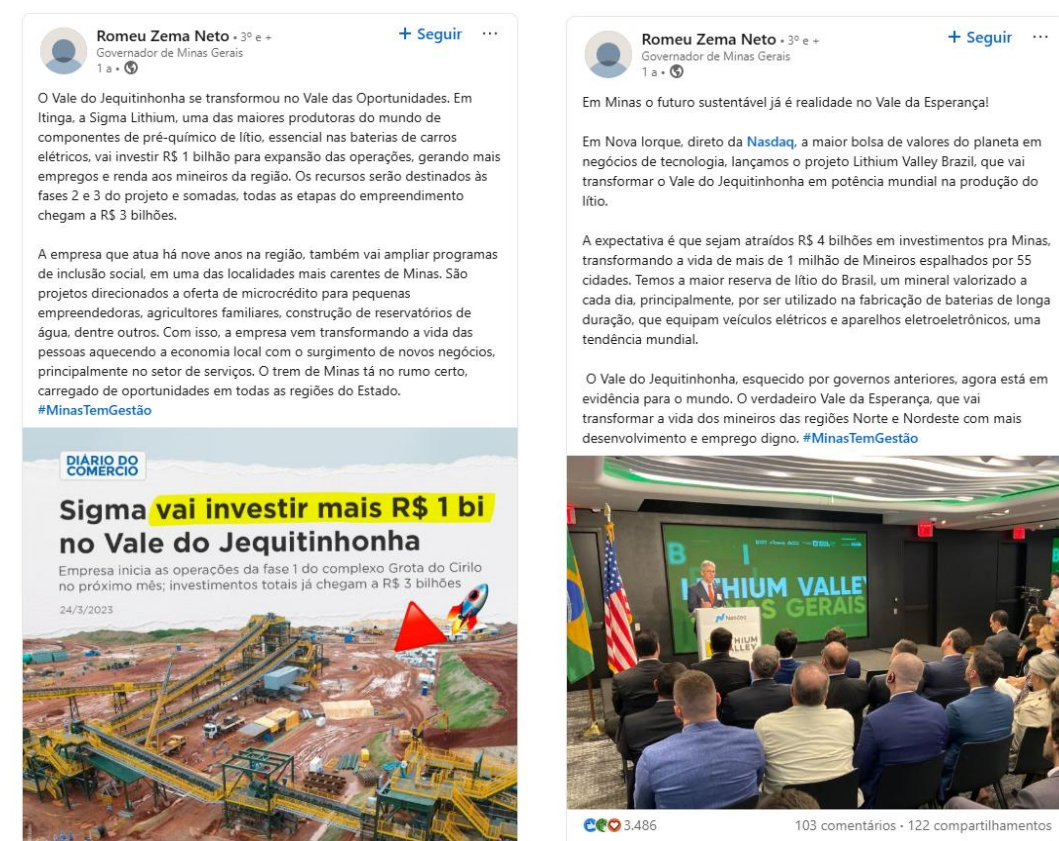
Miranda (2013) argumenta que a construção social do Vale do Jequitinhonha como um espaço caracterizado pela pobreza e desigualdades teve início com a formulação de estudos que, durante os anos 1950 e 1960, associavam desenvolvimento exclusivamente ao crescimento econômico, utilizando a renda per capita como principal indicador do nível de “desenvolvimento” do território.

O autor sugere que essa construção imagética do Vale do Jequitinhonha como um local de “pobreza” e “atraso” teve sua consolidação com base no modelo de desenvolvimento idealizado no Brasil nos anos 1960, especialmente nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que adotavam uma perspectiva quantitativa para avaliar o progresso econômico. Segundo Miranda (2013), com base em Nunes (2001), o II PND, lançado no final de 1974 e implementado posteriormente pelo governo Geisel, buscava completar o processo de substituição de importações e mitigar os impactos da crise energética da época. Nesse contexto, o plano classificava o Vale do Jequitinhonha dentro do grupo dos chamados “bolsões de pobreza do país”.

Dessa forma, consolida-se para o Vale do Jequitinhonha um imaginário de “pobreza”, “atraso” e “miséria”, características que passam a definir a identidade do território de maneira predominante. Esse estigma influencia a percepção externa sobre a região, apagando ou subordinando outros aspectos identitários fundamentais, como a cultura, o artesanato e a arquitetura. Assim, quando falamos sobre pertencer ao Vale, muitas vezes nos vemos reduzido a essa representação estereotipada, que não leva em consideração outras questões para além do estereótipo do “déficit”, sem considerar nossa diversidade cultural, intelectual, gastronômica e artesanal.

Com o avanço da mineração de lítio, é comum encontrarmos notícias, reportagens e artigos que tratam essa atividade como a renovação da “esperança” de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha – mais uma vez. Essa narrativa pode ser observada nas postagens oficiais do governador Romeu Zema, onde o discurso reforça a promessa de progresso atrelada ao extrativismo, reproduzindo um ciclo histórico de exploração e expectativa frustrada

Figura 18 – Publicações do governador estimulando a narrativa do pregresso graças ao Lítio



Fonte: Perfil do LinkedIn do governador Romeu Zema.

Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), trazem uma questão bastante pertinente quando se trata de nomear territórios, o que conseguimos facilmente fazer um paralelo a processos de dominação de territórios através de nomes de seus empreendimentos. Os autores refletem que:

Nomear cada coisa, cada lugar, é um modo de nos apropriarmos do espaço, de nos territorializarmos. Assim é que o território que habitamos nos parece algo natural. Entretanto, todo território é uma criação e, em especial no caso de nossa espécie, uma criação histórica que, como tal, traz dentro de seus processos e sujeitos que protagonizaram sua instituição (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006, p. 14).

Dessa forma, podemos compreender como o uso de denominações como “Vale do Lítio” (Lithium Valley) opera como um mecanismo de dominação territorial, forçando a região a aceitar um megaprojeto desenvolvimentista sob a justificativa de que essa é a única alternativa para que o Vale do Jequitinhonha não seja mais visto como um entrave ao progresso de Minas Gerais. O megaprojeto “Vale do Lítio” é apresentado não apenas como essencial para o desenvolvimento local, mas como um empreendimento estratégico para todo o país, reforçando a ideia de que o território deve ser inserido na lógica econômica nacional a qualquer custo. O problema dessa narrativa reside no fato de que ela reproduz um padrão já observado em outros ciclos econômicos da região, no qual após o esgotamento dos recursos explorados, a região volte a ser abandonada, perpetuando um ciclo de exploração e negligência.

Martins e Pereira (2019) reforçam essa ideia no artigo “O lugar da pobreza e do atraso na construção social do Vale do Jequitinhonha”, ao apontarem que os projetos desenvolvimentistas não apenas perpetuam os estigmas sociais que retratam o Vale como um espaço subdesenvolvido, mas também se apropriam dessas representações como forma de legitimação. Para os autores: Sem sombra de dúvida, os projetos que propunham tirar o Vale do Jequitinhonha da pobreza contribuíram para aumentar o drama da pobreza. Para além disso, criou-se um comportamento comum de aceitação de que a pobreza é natural ou coisa de Deus (Martins; Pereira, 2019, p. 204).

Esse tipo de narrativa coloca regiões estigmatizadas, como o Vale, em uma dualidade entre a pressão do progresso sertanejo e os impactos que esses projetos efetivamente causam no território. Dessa forma percebemos como o discurso do Vale da pobreza e do atraso está muito mais ligado a uma etimologia hierárquica que uma percepção do próprio indivíduo do VALE DO JEQUITINHONHA.

“Gente eu vou lutar até antes de morrer, eu quero ver tirar esse nome do Vale do Jequitinhonha, o Vale do Jequitinhonha é um lugar pobre, mas não é o Vale da miséria” (Deuzani dos Santos apud Jornal da Band, 2023).¹⁵

¹⁵ Relato de Deuzani dos Santos artesã do Vale do Jequitinhonha para o Jornal da Band, 2023. Disponível em: <https://youtu.be/rqSvQCmHMZ8?si=Svd2tr5Hy6L8NbC>. Acesso em: 2 dez. 2024.

lítio verde e o desenvolvimento sustentável

Miranda (2013) ao trazer o conceito de “desenvolvimento sustentável” narra que o mesmo nasce, circundado do que o autor chama de “boas intenções”, no qual se estabelece uma tentativa de estabelecer um desenvolvimento que pense também no meio ambiente. O autor argumenta esse pensamento ao lembrar que o modelo desenvolvimentista em que passamos é um modelo ocidental predatório e arrogante, que promove uma homogeneização dos espaços, dado através da implementação de projetos como hidrelétricas, mineração, monoculturas de soja, eucalipto. Acselrad *et al.* (2009) ressalta que é necessário que recordemos que todo esse esforço em se criar uma relação compatibilizante entre a questão ambiental e o pensamento desenvolvimentista ocorre no mesmo período da consolidação do pensamento neoliberal em escala global. Miranda (2013) argumenta que mediante a tentativa de afirmação do conceito, acaba por desaguar parcialmente numa espécie de “falha”, uma vez que o conceito de “desenvolvimento sustentável” procede discursos que muitas vezes são regados de intenções duvidosas.

Uma das características mais encontradas quando se pesquisa acerca da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, é o bombardeamento de informações sobre o “lítio verde” e a mineração sustentável divulgadas pela empresa Sigma Lithium. As redes sociais da empresa são regadas de *posts* que reforcem essa narrativa. Neste subcapítulo trataremos o que é “lítio verde” e como hoje práticas sustentáveis são ferramentas para a consolidação de processos neoliberais regados pelo “eco”, “verde”, “limpo” e “sustentável”.

Aguiar (2024) recorda que para a empresa Sigma reconfirma seu discurso embasada na “transição energética”, e principalmente na descarbonização. A

autora ainda reforça que a empresa se apoia em tais discursos, afim de se desassociar da mineração tradicional. Conseguimos perceber tais movimentações principalmente ao notar que é muito divulgado pela empresa que sua mineração não possui barragem de minério, (“apenas” pilhas de “estéreis”, que por motivo “ecológicos” são revestidos por um “tapete verde”). Tal tentativa de se desassociar a essas mineradoras se encontra muito pela pressão popular como reforçado por Aguiar (2024), principalmente visto a vários desastres-crimes que ocorreram nos últimos 10 anos em Minas Gerais envolvendo grandes mineradoras como ocorrido em Mariana (2015) e Brumadinho (2019).

Aguiar (2024) argumenta que mesmo que envolvida pelo discurso da sustentabilidade, a Sigma é atrelada muito mais em uma contradição *performativa*, que em uma afirmação. A autora alega que a empresa nomeou Alexandre Mattos para ser diretor ambiental da empresa, no entanto, Mattos trabalhou cerca de 11 anos na empresa Kinross, que, “longe de ser sustentável”, esteve envolvida em diversas violações de direitos socioambientais.

Para entendermos o que seria “lítio verde” primeiramente precisaremos nos recorrer ao entendimento ao “lítio marrom”. Aguiar (2024) ao tratar desses termos encara como existe uma configuração de antagonismo. Conseguimos perceber essa visão da empresa comandada pela CEO Ana Cabral-Gardner no segundo trecho:

Uma coisa importante, que todo mundo tem que ficar muito atento, que é Brasil contra o mundo, eu fico triste quando o pessoal vai para imprensa internacional criticar porque as pessoas não se dão conta de como a gente leva porrada no mundo, porque agora que a gente largou com o lítio verde, a turma do lítio marrom quer que a gente morra, que o Vale morra, que todo mundo aqui se ferre. O lítio marrom é o lítio sujo, todo mundo fazia lítio por aí, imundice total, o que acontece com o lítio verde? ele passa na frente do lítio marrom, então a gente vai colocar cada grama de lítio desse vale na frente do lítio marrom. E aí onde que está esse concorrente? tão nesses lugares, que vem os jornalistas aqui para querer buscar onde que o lítio não é verde, e acusar a gente de green washing, eu estou falando sério. Eu acho que vocês têm que pensar um pouco mais assim, unidos venceremos, porque é “us” vesus “them” mesmo (Cabral Gardner, 2023 apud Aguiar, 2024).¹⁶

Aguiar (2024) analisa que na construção do “eles”, a centralidade do “lítio marrom” emerge como elemento articulador, sendo que países como Chile, Canadá e Austrália integram essa cadeia de equivalência. A autora argumenta que Chile e Austrália são destacados em virtude de sua posição como grandes produtores do mineral, enquanto o Canadá figura tanto pelo interesse nos projetos quanto pela expertise acumulada no

¹⁶ Fala transcrita por Aguiar (2024) da CEO da Sigma Lithium para o 1º Seminário Exploração do Lítio: Desafios e Perspectiva para o Desenvolvimento <https://youtu.be/bmk6Jg1YuUI?si=DhtJUzIqzUD7dPUH>. Acesso em: 12 mar. 2025

setor. Aguiar (2024) ainda levanta que embora, em certas ocasiões, Cabral-Gardner recorra a termos mais incisivos para se referir aos concorrentes, em outras ocasiões, enfatiza a relevância da cooperação no setor, sinalizando disposição para colaborar com outras mineradoras.

A autora reforça que a retórica da urgência e a metáfora de uma “corrida” permeiam o discurso analisado, sendo mobilizadas para enfatizar a competição global por investimentos e mercados. Nesse sentido Gardner (2023), retrata que essa corrida não se daria necessariamente contra nações economicamente hegemônicas, mas sim contra países que teriam alcançado agilidade regulatória, eliminando entraves burocráticos que, em sua visão, desestimulam empreendedores e investidores dispostos a assumir riscos. Essa visão da CEO está nitidamente ligada a pensamentos neoliberais de um entendimento que “burocracias” ambientais, governamentais entre outras são na verdade entraves para grandes projetos.

Nesse contexto, Aguiar (2024) identifica que nesse entendimento do “lítio marrom” existe antagonismos que ameaçariam a posição estratégica do Brasil: críticos internacionais, especialmente jornalistas que associam a mineração de lítio a impactos socioambientais negativos e acusam empresas como a Sigma de *greenwashing*¹⁷, são retratados como agentes que prejudicam a imagem do país no exterior. A esses somam-se vozes internas, como engenheiros e profissionais do setor que, segundo a narrativa, teriam questionado publicamente a competência técnica da CEO, além de atores que disseminariam desinformação sobre o setor (Aguiar, 2024).

A dimensão antagônica também se materializa em políticas de nacionalização do lítio, interpretadas como medidas que geram insegurança jurídica, desencorajam investimentos externos e violariam compromissos contratuais.

Tais ações são associadas a uma suposta “falta de honra” institucional, colocando em risco a prosperidade econômica vinculada ao setor.

No campo específico da mineração Aguiar (2024) entende que para Sigma o “eles” se configura como empresas que operam com práticas questionáveis: desde aquelas que promovem uma “transição energética suja” (marcada por denúncias de trabalho infantil e descaso ambiental) até concorrentes do próprio setor de lítio que, em vez de adotar uma postura colaborativa semelhante à observada no setor de petróleo e gás, engajam-se em competição predatória, criticando-se mutuamente publicamente. Essa fragmentação é vista como contraproducente em um mercado ainda incipiente, onde a cooperação seria estratégica para consolidar a cadeia produtiva global.

Esse entendimento neoliberal de uma configuração que, ao se embasar em aspectos sustentáveis que sejam benéficas ao povo, mantém-se fortemente ligado a uma visão centralizada. Uma perspectiva que considera que as afetações do campo ambiental e social são entendidas em um único aspecto como concordantes:

Tornou-se um pressuposto, notadamente a partir da difusão do ideário neoliberal verificada nos anos 1990, que as decisões tomadas “pelo mercado” se realizariam sempre com o máximo de racionalidade, que seja, com economia de meios, inclusive dos meios materiais do ambiente. É com essa lógica que opera o *Memorando Summers* [...]: ao destinar sistematicamente os danos ambientais aos países, regiões e grupos - elevaria a eficiência global do sistema capitalista e faria com que, em algum ponto no futuro, tecnologias mais limpas viessem a beneficiar também os mais pobres (Acselrad et al, 2009, p. 13).

Por mais que, em diversos momentos, a Sigma adote discursos agressivos de concorrência e se posicione de forma antagônica em relação à mineração de lítio em outros países, em uma lógica dialética, a empresa também reconhece determinados modelos estrangeiros como exemplares. Um exemplo disso é a mineração de lítio na Argentina, que a Sigma frequentemente enaltece. A partir das redes sociais da Sigma Lithium e das reflexões trazidas por Aguiar (2024), é possível identificar um processo de subversão narrativa, no qual a empresa projeta uma imagem do que o Vale do Jequitinhonha pode vir a se tornar no futuro. Nesse contexto, encontramos postagens que afirmam que Araçuaí será a “nova Salta brasileira”, estabelecendo um paralelo entre a região mineira e a província argentina. Esse tipo de discurso desperta, no território, um alvoroço em torno da “esperança” de um desenvolvimento promissor. No entanto, ao analisarmos mais profundamente, percebemos que tais comparações se tornam infundadas quando levamos em conta a complexidade histórica

¹⁷ O Greenwashing, ou "mentira verde", acontece quando uma empresa finge preocupação ambiental, mas suas ações não correspondem ao discurso.

e estrutural de cada local. O “tornar-se” idealizado por Cabral-Gardner se apoia muito mais em uma narrativa de incompletude do Jequitinhonha do que em um projeto concreto de desenvolvimento estruturado para a região.

Figura 19 – Post do Instagram da Sigma Lithium sobre Araçuaí x Salta.



Fonte: Postagem do perfil do Instagram oficial da Sigma Lithium.

Para o "lítio verde", Aguiar (2024) aponta que, em contraposição à construção do “eles”, o discurso também produz um “nós” amplo, que se estrutura a partir da valorização do próprio lítio verde. Esse “nós” é representado por diferentes figuras e valores, como as mulheres no âmbito do empreendedorismo, a ambição dos investidores da bolsa, a renúncia econômica em prol de um futuro sustentável e as supostas vantagens ambientais do processo, marcado pela ausência de rejeitos, de químicos e de emissões de carbono.

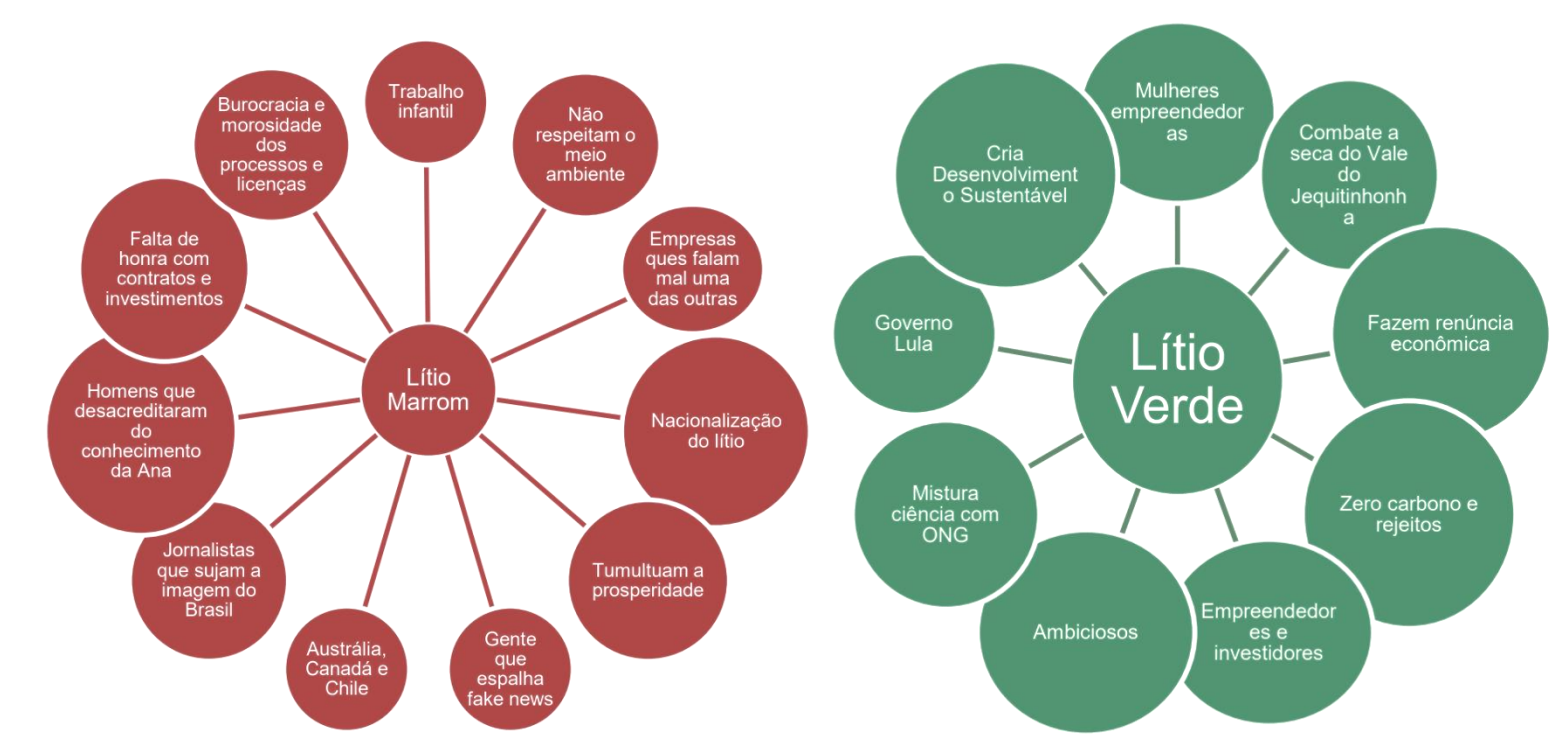
Nesse sentido, Aguiar (2024) reforça que esses elementos se consolidam nos valores discursivos promovidos, destacando a afirmação da Sigma de que é “a única do mundo a produzir lítio verde”. Além disso, o que se evidencia é

essa construção narrativa busca legitimar o empreendimento ao associá-lo a um ideal de inovação e sustentabilidade.

Também está nessa cadeia o governo Lula, os que misturam ciência com ONG e que acabam com o problema da seca. Ainda, que cria problemas de classe alta no Vale do Jequitinhonha, fornece microcrédito para mulheres, levando ao seu empoderamento e fim da violência doméstica, segue os ODS da ONU e com isso cria desenvolvimento sustentável, gera atração de bilhões de investimentos, milagre verde e orgulho global, *Green tech Revolution*. O “nós” seria responsável por colocar Araçuaí e Itinga no mapa da sustentabilidade mundial, gerando empregos verdes e com isso transformação verde, tecnologia verde, industrialização verde. O lítio verde articula em sua cadeia diversos elementos que ultrapassam a questão minerária, mas existem com ele (Aguiar, 2024, p, 112-113).

Aguiar (2024) sintetiza as definições de “lítio marrom” e “lítio verde” por meio da construção discursiva do “eles” e do “nós”, evidenciando o antagonismo presente nessa narrativa. Essa oposição é fundamental para compreender como o lítio verde é promovido como um diferencial positivo em relação a outras formas de extração do mineral. A figura abaixo ilustra essa dinâmica de maneira mais clara, permitindo visualizar como os discursos são estruturados para reforçar essa dicotomia e legitimar a exploração do lítio no Vale dentro de uma perspectiva de sustentabilidade e inovação.

Figura 20 – Cadeia de equivalência “eles” e “nós” respectivamente.



Fonte: Aguiar, 2024, com alteração das cores pelo autor.

Figura 21 - Crianças da comunidade de Piauí Poço Dantas e Arara Loura, sem seu par que perdeu ao ser eletrocutado por fios de alta tensão. Ao fundo a pilha de estéril da Sigma Lithium.
Fonte: Caio Guatelli.



Figura 22 - Festa do Divino Espírito Santo em
Capelinha - MG;
Fonte: Marta Sampaio, 2023.



3. Quem matou
mamãe-vovó; foi
a trança do cipó

interlúdio

O rio que nasce no
Jequitinhonha e
desagua em mim



Figura 23 - Ilustração inspirada na capa de Torto Arado.
Créditos: Produzido pelo autor, 2025.

Antes de tudo, já havia algo¹⁸.

Ali era um lugar sem fim, perdia-se no horizonte seu começo e seu final, costurado de rios e riachos. O sol, que rajava aquele céu desde que o mundo é mundo, persistia em passar labaredando o Vale com sua luz e sua quentura. Era um tempo sem nome, sem cerca, sem escritura. O chão de terra vermelha e poeira grossa era cortado por rachaduras que transbordavam nas cheias e secavam na secura. A terra rubra tingia o sangue e a pele de quem habitava aquele solo.

Ouvia-se de longe o rio bramir para os Aranãs – povo antigo, herdeiros do sangue Botocudo. Os Aranãs dominavam aquelas terras. Como também os Nacnanucs, Pojichás, Giporoques e mais alguns que a história não conta e o homem não conhece. Morada era a terra, era o rio, eram as árvores. E faziam sua morada nos vales do rio Urupuca e do Surubim.

Diziam dos Botocudos que eram ferozes. Diziam que eram índios. Ora diziam que eram promíscuos, antropófagos. Diziam que não tinham política, nem estratégia militar. E por isso mesmo causavam medo. Diziam que vinham do litoral, expulsos pelos Tupis. Estes, que chegaram primeiro com armas e novas alianças. Os Botocudos recuaram para dentro do país, onde a mata era funda e o rio ainda cantava como na criação. Em tempos de cerco, guerreavam com outras tribos. E também guerreavam contra os brancos, que chegavam com seus decretos e sesmarias, riscando o chão com nomes que não conheciam. Foram considerados os que exterminaram os Aimorés. Diziam que eram os demônios do mato.

Os Aranãs, retomando de si as lembranças do sangue Botocudo, expulsaram as tribos mais mansas do Urupuca e do Surubim, e lá fizeram morada.

Decretos, papéis e ofícios. Compõem o nosso pensamento hoje, como também o dos homens brancos de séculos atrás. Desde que a terra virou posse com a chegada dos europeus, os brancos quiseram tomar a morada e fazer dela escrava. A Carta Régia de 13 de maio de 1808, em meandros e armas, abriu as portas do massacre: declarou-se guerra aos Botocudos. Aquele papel, outrora parte da natureza, nas mãos dos brancos era arma, que lhes permitia empunhar a pólvora. Mas foi só a seca de 1809 que possibilitou o avanço da matança.

Ouvia-se sons diferentes naquelas terras onde antes se ouvia apenas o ulular do vento e o sibilar dos insetos. Januário Vieira Braga, comandante da 5ª Divisão Militar do Distrito de Peçanha/MG, ocupou-se, em 1808, com o recrutamento de soldados brancos e de índios de tribos inimigas dos Botocudos (Macunis, Malalis, Monoxós, Copoxós, Panhames e Maxacalis).

As operações de guerra ofensiva iniciaram-se no período de seca. À medida que os soldados da 5ª Divisão avançavam sobre as tribos Botocudas do Rio Doce e das proximidades do Mucuri, estas fugiam em direção a Minas Novas/MG. Em sua fuga, vingavam-se dos ataques dos soldados incendiando roças e paióis, matando fazendeiros e seus familiares.

Veio a seca. O chão rachou. A 5ª Divisão seguiu para cumprir as ordens. Soldados marchavam com olhos firmes, pisando forte no mato. Tinham de varrer os Botocudos do Rio Doce. E também do Mucuri. Os índios fugiam, rente ao mato, na sombra do capim alto. Iam sumindo pra dentro do sertão. Subiam rumo a Minas Novas, levando só o corpo e a raiva. Fugiam, mas deixavam coisa atrás. Deixavam vingança. Não podiam ser apenas expulsos e mortos deixavam fogo. Tocavam fogo no que encontravam: roças, paióis, cercas, casas. Matavam. Matavam fazendeiros, seus familiares. Assim como covardemente, com balas e outras armas, eram mortos.

Hoje ecoa pelas ruas da cidade um nome, um homem. Ecoa em rasas e raras aparições, quase em silêncio. Havia um homem: Manoel Luiz Pego. Diziam ser mestiço de índio com português. A fazenda de Manoel Luiz Pego ficava no meio do caminho: de um lado o córrego Areão, do outro as matas fundas onde ainda se ouviam os gritos do Urupuca e do Surubim. Ao Sul, o escuro das florestas; ao norte, o claro da roça aberta. Era por ali

¹⁸ Este preâmbulo foi concebido como um recurso narrativo para apresentar a história de origem de minha cidade natal, **Capelinha**, localizada no Vale do Jequitinhonha. A intenção é contextualizar o leitor sobre o cenário geográfico, histórico e cultural que molda as experiências e referências presentes no texto. Fonte histórica disponível em: <https://theworld41.wixsite.com/theworldaroundmynose/single-post/2015/07/08/a-hist%C3%B3ria-de-capelinha> Acesso em: 20 mai. 2025.

que passavam os Botocudos em fuga. Com o conhecimento disso, Pegou mulher, filhos e parentes, e subiu com todos para a cabeceira do Areão. Lugar alto, seco, sem caça e sem sombra. Lugar onde o sol batia forte, e onde os indígenas raramente pisavam, porque ali o mato não escondia ninguém e seriam facilmente pegos pelos brancos.

Com o falecimento do pai, Feliciano, o herdeiro Manoel Luiz Pego reuniu grande número de parentes em torno da fazenda para se defenderem das agressões dos índios. Teria ali construído uma capela dedicada à Nossa Senhora das Graças, que serviu como abrigo para aquelas pessoas. Começou-se então a erguer um povoado, ainda só de familiares.

Com o ouro e as pedras preciosas se esgotando, e, com eles, o interesse da Coroa por aquelas terras, os homens começaram a se mover para além das velhas lavras. Era o início da queda da mineração. E com ela vieram outros caminhos de povoamento. No limiar do século XIX, homens partiam de Minas Novas, vendendo parte de seus escravizados para abrir novas posses em direção às matas cerradas do Alto dos Bois e aos vales dos rios Doce e Mucuri. Levavam consigo os corpos negros que restavam homens e mulheres forçados ao trabalho de erguer do nada a promessa de uma vida nova para seus senhores.

Aos negros libertos e fugidos, restava montar seus acampamentos e ali fazer suas roças. A pele negra, o cabelo crespo, o lenço na cabeça, no sol causticante do Jequitinhonha, faziam sua lava.

Nas clareiras abertas a golpe de machado, nos barrancos contornados por picadas, era o braço negro que firmava o alicerce das primeiras casas, que tocava o gado, que semeava o milho e o feijão miúdo. Do pequi ao andu, as casas de barro vermelho. A presença negra, mesmo silenciada pela história dos que assinaram as datas e as sesmarias, foi fundamento na construção daquela gente e de tantas outras que surgiram no rastro da decadência do

ouro. Foi com suor cativo, derramado sobre a terra ainda bruta, que os primeiros caminhos se firmaram, os roçados vingaram, e o povoado começou a nascer.

Erguida sob a mestiçagem, à beira do córrego Areão, famílias foram se construindo e se refazendo: o povo preto, os mestiços indígenas, os brancos. E ergueu-se uma capelinha.

Servilha (2012), em seus estudos, entende a formação do Vale do Jequitinhonha atrelada a diferentes fatores. O autor cita a chegada dos portugueses à bacia do Jequitinhonha como responsável pela fragmentação desse território. Nesse sentido, ele esclarece que, após a descoberta de diamantes, foi criado e compreendido o chamado Distrito Diamantino como um território isolado do restante do país. Isso acaba por gerar, nesse território, uma diferenciação geográfica significativa, a partir da instituição, por parte do Império Português, de um controle mais rigoroso sobre a região, que naquele momento passa a ser entendida como um território bastante delimitado. Essa diferenciação gera no Distrito Diamantino uma distinção notável em relação a uma parte expressiva da bacia.

Esse movimento, segundo Servilha (2012), teria mantido parte considerável da bacia do rio Jequitinhonha protegida, por um tempo, de projetos portugueses. Como já levantamos anteriormente, e agora reforçado por Servilha (2012), o território dos Boruns resistiu ao avanço das bandeiras, sendo tomado apenas com o decreto da “Guerra Justa” de D. João VI, em 1808.

Nesse sentido, ao traçarmos um paralelo com a formação do território onde hoje se localiza a cidade de Capelinha, o autor nos ajuda ao afirmar que, ao longo da bacia do rio Jequitinhonha, no século XVIII, coexistiram dois territórios distintos: um ainda controlado por povos indígenas e outro sob domínio do Estado português. Isso gerou uma conformação peculiar em determinadas partes do Vale. Segundo Servilha (2012), o norte da bacia do Jequitinhonha, no período analisado, estava inserido em dinâmicas de trocas socioeconômicas tanto com o sul da Bahia quanto com partes da bacia do rio São Francisco.

Nessa perspectiva, o autor argumenta que é a partir do século XIX que os rios da região, especialmente o Jequitinhonha, passam a exercer um papel central nos processos de ocupação humana do Vale, funcionando como vias de integração e circulação. É nesse contexto que se forma um binômio simbólico e funcional: o “canoeiro-tropeiro”, figura fundamental para as trocas interlocais e para a formação de aglomerados urbanos ao longo dos rios Jequitinhonha e Araçuaí.

Desse entendimento é que surge, historicamente, a pluralidade miscigenada do que hoje compreendemos como o Vale. Entender a presença negra, de lavradores, quilombolas e indígenas na região do Vale do Jequitinhonha é fundamental para que possamos compreender da melhor forma possível como a mineração de lítio vem incidindo em impactos socioambientais, principalmente sobrepostos às camadas mais vulneráveis do território, evidenciando de forma explícita o racismo ambiental que a região enfrenta, com a repetição de ciclos expropriatórios e exploratórios, mesmo quando abarcados sob a manta da sustentabilidade em que a mineração de lítio é inserida. Neste sentido, podemos atrelar a dados básicos que evidenciam de forma concisa tais questões, como os municípios de Minas Novas e Virgem da Lapa, que correspondem juntos a cerca de 30% das comunidades quilombolas de todo o Vale do Jequitinhonha (CEDEFES, 2021).

Como já evidenciamos em passagens anteriores, a formação do Vale do Jequitinhonha de forma alguma pode ser compreendida como uma formação homogênea e linear, ou de um entendimento como uma região que se constrói por dimensões planificadoras. Mas surge, sim, como resultado de diversas dinâmicas históricas atreladas principalmente à colonização, mas também aos interesses do Estado pós-independência. Sua ocupação negra, então, deriva do último ciclo do ouro em Minas Gerais, que podemos situar entre o final do século XVIII e meados do século XIX (Diniz *et al.*, 2014). Dessa forma, a formação dos quilombos na região está intimamente relacionada à decadência da mineração, uma vez que, com a dispersão de grande parte da população trabalhadora da época era composta, sobretudo, por escravizados libertos, muitos se deslocaram para áreas rurais, originando diversas formas de campesinato.

Nesse contexto, a conformação do Vale também se entrelaça com a história dos quilombos, que compreendemos como territórios amefricanos, a partir da categoria político-cultural de amefricanidade, trazida por Lélia Gonzalez. Para

a autora, “além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural [...] que é afrocentrada” (Gonzalez, 1988, p. 76).

Tendo entendido esses territórios amefricanos, precisamos compreender que esses quilombos do Jequitinhonha apresentam uma origem principalmente rural, sendo formados sobretudo por populações com ascendência de negros que trabalharam nos garimpos de ouro e também de indígenas, como foi apresentado no interlúdio deste capítulo. Moura (2020) nos ajuda a entender essa conformação dos quilombos e sua organização, ao mostrar que muitos eram pequenos, embora também houvesse outros maiores, mas todos com o objetivo de fugir do sistema escravista. Muitas vezes, esses quilombos reproduziam internamente uma economia paralela àquela encontrada na área na qual se organizavam. Dessa forma, o autor argumenta que, mesmo que a maioria praticasse a agricultura em razão da grande tradição agrícola dos povos africanos, existiam outros modelos econômicos. No Vale do Jequitinhonha, a conformação econômica era muito atrelada às produções agrícolas, mas também à mineração, da qual essas comunidades deixaram como herança, para os povos e comunidades tradicionais desses territórios, grande parte das atividades exercidas atualmente, como as de garimpeiros/faiscadores e, principalmente, de lavradores.

Diniz *et al.* (2014) argumentam que as manifestações culturais encontradas nos territórios do Jequitinhonha são caracterizadas principalmente por uma diversidade de práticas, o que os autores apontam como uma gênese em distintas tradições, desembocando em um hibridismo cultural sobreposto a camadas hereditárias herdadas dos negros, indígenas e europeus, evidenciando um sincretismo nítido e vivenciado, que perdura nas tradições e nos formatos de vida da região. Os autores ainda afirmam que esse hibridismo se conforma como uma das características mais marcantes das expressões culturais afro-brasileiras.

Segundo dados do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES, 2021), em Minas Gerais foram identificadas 1.043 comunidades negras quilombolas, das quais cerca de 9% estão sobrepostas às cidades que compõem o chamado “Vale do Lítio”. No entanto, levando em consideração apenas o território do Vale do Jequitinhonha que, mesmo não estando oficialmente enquadrado dentro do megaempreendimento promovido por Romeu Zema, está sob a mira de empresas mineradoras de lítio e de terras raras, temos no Vale aproximadamente 18% de todas as comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais, conforme podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 2 – Numero de comunidades negras quilombolas no Vale do Jequitinhonha.

Municípios	Nº de com. negras quilombolas	Municípios	Nº de com. negras quilombolas
Almenara	2	Gouveia	1
Araçuaí	12	Itaobim	0
Berilo	31	Jenipapo de Minas	8
Capelinha	16	Jequitinhonha	5
Chapada do Norte	26	Joaíma	1
Couto de Magalhães	1	Leme do Prado	2
Diamantina	18	Medina	1
Felisburgo	2	Minas Novas	24
Francisco Badaró	3	São Gonçalo do Rio Preto	1
		Virgem da Lapa	33
Total			187
Minas Gerais			1043

Fonte: Cedefes (2021), produzido pelo autor.

A conformação do Vale do Jequitinhonha está muito atrelada aos povos negros descendentes de escravizados, aos povos indígenas e, principalmente, à mestiçagem ocorrida na região e, assim, conseguimos perceber como o território está, e sempre esteve, em situação de vulnerabilidade social. A região enfrenta os preconceitos associados aos estigmas da pobreza e da miséria, que aparecem como reflexos das condições em que esses territórios foram historicamente construídos, crescendo em meio à resistência ao sistema escravista e à luta pelos territórios.

As dinâmicas sociopolíticas que desencadearam a formação do Vale do Jequitinhonha, é a partir desse contexto que partimos para a compreensão de que a sobreposição de grandes empreendimentos extrativistas gera nesses territórios grande parte dos impactos, acaba também por reacender

as lutas por direitos. Isso ocorre em um contexto em que esses povos sempre partiram da luta por seus direitos, desde os tempos da colonização.

Moura (2020) traz afirmações importantes para compreendermos esse sangue de resistência, encontrado principalmente em territórios aquilombados e descendentes. O autor aponta que uma das funções dos quilombos era justamente atuar como nódulos de resistência permanente ao sistema escravista. Tais formas de resistência ainda são encontradas hoje nos processos de luta desses territórios, como nos lavradores quilombolas que lutam pelo reconhecimento da terra, por um melhor tratamento das prefeituras em relação à agricultura familiar, reconhecimento de práticas ancestrais como os de faiscadores, entre outras lutas recorrentes no contexto latifundiário brasileiro. O que podemos entender, em certo grau, como o início do que viria a ser essa amefricanidade.

No contexto do Vale do Jequitinhonha, além dos diversos conflitos presentes no território, é possível observar como a mineração de lítio que vem se intensificando desde o boom de 2020 se tornou um dos principais pontos de estudo sobre conflitos socioambientais na região, acompanhada também por problemas relacionados à monocultura do eucalipto.

Entender a herança cultural-racial do Vale do Jequitinhonha é, na verdade, uma forma de entender a pluralidade cultural e étnica que conforma as próprias comunidades. Sulzbacher *et al.* (2023) trazem, em seus estudos acerca da mineração no Jequitinhonha, por exemplo, as outras formas de morar e viver nesses territórios, a exemplo de comunidades nas vazantes dos rios, que vivem também nas grotas, nos campos, na caatinga e em tantos outros locais do Jequitinhonha. Os autores ainda reforçam que, nesses territórios, vivem povos diversos que se reconhecem dentro dos seus próprios e consolidados modos de vida.

Ao consistirem em uma conformação multicultural, sincretista e principalmente descendente de grupos minoritários no que tange ao poder, encontramos não apenas agricultores, mas também pescadores artesanais e ribeirinhos, extrativistas, artesãos e lavradores. Ou seja, aqui não estamos apenas falando de modos de vida de subsistência, mas sim de modos de existência, uma vida atrelada a essa cosmovisão sobre o território.

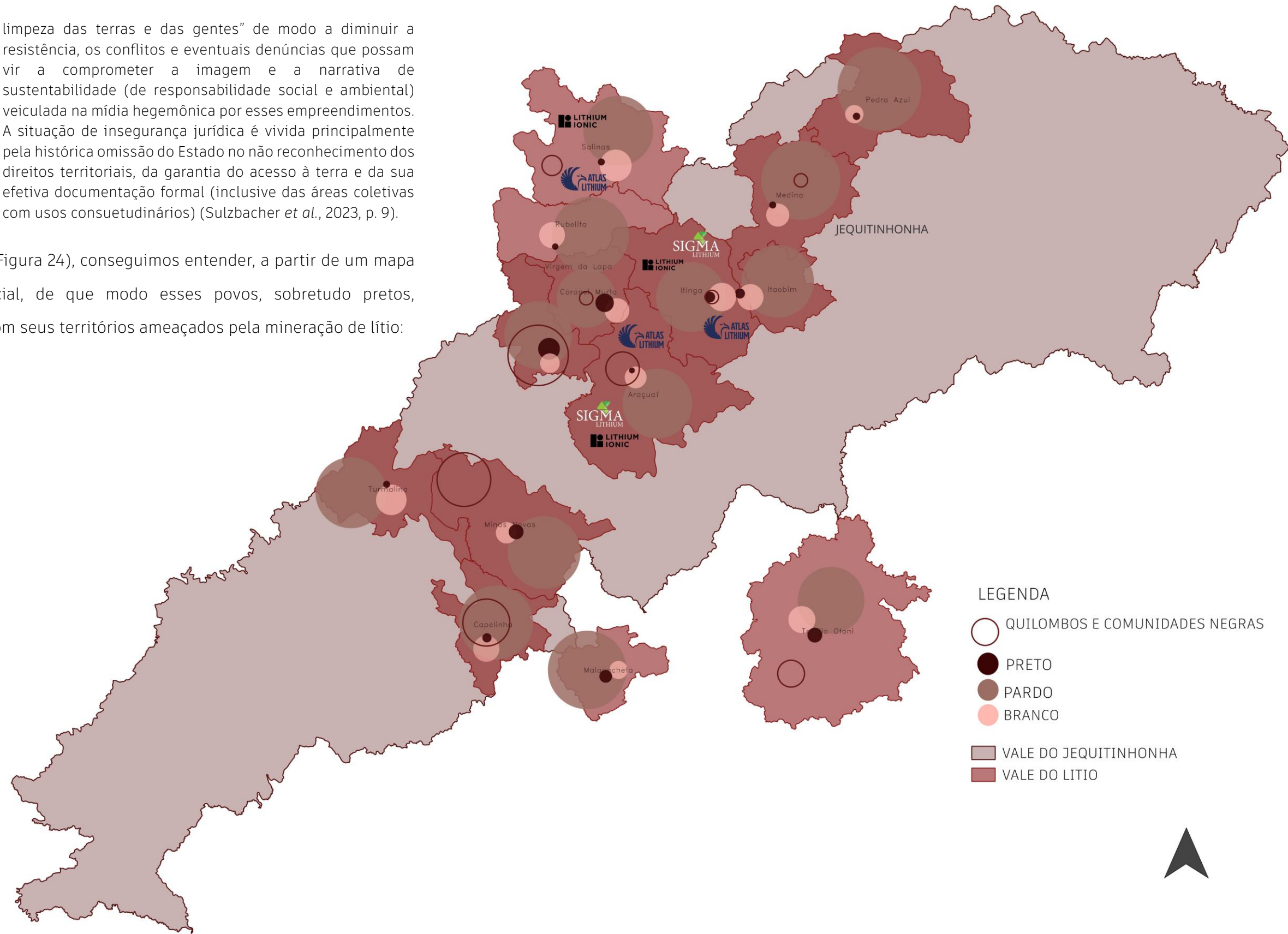
Os autores ainda reforçam o momento de tensão ao qual esses povos estão sujeitos atualmente, devido ao avanço da fronteira mineral. Uma vez entendidos esses territórios como historicamente marginalizados e constantemente tomados no momento em que o poder acha necessário, Sulzbacher *et al.* (2023) esclarecem

que esse paralelismo expõe esses territórios a contextos de “terra sem lei”. Salientam como os atores dessa fronteira mineral, sejam eles internos (o próprio governo do estado) ou externos (as megaempresas internacionais), acabam por acelerar a:

limpeza das terras e das gentes” de modo a diminuir a resistência, os conflitos e eventuais denúncias que possam vir a comprometer a imagem e a narrativa de sustentabilidade (de responsabilidade social e ambiental) veiculada na mídia hegemônica por esses empreendimentos. A situação de insegurança jurídica é vivida principalmente pela histórica omissão do Estado no não reconhecimento dos direitos territoriais, da garantia do acesso à terra e da sua efetiva documentação formal (inclusive das áreas coletivas com usos consuetudinários) (Sulzbacher *et al.*, 2023, p. 9).

Na imagem ao lado (Figura 24), conseguimos entender, a partir de um mapa de sobreposição racial, de que modo esses povos, sobretudo pretos, quilombolas, estão com seus territórios ameaçados pela mineração de lítio:

Figura 24 – Contexto étnico-racial e a sobreposição de empresas de mineração de lítio
Fonte: Produzido pelo autor, 2025.



3.1 O cosmos:

Aquilombando o entendimento das afetações do neoextrativismo do lítio



Figura 25 – Colagem multiétnica;
Créditos: Produzido pelo autor, 2025.

3.1 O cosmos: Aquilombando o entendimento das afetações do neoextrativismo do lítio

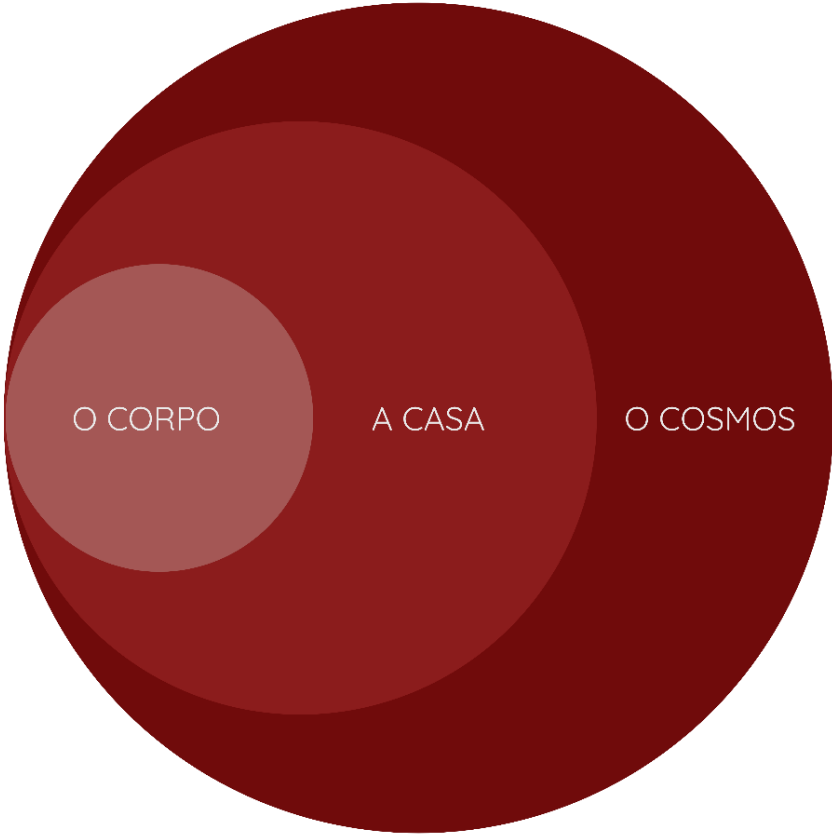
Em “A nova des-ordem mundial”, livro publicado em 2006, Haesbaert e Porto-Gonçalves refletem que nenhuma sociedade consegue escapar da dimensão territorial, uma vez que o território é, em essência e sempre, abrigo e proteção. Nesse sentido, no caso da espécie humana, os autores argumentam que essa função se dá em duplo sentido: o simbólico e o material (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006). E território para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) pode ser compreendido como espaço dominado, funcionando como mediador de relações de poder político-econômico, quanto como um espaço simbolicamente apropriado, desempenhando o papel de mediador de representações e identificações sociais. Sua existência, contudo, depende da articulação ou "irrigação" proporcionada pelas redes.

É a partir desse entendimento que, nos próximos subcapítulos, abordaremos os impactos socioambientais da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, destacando como as afetações causadas por essa atividade reconfiguram tanto a dimensão material quanto a simbólica do território. A exploração de lítio no Vale, conforme ilustramos nos capítulos anteriores, evidencia a tensão entre a dominação político-econômica e a apropriação simbólica do território.

Além disso trabalharemos com três eixos no campo das afetações: 1) O cosmos: que representa as afetações no âmbito da cosmovisão, nas configurações dos modo de vida nos territórios amefricanos do Vale do Jequitinhonha, habitados, principalmente, por povos quilombolas, indígenas, artesãos e agricultores; 2) A casa: tratar as afetações na casa enquanto espaço de transição entre a escala maior (o cosmos) e a escala menor (o corpo) neste capítulo com uma visão centrada nas mulheres artesãs

adentraremos dentro das casas dessas mulheres e como a mineração de lítio vem reconfigurando esses locais; 3) O corpo: Trata-se das afetações enquanto ser, no corpo, na carne e na mente. O corpo (indivíduo) está inserido como partícula de um todo, trabalhamos com as sobreposições de camadas das afetações, como representado no diagrama a abaixo:

Figura 26 – Escala de afetações (cosmos, casa e corpo).



Fonte: Produzido pelo autor, 2025.

O cosmos

Para entendermos o que seria cosmos, primeiro precisamos recorrer à cosmovisão, já que esta é a antítese do que é o cosmos, ou melhor, da cosmologia. Antônio Bispo dos Santos (2023), mais conhecido como Nego Bispo nos traz que a cosmovisão é o medo, é como uma doença. Uma doença que não tem cura, tem-se apenas imunidade. Bispo, sucinto, esclarece: “A imunização que nos protege da cosmovisão? A contracolônização. Ou seja, o politeísmo, porque a cosmovisão é germinada dentro do monoteísmo. Se deixamos o monoteísmo e adentrarmos o politeísmo, nos imunizamos” (Bispo, 2023, p. 90).

Bispo (2023) explica melhor essa relação ao contar da sua experiência de vida e do modo de viver quilombola, dizendo que pescam no rio apenas o necessário, isso porque confiam no rio. Não apresentam sintomas da cosmofofia; não existe o medo do rio, nem o medo de que não haja mais peixe. Bispo (2023) reforça esses dizeres ao afirmar que não têm medo de que não haja fruto, então coletam o necessário. Essa cosmovisão entra em confronto com a cosmofofia, uma vez que, se se sabe que há de tudo para todos, não é necessário ter medo e, conseqüentemente, não é necessário armazenar. Pois, nessa perspectiva, só precisa armazenar quem não confia, quem tem medo de que a natureza castigue.

A cosmofofia, então, se concentra nesse pensamento eurocentrado, colonizador e monoteísta, do acúmulo, da intemperança e da ganância.

Bispo (2023) nos ajuda a entender tanto o que seria uma comunidade quanto sua relação com o cosmos. Na perspectiva em que uma sociedade se faz com os iguais, o quilombola nos apresenta a visão de que a comunidade se faz com os diversos, sendo cosmológicos, naturais, orgânicos. Em oposição, têm-se os cosmofofícos, que são humanistas: pessoas que transformam a natureza em dinheiro.

Desse modo, Bispo nos traz outra visão para entendermos o que é o Vale, para além de um território de expropriação, poder e neoextrativismo, mas, sim, como sendo o próprio cosmos. Nesse entendimento, não se é humano. Mas, como disse Bispo: “Sou quilombola. Sou lavrador, pescador” (Bispo, 2023, p. 16).

Para o Vale, é importante entender que essa cosmovisão é comumente encontrada atrelado ao modo de vida que somos criados, ela está no coletivo, como também está no próprio sujeito que pertence a esse território. Mas não como um dominante desse lugar, mas sim como aquele que é o território. O

que, neste trabalho, nos leva a contestar como a mineração de lítio vem afetando esse cosmos.

Vale destacar que, na mineração subterrânea, feita anteriormente pela CBL (companhia Brasileira de Lítio), os impactos tendem a ser menos imediatamente visíveis. Alterações na paisagem ou ambientais, por exemplo, não se manifestam de forma tão rápida quanto em minas superficiais. No entanto, isso não significa ausência de impactos, especialmente para os trabalhadores, expostos a riscos geológicos, inalação de partículas e contato direto com minerais em ambientes confinados.

A Sigma Lithium adota a extração de lítio por meio de mineração a céu aberto, um modelo que a própria empresa apresenta como um dos principais fatores de sua competitividade no mercado global. Segundo Aguiar (2024), a empresa atribui essa vantagem não apenas ao método de extração, mas também à disponibilidade de energia elétrica a custos reduzidos, devido à proximidade com a Usina Hidrelétrica de Irapé, e à abundância de água na região, já que a planta de beneficiamento está situada a aproximadamente 3,8 km do Rio Jequitinhonha.

A empresa enfatiza, em suas estratégias de comunicação, que não utiliza água potável em seu processo produtivo. No entanto, seu uso do Rio Jequitinhonha para a extração e beneficiamento de lítio levanta questionamentos sobre a real dimensão dos impactos hídricos. Além disso, a própria justificativa da empresa ao argumentar que os rios da mesorregião funcionam como “esgotos a céu aberto” reflete uma perspectiva reducionista sobre a relação das comunidades com a água.

Na visão cosmológica, o rio não é apenas um traço de onde se tira o peixe que mata a fome, ou a água que mata a sede. Mas sim uma relação de interação, em que dele se retira o necessário, dele se vive e se precisa para viver. É onde se batiza, onde se lavam as roupas, onde se bombeia a água que rega a lavoura, é onde se brinca em dias de sol quente. Krenak (2020) nos ajuda a pensar essa questão:

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa) (Krenak, 2020, p. 40)

No contexto do Vale do Jequitinhonha a relação da água, do rio com o indivíduo é ainda mais forte, as nossas relações com a água não se limitam a uma necessidade fisiológica, mas fundamentais para atividades de

lazer, agricultura e geração de renda, e que compõe um elemento essencial da identidade territorial, uma vez que estamos submetidos a **secas** e falta d'água.

Temos como exemplo a comunidade de Piauí Poço Dantas, onde a pilha de estéril da mineradora Sigma ultrapassa a marca de 560 mil m² de área, a proximidade extrema entre o grande empreendimento e a comunidade se torna evidente. Mas o que chama bastante atenção é a proximidade da pilha com as águas (Guatelli, 2024). Conseguimos entender melhor o quão assustador é a situação na Figura 27.

Aguiar (2024), em sua dissertação, contribui para a compreensão da dimensão dos impactos socioambientais da mineração de lítio ao contrastar os efeitos da Companhia Brasileira de Lítio (CBL) e da Sigma Lithium na região. Segundo a autora, os impactos causados pela CBL eram relativamente restritos, sobretudo em razão da escala do empreendimento e do método de lavra subterrânea, sendo a principal preocupação conflituosa voltada à saúde dos trabalhadores da mina. Entretanto, essa percepção se alterou significativamente com a chegada da Sigma, cuja operação em larga escala e a céu aberto introduziu novos e mais intensos vetores de degradação social, ambiental e territorial.

A cosmovisão que rege a relação entre as comunidades e a natureza no Vale do Jequitinhonha é um elemento essencial para compreender os conflitos gerados pela atividade minerária. Essa conexão manifesta-se de diversas formas, na apropriação dos recursos naturais para a produção artesanal—como o uso do barro na confecção de fornos e cerâmicas, e na relação direta dos cursos d'água. Em entrevista conduzida por Aguiar (2024), um indígena Pankararu sintetiza essa visão ao afirmar: "Território de vida para nós é o território onde tem água para beber. Sem água não existe humanidade, não existe desenvolvimento, não existe progresso" (indígena Pankararu apud Aguiar, 2024, p. 132).

Figura 27 – Pilha de estéril da mineradora Sigma se estende sobre o riacho Piauí a poucos metros das residências da comunidade de Piauí Poço Dantas.



Fonte: Caio Guatelli, 2025.

O caso da Sigma Lithium evidencia um padrão repetitivo do extrativismo em territórios como os do Vale: a adoção de um discurso de responsabilidade socioambiental que se sustenta em contradições. A empresa busca projetar uma imagem de "boa vizinha" ao enfatizar que não utiliza água potável em seu processo produtivo e ao fornecer caminhões-pipa para comunidades afetadas. No entanto, tal narrativa ignora a realidade da escassez hídrica que afeta áreas do Vale do Jequitinhonha e desconsidera o impacto estrutural da mineração sobre os recursos hídricos locais. Essa postura insere-se em uma lógica de *racismo ambiental*, na qual grandes empreendimentos extrativistas são sistematicamente alocados em territórios historicamente negligenciados pelo Estado.

Inclusive a gente viu um vídeo a pouco tempo da representante não sei da Sigma, **falando que o Jequitinhonha (o rio) era um esgoto a céu aberto, muito poluída, imprópria para o consumo.** [...] A gente sabe que alguns municípios infelizmente ainda despejam esgoto no Rio Araçuaí, Jequitinhonha e Piauí também [...], **porém a forma como eles abordam às vezes fica muito pesado, as comunidades têm uma vivência com o rio, e as famílias geralmente adotam gestões da água [...]** (Entrevistado S.S apud Aguiar, 2024, p. 132).

Nesse cenário, Sulzbacher *et al.* (2023) reforçam que a água é reduzida a um mero recurso mineral para viabilizar a exploração do solo, mesmo em uma região onde, conforme evidenciam dados recentes, existem estimativas que apontam que aproximadamente 120 municípios estão enquadrados como áreas suscetíveis à desertificação ou em suas zonas de entorno, evidenciando a fragilidade hídrica da região (Sulzbacher *et al.*, 2023).

Ou seja, na perspectiva do neoextrativismo, o cosmos oferecido pela natureza é apenas um instrumento de geração de poder e renda. Nesse sentido, o que se tem, ao invés de fato de uma mineração sustentável, é um modelo extrativista já visto há séculos, mas acalentado sob uma roupagem mais generalista, que seria, ao invés de estarem explorando para o bem de uma família, da coroa ou de um grupo seletivo, uma mineração mascarada de responsabilidade energética sustentável, um bem para todos. Mas que, de sustentável, de fato, não tem nada, uma vez que tensiona os modos de vida dessas comunidades, como a de Piauí Poço Dantas, tornando-os insustentáveis em certos aspectos.

O que impele esse povo a aceitar tais questões pelo medo gerado: o medo de ser responsabilizado pelo não progresso, o medo da perda das terras de modo forçado, a incompreensão do empreendimento. Nego Bispo (2023) vai argumentar que o desenvolvimento ecológico e tais perspectivas eurocentradas precisam ser contracolonizadas.

Certa vez, fui questionado por um pesquisador de Cabo Verde: “Como podemos contracolonizar falando a língua do inimigo?”. E respondi: “Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. Por exemplo, se o inimigo adora dizer desenvolvimento, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. Vamos dizer que a cosmofofia é um vírus pandêmico e botar para ferrar com a palavra desenvolvimento. Porque a palavra boa é envolvimento”.

Para enfraquecer o desenvolvimento sustentável, nós trouxemos a biointeração; para a coincidência, trouxemos a confluência; para o saber sintético, o saber orgânico; para o transporte, a transfluência; para o dinheiro (ou a troca), o compartilhamento; para a colonização, a contracolonização... (Bispo, 2023, p. 3-4).

Souza *et al.* (2024) vão nos trazer um estudo mais técnico acerca do cenário mineral no Vale ao apontarem que a mineração de lítio na região tem gerado impactos socioambientais significativos, especialmente em função do método de lavra adotado. A extração do mineral feito pela Sigma a céu aberto resulta em intensa poluição atmosférica devido às explosões diárias, que lançam partículas de poeira na atmosfera e comprometem a qualidade do ar nas comunidades do entorno. Os autores refletem que esse já é um problema que as próprias comunidades veem enfrentando cotidianamente, uma vez que as explosões causam problemas como poeira e barulho. Que em muitos relatos é dita com incessante ocorrendo até mesmo de madrugada, como relatado no seminário “O passado colonial e a mineração de lítio hoje” de 2025 promovido pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A poeira, enquanto impacto da mineração, pode parecer uma consequência amena se considerados os desastres socioambientais ocorridos na Bacia do Rio Doce, com o rompimento da barragem de Fundão em 2015, e na Bacia do Paraopeba, com o rompimento das barragens do Córrego do Feijão em 2019. No entanto, a poeira tem sido uma das principais queixas das populações atingidas, uma vez que a alta exposição gera uma série de problemas à saúde, dentre outras questões.

Neste tópico que tratamos da escala do **cosmos**, entendemos a poeira como um agente constante que interfere diretamente nas dinâmicas paisagísticas, substituindo a imagem limpa que essas comunidades possuíam por nuvens densas que reformulam a paisagem e transformam o ambiente em verdadeiros desertos de poeira e crateras, conforme denúncia uma das atingidas: “De uns anos para cá, a água baixou. Tem a estiagem brava, mas acho que essa poeira toda também prejudica o rio” (Ivanete Pinheiro Santos apud Guatelli, 2024, s/p).

As afetações como estas estão sempre ligadas ao racismo ambiental, uma vez que grande parte desses impactos são despejados sobre populações mais carentes. Acserald (2009) explica que, na extração de recursos naturais, as populações que mais sofrem com os impactos são justamente aquelas mais vulneráveis às afetações que essas estruturas extrativistas produzem:

Isso porque é possível constatar que sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração dos recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente. (Acserald et al, 2009, p. 12)

Ou seja, dentro do contexto étnico-racial que apresentamos anteriormente acerca da composição do Vale, nota-se uma reprodução contemporânea de um processo colonizador. Se antes tínhamos a Coroa com os olhos voltados para a mineração de ouro e diamantes nos distritos diamantinos, temos hoje o governo e empresas internacionais recolonizando esse território e de forma ainda mais intensa, perpetuando formas de racismo ambiental, agora ainda mais escancaradas, já que essas comunidades são povos consolidados nesses locais.

Quando Acserald *et al.* (2009) fala dessa disposição desigual dos riscos e da disposição dos resíduos no ambiente, conseguimos traçar um paralelo direto com o que vem ocorrendo no Vale, ao lembrarmos da pilha de estéril que impacta o ambiente e o equilíbrio cósmico e mútuo daquele local.

Racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (Herculano, 2006, p. 11).

Ao analisar os conflitos relacionados ao racismo ambiental, Rangel (2016) aponta que as comunidades quilombolas, assim como outros grupos historicamente marginalizados e excluídos dos espaços de decisão, são diretamente afetadas pelos impactos dos empreendimentos econômicos e pela omissão do Estado. O que no caso do Vale do Jequitinhonha é agravado, pois o governo expõe e vende o território como “Vale do lítio”. Além disso, o autor destaca que as tradições e especificidades dessas comunidades muitas vezes não são reconhecidas por instituições públicas, empresas e organizações, o que resulta na formulação de projetos voltados a esses grupos sem sua devida participação.

Para além do racismo, seja ele sociopolítico ou ambiental, o Vale ainda sofre com o problema da estigmatização, visto que é constantemente olhado a partir de um olhar externo, sendo sempre exposto se não por uma visão eurocêntrica como passado colonial, e agora por uma perspectiva do Norte Global, que o enxerga como um flagelo de Minas e principalmente sob um viés utilitarista. Ribeiro (2012) reflete essa questão ao entender o Vale de dentro pra fora. A autora argumenta que, para os que estão de fora do Vale, há uma visão amalgamada pelo capitalismo e, como abordamos anteriormente, esse território é designado como um espaço de pobreza, que sob a lógica do desenvolvimentismo deve ser transformado. De modo que é visto como esse espaço de “amarras, censuras, ausência de liberdade, rotas retas, trilhos que nos levam para lugares já conhecidos, metodologias ou caminhos de pesquisa que antecipam resultados ou que recolhem os dados necessários à corroboração de resultados previamente antecipados” (Hissa, 2011, p. 44-48 apud Ribeiro, 2012, p. 78).

O que a autora e nós também reafirmamos não ser uma realidade ou sequer uma parcela dela. Nesse lugar, Ribeiro (2012) argumenta que tanto o lugar quanto a condição social dos sujeitos do Vale estão reafirmados sob outros valores, como “o parentesco, a ancestralidade, os laços de afetividade, e não apenas às condições materiais. O ser é mais importante que o ter” (Ribeiro, 2012, p. 78).

Essa perspectiva abordada pela autora é o ponto que reafirma a lógica quilombola e cosmo-sistêmica que o Vale vive, a mesma que Nego Bispo (2023) tanto prega como sendo pertencente àqueles atravessados pelo colonialismo. Essa visão, mais uma vez, está em diálogo constante com sua ancestralidade, mesmo que, às vezes, impelidos pelo progressismo moderno.

Retomando o pensamento contracolonial de Bispo (2023), devemos repensar a partir de um pensamento contrapontual ao colonialismo que nos foi dado. Nessa mesma linha, Ribeiro (2012) traz a perspectiva da

riqueza daqueles que estão “embaixo”. A autora afirma que estes são a prontidão dos sentidos. Com um paralelo no entendimento de contrarracionalidades hegemônicas rotuladas como irracionalidades, e que são justamente essas formas de saber nascidas entre os que estão “embaixo” que abrem frestas no muro rígido da racionalidade hegemônica. A autora ainda afirma que são por essas brechas que alguns conseguem escapar. Escapam os que se mantêm enraizados em suas memórias e utopias, os que resistem, os que teimam em moldar o barro e outros elementos da terra em formas de arte e sabedoria vivida.

A resistência do Vale ao enfrentamento dos impactos da mineração de lítio está, predominantemente, nas mãos daqueles que mais preservam suas heranças. A luta, então, está imposta e com as rédeas tomadas principalmente por quilombolas, lavradores e indígenas, uma vez que têm uma forte conexão cosmológica com o território, principalmente com os antepassados que são e estão nesses lugares.

Figura 28 – Protesto contra o megaempreendimento “Vale do Lítio”.



Fonte: Observatório da mineração.

Tendo entendido a cosmologia que rege a vivência no Jequitinhonha, outra autora que nos ajuda a compreender esse território é Lélia Gonzalez (1988), a partir do conceito de Amefricanidade, que previamente tivemos contato durante o texto, mas que agora surge de modo a nos possibilitar entender a identidade étnica dos povos hoje brasileiros. Nesse sentido, o que se tem atrelado são as questões de resistência e lutas culturais frente à dominação colonial, como também do exaustivo poder hegemônico sobre esses corpos. Dentro do território do Jequitinhonha, temos então a nítida, e, de certa forma, grande arte demonstrativa do que é a mestiçagem brasileira, e aqui sobressaltamos indígenas e afrodescendentes.

o termo amefricanas/amefricanos nomeia a descendência não só dos africanos “gentilmente” trazidos pelo tráfico negreiro como daqueles chegado à América antes de seu “descobrimento” por Cristóvão Colombo. A presença amefricana constitui marca indelével na elaboração do perfil do chamado Novo Mundo, apesar da denegação racista que habilmente se desloca, manifestando-se em diferentes níveis (políticoideológico-socioeconômico e psicocultural) (Gonzalez, 2020, p.151-152).

A mineração, como a Sigma vem defendendo, está muito mais nos moldes de um neoextrativismo neoliberal do que em alguma mineração sustentável. Em certo grau, a compreensão que temos acerca da mineração feita pela empresa foge muito mais do campo do agir sustentável e se insere no pautar a sustentabilidade, como uma agenda, um check na lista de uma green tech, ora por ser mais fácil conseguir o apoio popular por meio do discurso “verde”, ora para vender seu “lítio verde” para as baterias “limpas” da nova energia. Acselrad *et al.* (2009) nos possibilitam entender tais questões ao abordarem a concepção dominante atribuída à questão ambiental. Os autores trazem como pouco sensível as dimensões sociológicas, convergindo de modo que a temática do desperdício e da escassez de matéria e energia se apresentasse, em escala mundial, como a mais importante no debate ecológico. Nessa perspectiva, argumentam que, simultaneamente, é por meio dessa abordagem que a questão ambiental passou a ser tratada, predominantemente, como uma questão de ordem técnica.

Aguiar (2024) aborda que os problemas identificados nesse processo residem, em essência, na própria expansão da mineração de lítio em grande escala, no qual essas dinâmicas hegemônicas silenciam as vozes do território, sem considerar o que a própria comunidade tem a dizer e, como citado pela autora, enganando a população. Os interesses dominantes estão centrados no lucro e no individualismo mas um individualismo que não é simplório, e sim permeado por traços narcisistas, uma vez que a empresa se recusa a admitir até mesmo os erros mais evidentes. A necessidade de controlar narrativas faz parte do jogo inserido nessa lógica, de modo que, para a empresa, não há “atingidos” – uma visão reducionista do próprio termo enquanto

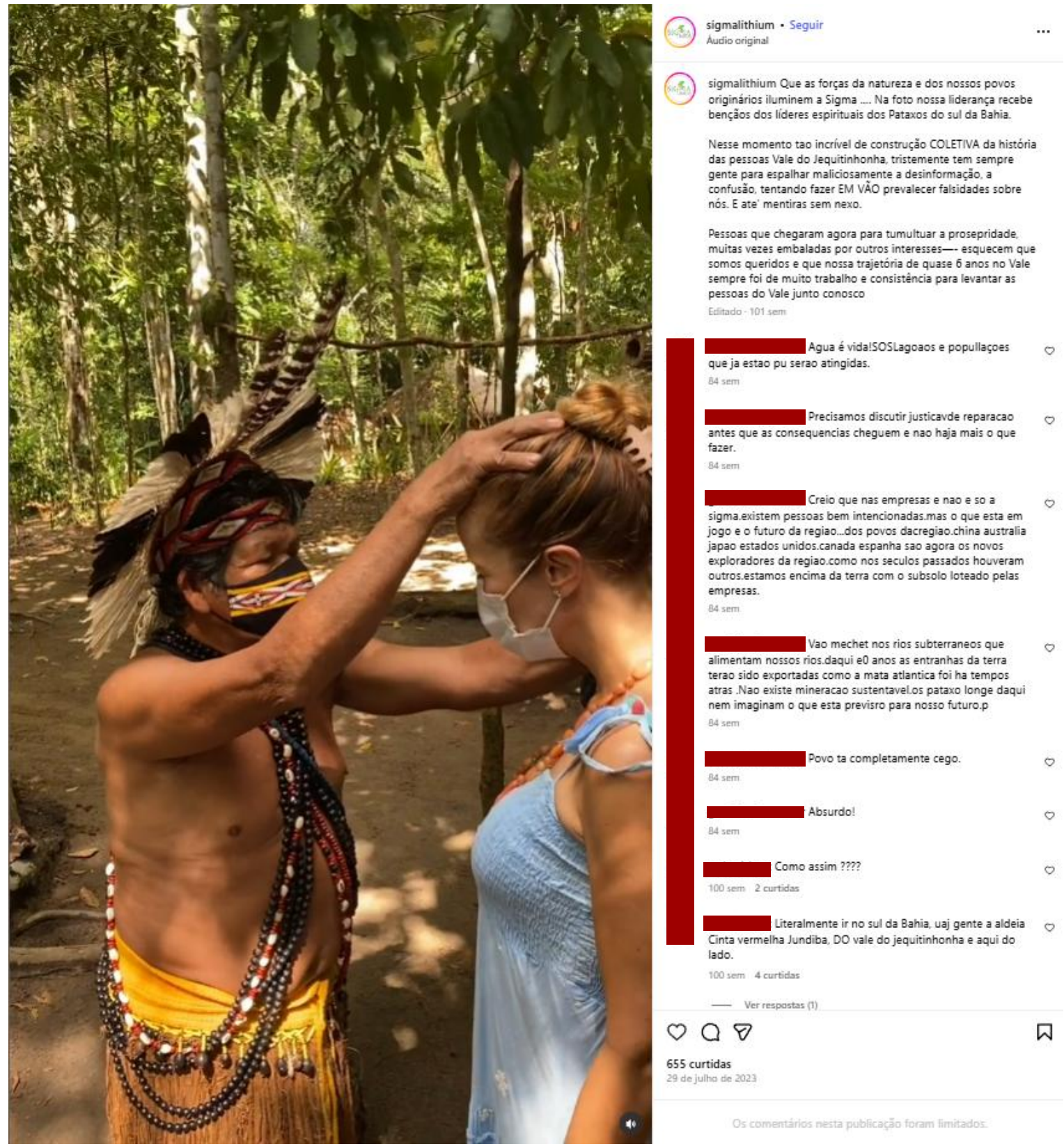
simbólico. O conceito de atingidos é frequentemente relacionado apenas a desastres como rompimentos de barragens, ignorando que, na realidade, ele se configura como aqueles impactados pelos interesses do capital.

Aguiar (2024) argumenta que as injustiças são inúmeras, destacando-se o aumento da violência e do custo de vida. A autora reforça que também houve a “poluição do tempo” e das águas, além do agravamento da seca, assoreamento e morte dos rios locais. Um dos impactos mais repugnantes causados pela mineração, segundo a autora, decorre da chegada massiva de homens, afetando diretamente a vida das mulheres, que passam a conviver com indivíduos desconectados de sua realidade. Além disso, são mencionados impactos nas casas, na saúde dos corpos e na fauna local, afetando a relação cosmológica com o território. Aguiar (2024) reflete ainda que a mineração de lítio, por sua própria natureza, concentra riqueza e fortalece desigualdades, tornando o Vale do Jequitinhonha, em síntese, uma Zona de Sacrifício movida pela ganância.

Empresas, como a Sigma sabem que existe uma cosmopolítica-visão nessas comunidades. Por mais que não a compreenda de fato, existe o conhecimento desses contextos e principalmente das fragilidades desse povo para usar tais questões como armas e artifícios para saírem como “bonzinhos” para esse povo que *tanto não tem*.

Aguiar (2024) também apresenta essa visão em seus trabalhos, a autora cita que existe grande atrito entre a empresa mineradora, neste caso a Sigma e as comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas). Mas Aguiar (2024) traz uma questão pertinente no que tange essas questões, ao falar que essas comunidades que poderiam ser antagônicos na visão da empresa, mas há uma hipotética tentativa de diálogo. No entanto a autora mostra como esse posicionamento aparecem em certos momentos com o tom irônico, e também responsivo às críticas que recebe do Movimento por Atingidos por Barragem (MAB), a imprensa e lideranças locais.

Figura 29 – CEO da Sigma Lithium, Ana Cabral Gardner recebendo benção de indígenas do sul da Bahia.



Fonte: Instagram oficial da Sigma Lithium.

Aguiar (2024) analisa que, embora se mantenha fisicamente distante dos territórios afetados, a empresa busca construir uma imagem de benevolência ao criar uma organização não governamental “o Instituto Lítio Verde” com a justificativa de atuar em projetos socioambientais na região do Vale do Jequitinhonha. Lançado em julho de 2023, em Itinga (MG), o instituto é apresentado como um instrumento de apoio às comunidades, mas parte de seu financiamento virá de recursos **obrigatórios** da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), além da captação junto a instituições como o BNDES, historicamente alinhado aos interesses da mineração. Para a autora, a criação do instituto revela-se uma performance estratégica: ao invés de reduzir lucros, tende a valorizá-los, especialmente por construir junto aos investidores uma imagem empresarial de responsabilidade social. Essa tentativa de aproximação com comunidades tradicionais que aparece constantemente nos perfis e falas da empresa reforçada por ações simbólicas, como o recebimento de bênçãos de um líder espiritual Pataxó, como podemos ver na figura 29.

Nesta figura também conseguimos perceber alguns dos questionamentos da população do Jequitinhonha. Talvez seja por essas indagações que os comentários da publicação estejam limitados. Encontramos comentários que acendem o debate sobre o neoextrativismo e o papel internacional nessa colonialidade moderna imposta ao Vale, como também alertas ambientais acerca das afetações que a mineração causa. Mas também indagações sobre o porquê de se trazer a bênção indígena do sul da Bahia (que, claro, compartilha grandes similaridades com o Vale), já que a região também tem populações indígenas, muitas das quais atingidas pela mineração do lítio. Tais publicações são comumente encontradas nas redes sociais da empresa.

Podemos entender como há uma deturpação no entendimento do cosmos do Vale a partir de dados trazidos por Aguiar (2024), que identificou a existência de seis conflitos envolvendo a empresa Sigma, a maioria relacionada à poluição da água. Ao retomarmos o que já foi dito, na vivência do Jequitinhonha, a água, o rio e o córrego não são meramente produtos de uso, mas elementos que semeiam e cultivam a vida no território. A autora indica que o primeiro conflito identificado localiza-se na região de Araçuaí, onde a empresa mantém o projeto Mina Xuxa. Esse conflito ocorre na pequena comunidade rural de Tesouras do Meio. Em seguida, menciona o município de Itinga, com o projeto Grotta do Cirilo, também envolvido em conflitos com comunidades rurais. Aguiar (2024) destaca ainda um terceiro conflito, na Comunidade São Pedro do Córrego do Narciso, também em Araçuaí. Ou seja, entende-se que há, sim, conflitos territoriais, mesmo que a empresa os negue. É necessário compreender que o conflito existe a partir do momento em que alguém se sente prejudicado – neste caso, as comunidades do Jequitinhonha. Aguiar (2024) também cita conflitos em Araçuaí envolvendo a comunidade indígena Terra Vermelha de Jundiba. Além das comunidades rurais e indígenas, há também registro de conflito com a comunidade quilombola da Lapinha.

E até uma coisa que preocupa muito é a água. Eu vi um vídeo dizendo que as empresas, além de nós está numa região que chove pouco muitas comunidades que no período crítico da seca, as famílias são abastecidas com carro pipa, a gente vê um município muito grande ... e a gente fica triste quando vê falar que as empresas vão chegar e ainda gastar 80% dessa água[...] (Entrevistado A.S. apud Aguiar, 2024, p.132).

Pra entendermos e construirmos de maneira mais clara o cosmos do vale e principalmente das comunidades tradicionais atingidas pela mineração, usaremos de reportagens que tragam principalmente relatos dos próprios atingidos, como a reportagem da Mongabay¹⁹ feita por Caio Guatelli no ano de 2024. A reportagem é em grande parte focada na mineração de lítio na comunidade Piauí Poço Dantas, onde o autor identifica as ameaças ao cosmos das populações locais. Compreende-se que esses danos vão muito além dos impactos ambientais: afetam os modos de vida, a cultura, a espiritualidade e a própria saúde comunitária.

Guatelli (2024) mostra em sua reportagem, como a mineração de lítio e principalmente depois da intensificação da atividade vem causado perturbações significativas à tranquilidade das comunidades tradicionais da região, como trouxemos anteriormente. O autor reporta que mesmo sendo madrugada é

¹⁹ Reportagem disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2024/11/mineracao-de-litio-adoece-comunidades-do-vale-do-jequitinhonha/> Acesso em 13 mar. 2025

possível ouvir em Itinga o barulho de do maquinário do nas minas de lítio. O que acaba por gerar um desassossego das comunidades tradicionais da região.

O relógio marca 3h30 quando uma fila de caminhões se forma no alto de uma colina. Com ajuda de tratores, toneladas de pedras são despejadas morro abaixo. O estrondo se mistura ao ruído dos motores e alcança as 70 casas do povoado de Piauí Poço Dantas, em Itinga, estabelecido há 150 anos nas margens do riacho Piauí, um afluente do Rio Jequitinhonha (Guatelli, 2024, s/p).

O autor nos ajuda a refletir sobre o cosmos do Vale ao relatar aspectos do cotidiano das pessoas que vivem nas comunidades atingidas. Em sua reportagem, Guatelli (2024) descreve, por exemplo, que às 8h da manhã as crianças da comunidade seguem a pé para a escola por uma estrada de terra batida, onde quase não circulam carros. No mesmo horário, ele relata que Edvaldo já está colhendo bananas na roça, acompanhado por outros homens do povoado.

A visão cosmo-fóbica que essas empresas mineradoras apresentam se entrelaça com outras questões que permeiam o cotidiano do povo. Um exemplo é o relato de um morador da comunidade, que menciona a resistência de parte dos habitantes às ofertas de emprego da mineradora, afirmando que muitos se recusam a se submeter às empresas que transformam a paisagem e os costumes locais (Guatelli, 2024). Nego Bispo (2023) nos ajuda a compreender que esse comportamento pode ser entendido como uma forma de contracolônização, sobretudo pelo fato de essas comunidades herdarem esse pensamento contracolônial de seus antepassados negros e indígenas.

Nos quilombos onde está Minas Gerais estão as mais importantes expressões contracolônialistas compostas por nosso povo afro confluente. Ali muito se preservou dos modos quilombolas e seus saberes orgânicos. Dos nossos modos de ver, de fazer, de sentir e viver. Em muitos outros quilombos onde estão outros estados, muitas práticas foram

destruídas pelo Estado. Talvez a palavra não seja destruídas, mas precarizadas (Bispo, 2023, p. 26).

Guatelli (2024) também narra a vida das mulheres dentro do cosmos dessa comunidade. Uma vez que os homens e as crianças se ausentam, as mulheres se reúnem no riacho para lavar roupas e louças. Nesse trecho da reportagem, o autor traz o relato de Ivanete Pinheiro Santos, moradora da comunidade. No relato, a mulher comenta que, nos últimos anos, o nível da água diminuiu, o que ela atribui não só à forte estiagem, mas também à poeira gerada pelas atividades da mineração. Ela relata ainda que, enquanto pescava com uma amiga, os operadores da mineradora detonaram três explosões seguidas, gerando tanto cheiro de fumaça e poeira que precisaram amarrar blusas no rosto. Ivanete afirma que “as crianças têm pânico e pneumonia”.

E, novamente, o Vale é imposto a essa condição de extrativismo, agora trocado por migalhas de “benevolências”, em que as ações dessas empresas se passam como santificadas, bondosas por estarem fazendo esse “favor” ao Vale.

É nesse contexto que, segundo Guatelli (2024), os primeiros conflitos fundiários começam a emergir com força no Vale do Jequitinhonha. Um dos casos mais emblemáticos ocorre na Área de Preservação Ambiental (APA), situada a 30 km de Araçuaí, onde comunidades quilombolas como Jirau, Malhada Preta e Córrego Narciso do Meio começaram a se mobilizar diante das constantes investidas de geólogos em seus territórios. Oliveira (2024), em suas pesquisas, traz muitos relatos de pessoas atingidas pela mineração de lítio e, em relação ao que vem acontecendo na APA, apresenta o seguinte relato:

(...) é a caixa d'água da nossa região. Essa APA está completamente desprotegida. O governo e as mineradoras deveriam fazer um projeto de proteção da APA, das nascentes. Na verdade, o que eles estão tentando fazer é diminuir a área da APA para poder minerar (Indígena de Cintra Vermelha de Jundiba apud Oliveira, 2024, p. 18).

A autora reforça toda essa preocupação com a proteção da APA, pois é nela que se encontram rios e nascentes importantes para o território, especialmente diante do problema histórico de seca e falta d'água na região semiárida. Nessa perspectiva, encontramos relatos como: “Aqui na nossa cidade, na zona rural, a demanda é água. Muitas famílias não têm condições de fazer poço artesiano” (Atingida de Capelinha apud Oliveira, 2024, p. 18).

Guatelli (2024) reporta que tal situação acabou por chamar a atenção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT), que acionaram a Justiça mineira em abril de

2023. Após uma visita à região, o Ministério Público de Minas Gerais recomendou a anulação da permissão para a prospecção mineral na área, considerada uma das principais fontes de nascentes do território e conhecida como a "caixa d'água" da região, conforme enunciado por um indígena local. O autor traz também uma visão nítida, já das afetações do Vale feita por Cerqueira: há uma profunda violação de direitos no Jequitinhonha, marcada pela ausência de limites para a mineração, cuja consequência imediata é a destruição do modo de vida das comunidades e o consequente adoecimento da população.

Ao pensarmos em como a mineração reconfigura todo um contexto, percebemos que essa visão econômico-política do desenvolvimento sustentável mais des-envolve as relações e o cosmos que proporcionam um real progresso, conforme defendido por Bispo (2023) como sendo a biointeração. Guatelli (2024) explica, por exemplo, que o início das operações da mineradora Atlas tem provocado tensões nas comunidades de São José das Neves e Calhauzinho, vizinhas às jazidas de lítio. A reportagem revela que, enquanto parte da população acredita em possíveis melhorias econômicas, a maioria sente-se invadida e ameaçada pela expansão das empresas sobre seus territórios. Guatelli (2024) traz relatos como o de Lucas Martins, quilombola, que, além das terras já adquiridas pelas mineradoras, manifesta preocupação com o lítio existente sob as terras ainda ocupadas pelas comunidades tradicionais. A exemplo de Itinga, na zona rural, Ernani Pereira dos Santos, produtor de queijos, relata a perda gradual da capacidade de sustentar sua família. O homem conta que seu rebanho, antes de 80 cabeças, na época da reportagem contava com apenas 20, todas desnutridas devido à escassez de pasto. A dificuldade em arrendar terras agravou-se diante da compra massiva de propriedades pelas mineradoras e da elevação excessiva dos preços das áreas restantes.

Um dos impactos mais recorrentes em locais marcados por atividades neoextrativistas é a especulação imobiliária, causada pela massiva chegada de trabalhadores e pela “valorização” dos imóveis frente a essas novas empresas. A reportagem traz como exemplo, em Itinga, o aumento da violência e a explosão nos valores dos aluguéis, destacando um caso em que o aluguel passou de R\$ 300 para R\$ 800 entre 2022 e 2023, representando um aumento de quase 167%.

A reportagem de Guatelli (2024) também traz algumas reflexões e fatos sobre as afetações da mineração de lítio nas comunidades indígenas, destacando a pedagoga e missionária indigenista Geralda Chaves Soares, militante histórica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A indígena relata que o povo Pankararu se estabeleceu no Vale do Jequitinhonha há cerca de 30 anos, em terras adquiridas pelo próprio Cimi, após terem sido removidos da Colônia Agrícola Indígena Guarani, em Carmésia (MG), onde viveram desterrados durante a ditadura militar. A chegada dos Pankararu em 1985, segundo ela, deu novo fôlego à luta dos Aranã, que, como citamos no interlúdio deste capítulo, foi um povo originário muito importante para a região. No entanto, ambos os povos agora enfrentam a ameaça das mineradoras, já que há jazidas de lítio sob o território reivindicado pelos Aranã. A missionária indaga, em tom de crítica, se as comunidades devem simplesmente aguardar que as empresas se instalem em suas terras e lembra que ainda aguardam a oficialização do território como Terra Indígena.

Guatelli (2024) reforça que a Constituição Federal de 1988 assegura que a exploração do solo em terras indígenas é um direito exclusivo dos povos originários. Contudo, o tema segue em disputa no Congresso Nacional, onde parlamentares se dividem entre aqueles que denunciam a incompatibilidade entre mineração e a cosmologia indígena, conforme denunciemos ao longo deste capítulo, e os que defendem a mineração sob métodos "sustentáveis", moldados pelo pensamento desenvolvimentista do capitalismo, acreditando que a atividade geraria riqueza para o país e traria melhorias para as comunidades. Ainda segundo Guatelli (2024), para a militante do Cimi, a ideia de mineração sustentável é ilusória. Segundo ela, os interesses econômicos ligados aos minerais da transição energética prevalecem sobre qualquer preocupação ambiental ou social.

Souza *et al.* (2024) argumentam que processos neoextrativistas, como podemos observar com a exploração de lítio no Vale, os primeiros impactos visíveis no campo socioambiental é a alteração da paisagem. Os atores citam que é decorrência da extração a céu aberto. Conseguimos perceber tais questões na Figura 30, em que podemos ver as cicatrizes que essas minas deixam na paisagem.

Com o objetivo de construir uma leitura estético-política dos dados apresentados ao longo deste capítulo, dividimos o campo das afetações do cosmos em duas etapas. A partir da compreensão das dinâmicas que compõem o cosmos do Vale do Jequitinhonha, sobretudo nos territórios quilombolas, sistematizamos as interações que moldam os modos de vida das comunidades. Na etapa 1 temos a Tabela 2, organizamos analiticamente essas inter-relações, que se baseiam em equilíbrios sensíveis. Quando rompidas, manifestam-se em afetações como as discutidas neste capítulo. A Figura 32 complementa esse processo ao representar criticamente tais relações em uma cartografia do cosmos e de sua equação de equilíbrio. Na segunda etapa,

usaremos de uma arpillera confeccionada em 2020 por mulheres do Vale do Jequitinhonha (Figura 31), em que elas denunciam os impactos da mineração no território do Jequitinhonha e dessa maneira cruzando as duas cartografias elaboramos um desenho estético-político que traduz visualmente as fissuras provocadas nesse cosmos, revelando as tensões entre territórios, afetos e resistências.



Figura 30 – Mina de Lítio na cidade de Araçuaí, da Sigma Lithium
Fonte: TABA BENEDICTO.

Figura 31 – Tem água para o lítio. Cadê a água para o povo?



Fonte: Acervo do MAB – Araçuaí/MG. Confecção: 11 de novembro de 2020.

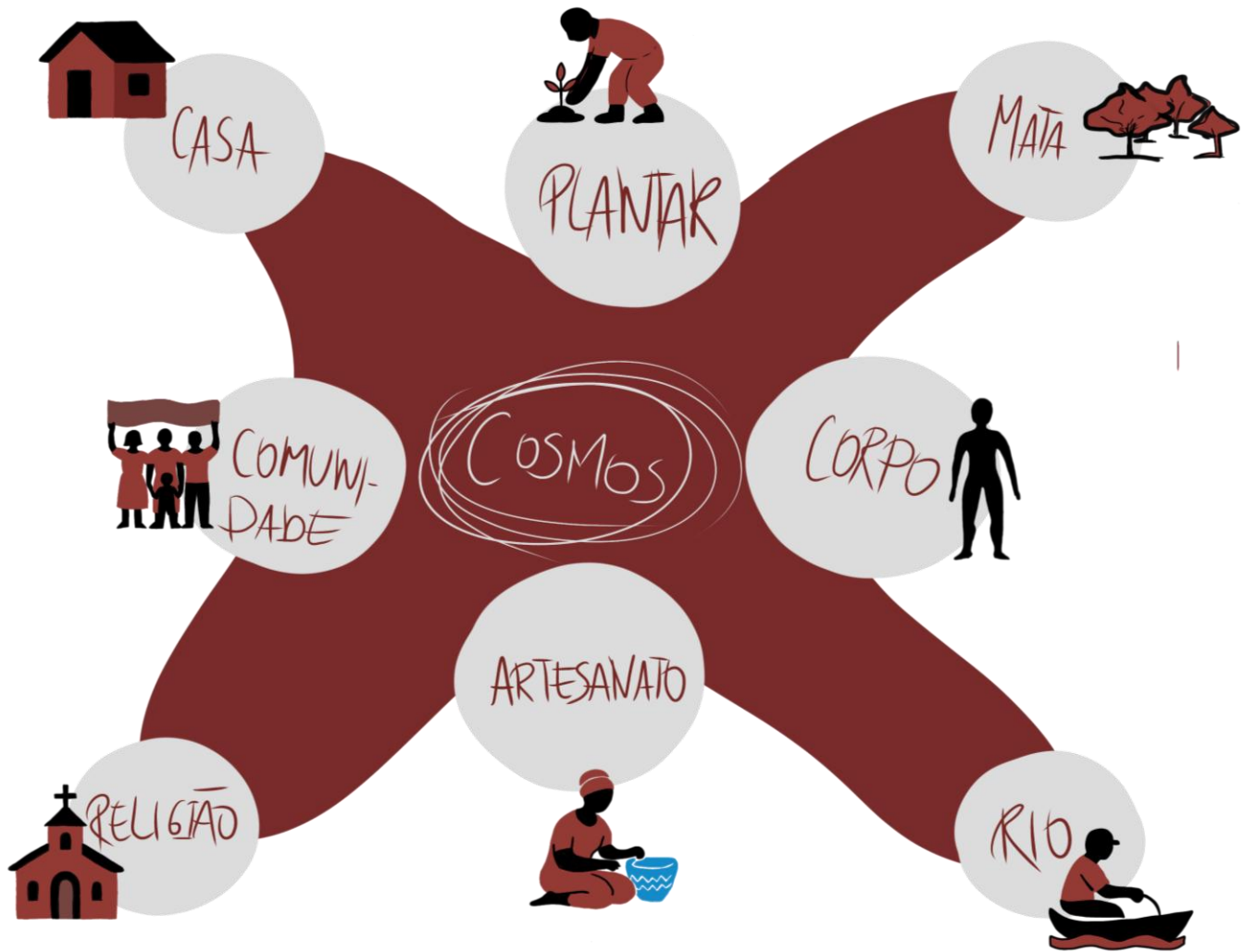
Tabela 3 – Relação entre cosmos e a vida na comunidade.

Eixo	Dimensão Ontológica	Articulações Sistêmicas
Casa	Espaço originário da existência cotidiana e da produção de subjetividades territoriais.	Relaciona-se com o corpo (acolhimento), a comunidade (convivência e vizinhança), a religião (sacralização do espaço) e o artesanato (produção material simbólica).
Plantar	Ato existencial de reciprocidade entre o ser e a terra, onde se manifesta a temporalidade cíclica.	Conecta-se ao rio (irrigação), ao corpo (trabalho físico, alimento), à mata (fertilidade e conhecimento vegetal) e à comunidade (mutirão e partilha).
Mata	Instância bicultural de regeneração, ancestralidade e alteridade ecológica.	Articula-se com o artesanato (fornecimento de matéria-prima), com a religião, com o plantar (saberes agroflorestais) e o corpo.
Corpo	Primeiro território de experiência, inscrição simbólica e resistência.	Relaciona-se com a casa (abrigo), o rio (lazer, trabalho e purificação), o plantar (trabalho), a religião (transcendência) e a comunidade (sociabilidade).
Artesanato	Forma de expressão técnica e estética enraizada no território e na tradição oral e independência feminina	Vincula-se à mata (matéria-prima), ao corpo (execução manual), à casa (espaço de produção), à religião (símbolos e rituais) e à comunidade (circulação).

Rio	Elemento estruturante do tempo-território: fluxo, fertilidade, transição e purificação.	Conecta-se ao plantar (irrigação), ao corpo (higiene e subsistência), à comunidade (encontros e lazer) e à religião (ritos de passagem).
Fé	Dispositivo simbólico de mediação com forças extra-humanas e ordenamento moral e ritual da vida.	Articula-se com a casa (altares), o corpo (transe, oferenda), o rio (batismos, purificação), a mata (morada espiritual) e a comunidade (celebrações).
Comunidade	Rede sociocultural de pertencimento, memória coletiva e solidariedade estrutural.	Conecta-se a todos os eixos, pois emerge da relação e os sustenta: casa (núcleo), plantar (subsistência), religião (coesão), corpo (cooperação).

Fonte: Produzido pelo autor, 2025.

Figura 32 – Relação cosmo X comunidade.



Fonte: Produzido pelo autor, 2025 com base em Sérgio Bellino Roca Andréia Moassab (2021)..

Figura 33 – Cartografia do Cosmos.
Créditos: Produzido pelo autor, 2025.

COSMOFOBIA = DOENÇA!

DE QUA NO TERRITÓRIO

COSMOFOBIA

COSMOVISÃO



VALE DO JERQUITINHÃO

[illegible]

3.2 A casa: Viúvas de maridos vivos, as mulheres do Vale como força de construção do Jequitinhonha

Antes de adentrarmos no capítulo em que trataremos das afetações à casa, é necessário, antes, entendermos o que seriam as "viúvas de maridos vivos". Mendes (2012) explica que o termo se refere àquelas mulheres que permaneciam no Vale enquanto os maridos partiam para São Paulo, para trabalhar no corte de cana, ou seguiam para Goiás e Mato Grosso em busca de sustento.

Nosso entendimento sobre o papel das mulheres no Vale é de que a construção deste território é profundamente maternal e permeada pela força feminina. Mulheres que, após a saída de seus maridos para o trabalho em outros estados, assumiam a responsabilidade de gerir toda a vida cotidiana. Essas mulheres cuidavam dos filhos, das roças, e muitas trabalhavam como domésticas, cozinheiras e em outras funções feminizadas. Foram elas que construíram não apenas a materialidade do Vale, como as casas de sapê, mas também garantiram a continuidade da vida, das relações e da memória.

Sousa (2006) nos lembra que, além da lavoura, outra atividade que se destaca pelas mãos femininas é a arte ceramista. Embora a produção tradicional com o barro, como a confecção de telhas e tijolos, tenha sido inicialmente realizada por homens, a fabricação de vasilhames utilitários, como potes, gamelas e panelas, sempre teve na mulher sua principal figura. Destacamos, aqui, essa produção artística que, hoje, se tornou um dos principais elementos identitários e positivos do Vale, fazendo-o conhecido como o Vale

do "artesanato", o Vale "das mulheres ceramistas", uma identidade que deve se sobrepor a narrativas vazias e exploratórias, como a de "Vale do Lítio".

... não nos esqueçamos de que numa continuação do velho costume da sociedade indígena, a confecção de louça-de-barro em qualquer centro sertanejo do Brasil, é uma atividade caracteristicamente feminina e quando não o seja, a mulher nela se entrosa de alguma forma. Essa participação da mulher nos trabalhos de cerâmica também pode ser observada em alguns centros artesanais do litoral, o que igualmente era e é peculiar a algumas das velhas comunidades portuguesas (Pereira, 1957, apud Sousa, 2006, p.16).

Dessa forma, compreendemos a presença feminina como um agente essencial na moldagem do Vale, um papel que permanece central na construção do território. Essas mulheres, em sua maioria descendentes de povos tradicionais, continuam a ocupar posições de protagonismo, especialmente nas lutas por proteção cultural, defesa territorial e garantia de direitos. São elas que, hoje, estão à frente de grande parte da resistência diante das afetações causadas pela mineração de lítio, reafirmando sua importância histórica e atual na sustentação dos modos de vida do Vale.

Nesse sentido, adotamos o subtítulo “Viúvas de maridos vivos” como uma forma de readequação histórica, em que, novamente, a defesa e a construção de um Vale verdadeiro estão nas mãos das mulheres, hoje, as ceramistas. Dessa forma, adotamos esse título a fim de evidenciar o que, de fato, é a verdadeira riqueza do Vale.

A casa

Nego Bispo (2023) também nos ajuda a construir este capítulo e a compreender o sentido de “casa”. Em suas reflexões, o autor quilombola pergunta: qual é a parte mais necessária de uma casa no quilombo? E ele mesmo responde: o quintal. Embora se lembre também da necessidade da cozinha, ora todo mundo chega pela cozinha, mas é no quintal que reside o essencial. É nesse espaço que as crianças aprendem a fazer tudo. É também no quintal que a geração mais antiga reserva um lugar para a construção da casa de quem ainda vai nascer. No Vale, essa relação é quase indissociável da sua existência. Nos quilombos e nas áreas rurais, essa conexão é evidente: o quintal se expande para além dos limites do terreno. É o rio, é a estrada, é o pasto. Nas cidades, sobretudo aquelas formadas a partir de heranças indígenas e quilombolas, o quintal permanece como espaço vital. É nele que se cultiva uma horta, que a criança brinca, que se estende a roupa lavada, que acontecem as festas de família.

A casa, portanto, é mais do que o abrigo pós trabalho, em que somos condicionados a pensar dentro da lógica capitalista contemporânea, ela é o ponto de transição entre o cosmos e o microcosmos pessoal (corpo). É onde se refletem os modos de vida, os afetos, os rituais e a espiritualidade do território. Ou seja, para o Vale, a casa é onde vai refletir o cosmos em todos os seus aspectos: é onde se chora, é onde se vela um ente falecido, é onde se confraterniza, é onde se é.

No contexto da ameaça que o avanço mineral impõe ao Vale do Jequitinhonha, encontramos duas escalas de afetações causadas pela mineração de lítio. A primeira é a esfera física das edificações, ou seja, como a mineração afeta as estruturas e questões cotidianas da casa. A outra afetação é a casa enquanto espaço de vivência e de reproduções socioculturais.

Dentro da nossa análise, atravessaremos a mulher e a casa, principalmente as mulheres negras. Este capítulo sobressalta a força feminina como salvadora desse “Vale esquecido” e, nessa visão da casa, propomos um modo de subverter o papel da mulher, como refletido por Antonádia Borges (2013), ao tratar da construção de uma sociedade em que essas mulheres estão restritas e subjugadas ao espaço doméstico. Essa mulher do Vale é quem influi nas dinâmicas da casa, mas também no provento, no acalento e em um sofrimento, sobretudo, o da mulher negra.

Em Piauí Poço Dantas, as casas dos moradores estão situadas a apenas 90 metros da pilha de rejeitos. Algo que espanta ao lembrarmos que a pilha, com mais de 560 mil m² de extensão, está próxima a casas habitadas, e não em algum lugar ermo. A paisagem em que outrora se via a natureza, se via o rio, se via o cosmos, agora é substituída por uma pilha de estéril.

Uma das questões que levantamos acerca das afetações no cosmos é a poeira, mas, dentro do contexto da casa aqui tratado, ela traz diversas

consequências, principalmente no que tange à questão física do espaço. Em Piauí Poço Dantas, Aguiar (2024) explica que a população vem sofrendo bastante em relação à enorme quantidade de poeira em suas casas. Quando falamos da poeira no sentido da casa, pode até parecer uma questão banal, mas lembremos que, tradicionalmente, o trabalho doméstico é atribuído às figuras femininas, que já vivem jornadas triplas de trabalho: no caso da comunidade, a jornada do trabalho doméstico, o trabalho remunerado, seja na lavra ou em outra atividade, e também o trabalho de mãe. No contexto em que a casa fica toda empoeirada o tempo inteiro devido às explosões constantes, isso acaba por aumentar consideravelmente o trabalho doméstico dessas mulheres, que precisam limpar mais a casa, com mais frequência, lavar mais roupas pela poeira que impregna, louças e, da mesma forma, gera maiores custos com produtos de limpeza. Além disso, não devemos esquecer como muitas dessas atividades são feitas e atreladas ao rio, não em todos os contextos, mas em Piauí Poço Dantas, sim. O que acaba por agravar mais a problemática, já que esses rios também são afetados.

Figura 34 – Moradoras da comunidade de Piauí Poço Dantas lavam louça no riacho Piauí.



Fonte: Caio Guatelli, 2025.

Guatelli (2024), durante sua reportagem, traz a visão dos moradores da comunidade sobre o assunto: “Café adoçado, pão caseiro, manteiga, bolo de fubá e suco de laranja já estão servidos. Evandro desliza os dedos na mesa para mostrar a poeira que se formou desde a noite anterior” (Guatelli, 2024, s/p). Nesse trecho, é nítido como o ambiente familiar começa a ser afetado dentro de casa, que vai deixando de ser esse ambiente seguro e que “protege” do mundo, para ser um spoiler do que a mineração os aguarda do lado de fora.

Na escala da casa, a poeira então se torna um elemento perturbador da rotina. Como as explosões ocorrem diariamente, a poeira está sempre presente. Mas

o que essas explosões causam, além do aumento da poeira, são também incessantes trepidações que acabam provocando rachaduras nas casas, comprometendo em grande parte a estrutura dessas residências. Guatelli traz o seguinte relato sobre a questão: “Aqui tem muita poeira o dia todo. Tem também as rachaduras nas casas, provocadas pelas detonações” (José Reinaldo Silva Santos apud Guatelli, 2024, s/p). Na figura 35, conseguimos perceber como essas trepidações afetam as estruturas das residências. A fotografia tirada por Guatelli (2024) vem acompanhada do relato da moradora Mariete Luis Gomes, que reclama já ter rebocado a parede de sua casa cerca de três vezes, sem ajuda nenhuma da mineradora.

Segundo Aguiar (2024), durante uma audiência pública, uma moradora denunciou algumas das afetações causadas pela poeira excessiva e relatou ter sido desacreditada ao mostrar uma foto da poluição atmosférica



*Figura 35 – Rachadura em residência de Piauí Poço Dantas.
Fonte: Caio Guatelli, 2025.*

a representantes da empresa, que teriam alegado se tratar de luz de LED. Ainda nesse contexto, uma representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) afirmou que, em uma reunião realizada pela Sigma em Poço Dantas, uma lista foi passada para ser assinada sem que os presentes soubessem o conteúdo da reunião, o que é ainda mais grave diante do fato de que parte dos moradores não sabe ler. Aguiar (2024) ainda diz que são muitos os relatos que indicam que a rota de acesso à comunidade foi alterada, forçando os moradores a caminhar distâncias maiores para chegarem a suas casas. A autora traz o seguinte relato sobre a condição da comunidade Piauí Poço Dantas:

[...] com o tempo vai precisar largar a zona rural porque tão sendo atingido pelos explosivos né? Que eles explodem as minas e também o pó que vem, o rejeito, tem pessoal adoecendo já, tem casa que tão estrondando, rachado nas paredes no teto, tem umas que tá rachando até o piso. E aí tudo indica, eu tive na comunidade Poço Danta né, conversando com o pessoal, eles falam, não vai aguentar muito tempo fica na comunidade (Entrevistado A.S. apud Aguiar, 2024, p. 132).

Como explicamos a partir de Bispo (2023), a casa é esse ambiente de reproduções das vivências humanas. Uma vez que tem algo que esteja afetando o cosmos da casa, essas afetações acabam por impedir que as dinâmicas sociais se preservem. Em reportagem da Assembleia Legislativa de Minas²⁰ (2024), Nídia Miranda, moradora de Poço Dantas, ilustra essa situação muito bem, ao revelar que não pode mais levar a neta para casa, uma vez que a criança é alérgica à poeira e também possui asma, condições que podem ser agravadas pela poeira da mineração. Nesse sentido, conseguimos entender como as dinâmicas socioespaciais da casa são totalmente afetadas, ora pelo seu caráter físico, ora pelo caráter sentimental.

Como esclarecido por Bispo (2023), a relação entre a casa (território) e o que os mais velhos têm a deixar para seus descendentes é totalmente atravessada uma pela outra. Nesse caso, a relação entre uma avó e sua neta é conturbada pela mineração.

E é derivado dessas afetações que grande parte da resistência da população com as mineradoras é justificada. Vice-presidente da comunidade quilombola de Jirau, José Claudinei Soares explicita muito bem essa questão ao falar que: "Onde moro não aceito que entrem. A meu ver, houve um mal planejamento, o impacto da mineração começa na zona rural, vai para a área urbana e a gente não sabe onde vai parar" (Assembleia Legislativa de Minas, 2024, s/p).

Nesse contexto essas afetações acabam por gerar lares que se tornam ambientes instáveis, inseguros e, muitas vezes, inabitáveis. Esse processo de degradação imposta contribui para o adoecimento dos corpos e para o enfraquecimento dos laços cotidianos. Uma vez que essas casas se inserem num tecido mais amplo de pertencimento. A partir do momento em que os vizinhos se vão, que as crianças param de brincar na rua, no riacho, que os encontros comunitários deixam de acontecer, a casa perde também sua dimensão relacional. Ou seja, como defendido por Bispo (2023) deixa de exercer seu papel fundamental. O que se é impactado não é somente a estrutura das casas, mas uma rede de vínculos e afetos costurada ao longo de gerações. Essa descontinuidade se estende ao campo das práticas simbólicas: festas, rezas, rodas de conversa, modos de cuidar e de criar raízes são interrompidos. O território vai sendo corroído, e com ele, o sentido da própria existência coletiva. Krenak (2020, p.14) argumenta nesse sentido que se as “pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos”.

A casa, então, deixa de possuir seu valor histórico e afetivo e passa a ser compreendida apenas em sua dimensão física. Nesse sentido, o neoliberalismo promovido por grandes transnacionais isola a casa, o terreno ou a comunidade, reduzindo-os a meras propriedades, um estado de pertencimento desconectado, em que o “morador” é visto apenas como um elemento do tramite jurídico.

²⁰ Reportagem disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Povos-do-Jequitinhonha-denunciam-impactos-por-exploracao-do-litio/> Acesso em 15 jul. 2025.

Oliveira (2024), ao tratar do assunto, explica que a exploração do lítio tem provocado deslocamentos forçados e a expulsão de muitas famílias cujas propriedades estão situadas em áreas de interesse das mineradoras. Esse processo gera medo e ansiedade, especialmente nas comunidades em que a pesquisa mineral se encontra em etapas mais avançadas. Como resposta a essa realidade, encontramos relatos como o de um atingido de Virgem da Lapa, uma das cidades que compõem o chamado “Vale do Lítio”.

muitas pessoas estão com medo de perder suas propriedades. A empresa chega e fala: você só manda em cima da terra, debaixo da terra é da união, você não tem direito. Então se eles fazem uma pesquisa e deu minério, você querendo ou não, eles vão explorar (Oliveira, 2024, p.13).

Nesse contexto, a casa é ameaçada não somente enquanto espaço físico de morada, mas também enquanto vizinhança, enquanto comunidade e enquanto cosmos. Uma vez que esse modo de viver é rompido, as afetações escalam para diversas dimensões. Transpassando o cosmos, a casa, até alcançar o corpo.

No campo subjetivo, a casa deixa de desempenhar esse papel de abrigo e de reproduções dos modos de vida, para um local que reflete o conflito do contexto inserido, nesse caso a mineração. Oliveira (2024) ao pesquisar a escala das afetações sobre o território do Jequitinhonha, nos traz que a mineração de lítio acaba por intensificar o fluxo de trabalhadores, no qual em sua maioria composta por homens, o que gera uma alteração da organização territorial, a autora cita que essa mudança acaba provocando diversos outros efeitos em cadeia, que caem sobretudo nas mulheres, como o aumento da exploração sexual, assédio, como também estupro e gravidez na adolescência.

No entanto, mesmo diante dessas rupturas provocadas pela mineração, é sobretudo nas mulheres que a força da resistência se firma e se reinventa. São elas que, mesmo atravessadas pelas afetações que a sociedade e as dinâmicas opressoras, seguem moldando um outro Vale. Através do

artesanato, da oralidade e da coletividade, essas mulheres tecem redes que resistem as afetações que contestam a permanência de sua cultura no Vale.

Mas ao tratar da questão de gênero dentro da mineração de lítio no Jequitinhonha, Aguiar (2024) observa que a pauta é recorrentemente mobilizada pela Sigma em sua estratégia discursiva, o que a autora ressalta e este trabalho também que não ocorre por acaso, considerando a histórica presença de lideranças femininas no Jequitinhonha. A autora aponta que a CEO da empresa, por meio de publicações frequentes ao lado de mulheres locais, reforça essa imagem e, em parceria com o grupo Mulheres do Brasil, implementou o programa de microcrédito “Dona de Mim” nos municípios de Araçuaí e Itinga, disponibilizando R\$ 2.000,00 por participante. Tais estratégias, à primeira vista, podem parecer benéficas para essas mulheres, mas é necessário refletir também sobre os desdobramentos a longo prazo. É preciso considerar o risco de que essa relação acabe por transformar a economia e a subsistência dessas mulheres em algo unitarista e dependente da própria mineração. Ora, trata-se de um processo que ocorre por um período de tempo determinado e que, ao ser encerrado, pode dificultar profundamente a reestruturação econômica dessas pessoas, justamente por ter promovido uma lógica de dependência.

Essa estratégia construída pela Sigma, como aponta Aguiar (2024), demonstra ser uma articulação bastante calculada por parte da empresa, uma vez que as mulheres são as principais vozes de resistência na região. Assim, ao aproximá-las da mineração, a empresa acaba por incorporar, ou capturar, essas perspectivas para dentro de sua própria narrativa.

Como demonstrado anteriormente, o discurso da Sigma tem como um dos eixos principais a questão de gênero. Para alguns entrevistados, essas atitudes revelariam que a empresa estudou o território e se apropriou dessa pauta, que é proeminente não apenas no Vale, mas que ganhou força nos setores empresariais na última década, para conseguir apoio, como nos relatos: (Aguiar, 2024, p. 133).

Eles estudaram muito o vale, as mulheres sempre foram resistência do vale do Jequitinhonha, [...] na luta política o que eles fazem? Estão com foco de trabalho nas mulheres. E aí convence mulheres que nunca tiveram oportunidade de trabalho. [...] é o conceito de valorização, e são mulheres bem-sucedidas que sabem trabalhar isso, professora da UFMG está envolvida, os caras são bons disso. (Entrevistado J.P., apud Aguiar, 2024, p. 133).

Aguiar (2024) ainda reforça que Cabral adota um tom emocional, evocando a ideia de sororidade e mencionando o trabalho doméstico não remunerado (que, coincidentemente, é agravado pela mineração, como demonstramos ao longo deste capítulo), como forma de afirmar uma suposta igualdade entre todas as

mulheres, apesar das divisões de classe. Aguiar (2024) também relata um episódio durante seu trabalho de campo, em setembro de 2023, que revela aspectos mais profundos da atuação da empresa: ao visitar a Secretaria de Agricultura de Itinga (MG) para uma entrevista, foi surpreendida ao encontrar funcionárias da Sigma ocupando o espaço. A situação se repetia em Araçuaí, onde o projeto também mantinha uma sala dentro do Museu Municipal. Esses fatos, segundo a autora, evidenciam o poder de alcance da empresa canadense, que ocupa espaços públicos e governamentais de forma simbólica e prática, sinalizando uma forte relação com os governos locais. Essa proximidade gera, mesmo de que forma “involuntária” um comprometimento da neutralidade das instituições públicas, dificultando críticas e o exercício do controle social.

Mas um dos principais problemas da mineração de minerais críticos, como é o caso do lítio, é que muitas dessas empresas são transnacionais – e nem todas levantam a bandeira de gênero como faz a Sigma. Nesse contexto, além das afetações socioespaciais, acabam sendo gerados também conflitos de gênero bastante significativos.

O artesanato feito do barro é uma das atividades mais importantes atualmente no Vale do Jequitinhonha. Em que a partir dele surge uma nova identidade para o território, que foge dos preconceitos e dos estigmas. Mesmo que o Vale venha sendo vendido como o “Vale do Lítio”, existem outros olhares para o território que partem de dentro e não de fora para dentro. Existe o reconhecimento de um “Vale do artesanato” e “Vale das mulheres artesãs”. A arte desenvolvida pelas mulheres em 2018 a cultura popular do artesanato em barro do Nordeste de Minas foi reconhecida como Patrimônio

Imaterial de Minas, pelo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA).

Para a produção do artesanato em barro existe uma soma de conhecimentos que vai desde a coleta da argila ideal, o processamento desse material, à produção de fornos para queima dos trabalhos criados pelas mãos habilidosas dos artesãos locais. A cerâmica produzida pelas comunidades ao longo do território ganhou destaque pela qualidade, variedade em peças decorativas, utilitárias e religiosas e, também, pelo volume produzido. No Nordeste de Minas, é desenvolvido o projeto Cultura Sustentável no Vale do Jequitinhonha, que tem como proposta promover os aspectos ambientais, culturais e econômicos da região. A valorização acontece por meio do artesanato, produzido em sua maioria por mulheres, que utilizam a biodiversidade local de forma sustentável, gerando trabalho e renda para suas famílias, além da formatação de roteiros e promoção do território como ponto de turismo.

A arte pode ser compreendida como uma das formas mais autênticas de uma comunidade ou território lutar contra os instrumentos de dominação, uma vez que ela é parte do modo de viver dessas pessoas, grupos ou comunidades, mas principalmente por ter essa capacidade estético-política de representar a realidade de formas mais dinâmicas e certas vezes mais impactantes. No caso do Jequitinhonha, é importante entender que a arte ultrapassa uma visão utilitarista de um objeto artístico inerte ao espaço, sendo a expressão do cotidiano e das vivências do território. Diante do avanço da mineração de lítio, que vem reconfigurando as relações locais, a arte passa a representar um resgate dos modos de vida mais próximos ao cosmos do Jequitinhonha.

Em reportagem²¹ do jornal O TEMPO (2025), é argumentado que os artesãos e as comunidades tradicionais são os principais grupos que resistem à mineração no território, buscando manter viva a cultura do Vale. Um dos atingidos pela mineração relata que, mesmo tendo sido convidado para trabalhar como motorista em uma mineradora, optou por seguir com o artesanato, afirmando que sempre esteve focado nessa atividade. Para ele, o trabalho artesanal oferece uma rotina mais tranquila e permite manter contato direto com os clientes, especialmente na beira da estrada (O TEMPO, 2025).

A arte, no Vale, constitui-se então como um resgate de uma identidade que escapa ao imaginário nacional que historicamente definiu a região como espaço de “miséria” e “subdesenvolvimento”. Ela assume novas

²¹ Reportagem disponível em: <https://www.otempo.com.br/especiais/litio-o-novo-ouro-de-minas/2025/6/23/artesaos-e-agricultores-resistem-a-mineracao-e-mantem-viva-a-cultura-do-jequitinhonha> Acesso em 03 ago. 2025.

configurações, especialmente através dos artesões, sobretudo as mulheres, que trabalham em casa com o barro além de seus outros trabalhos. Essa tradição, transmitida de geração em geração, está hoje sob ameaça devido à mineração de lítio. Uma vez que o avanço da fronteira mineraria acaba mesmo que involuntariamente intensificar jornada de trabalho dessas mulheres, os impactos no trânsito e na mobilidade, os riscos à saúde e as afetações na casa (como já apresentamos) podem comprometer diretamente a continuidade da produção artesanal. Mas relatos como da artesã Saliene trazem a importância do artesanato dentro do contexto da região: “O nosso trabalho aqui é desde a infância e foi passando de geração em geração. Hoje eu não faço todas as peças, mas faço a maioria. Então, a nossa tradição aqui não se apaga. As pessoas não esquecem, porque nosso trabalho é bem vistoso” (Saliene, apud O TEMPO, 2025, s/p).

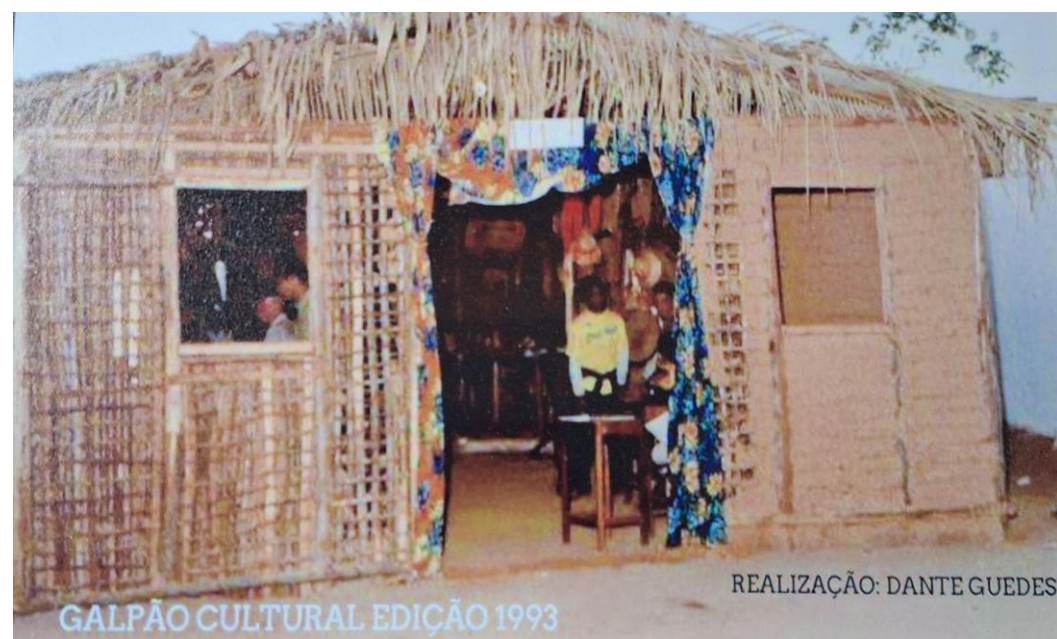
Lima (2014) ao abordar a importância da valorização do artesanato do vale como um objeto de valor artístico relevante e argumenta que como já ressaltamos a arte do Jequitinhonha é uma produção realizada majoritariamente por mulheres, no qual muitas delas permanecem em suas comunidades desde o nascimento e não tiveram acesso formal à educação. Desde a infância, elas aprendem com suas mães e avós as técnicas do ofício, incorporando à prática elementos da realidade cotidiana e das tradições locais, que se tornam fonte de inspiração para suas peças. Ou seja, essas mulheres usam do barro para representar esteticamente o que circunda o cotidiano de suas vidas. O que hoje é muito valorizado como identidade desses territórios e como formas de trazerem outras formas de renda que se desvinculem da exploração e expropriação territorial.

*Figura 36 – Artesã fazendo artesanato durante a festa do Capelinhense ausente.
Fonte: Acervo pessoal, 2025.*



O patrimônio histórico-cultural do Vale do Jequitinhonha é ainda enriquecido por figuras como tropeiros, canoeiros, pescadores, artesãos, lavadeiras e romeiros. Suas atividades e ofícios, transmitidos de geração em geração, perpetuam a identidade cultural do Vale. A importância da cultura na região é, sobretudo, protegida pelas mulheres do artesanato, que sempre foram responsáveis pela continuidade das festas e pela ampliação das promoções culturais. Essas mulheres, que constroem e mantêm esses espaços, são responsáveis não apenas por suas próprias formas de arte, mas também pela organização de eventos de exposição e pela preservação das formas de fazer, por meio da ministração de cursos. Mas, sobretudo, são elas que ainda preservam as heranças festivas ligadas às tradições religiosas. Em Capelinha, o Galpão Cultural, espaço de exposição de produtos artesanais e de realização de eventos culturais, sempre se pautou na valorização e preservação da cultura e dos modos artesanais da região. Como exemplo, temos o Galpão Cultural construído em Capelinha para a 37ª festa da cidade, inspirado no primeiro galpão cultural feito em pau-a-pique, resgatando as técnicas tradicionais e reafirmando os saberes do território.

Figura 37 – 1º Galpão Cultural de Capelinha.



Fonte: Festa do Capelinhense ausente, 2025.

Figura 38 – Fachada reproduzida do 1º Galpão para a 37ª festa do capelinhense.



Fonte: Prefeitura de Capelinha, 2025.

Com base nesse entendimento, percebemos como a mulher é, para o Vale do Jequitinhonha, uma força fundamental na construção do território como um todo. É sobre elas que se sustentam os principais aspectos do Vale e de sua formação, marcada por uma lógica basicamente matriarcal. Nessas comunidades, especialmente nas menores, são as chamadas "viúvas de maridos vivos" que assumiram a liderança, designando às mulheres um poder que atravessa diversas esferas. Essa liderança feminina se expressa, por exemplo, na figura das rezadeiras e curandeiras, que representam simultaneamente o cuidado espiritual e físico, como podemos ver na Figura 39. Santos (2020) traz o relato de Dona Preta, que ilustra perfeitamente como o Vale foi se moldando, sobretudo, pela força das mulheres.

Nossos antepassados também, minha mãe contava que as mulheres também trabalhavam junto com os homens na roça, carregando as crianças nas costas, com um pano nas costas, trabalhavam o dia inteirinho junto com os homens na roça. Outra hora punha a criança no chão, diz que cavava assim para a criança não rolar e assim trabalhava o dia inteiro com os homens. Minha mãe contava. E de nós aqui na comunidade, os homens saiam para trabalhar fora, aí ficavam só as mulheres, aí as mulheres tinham que fazer todo o serviço que precisasse... viagem,

aí por isso que acho que desenvolveu essa parte das mulheres estarem sempre avançando mais na frente. Eu lembro meu esposo mesmo, meus irmãos, trabalharam muito fora, São Paulo, trabalhou aí nessa comunidade de Curvelo, esses negócios aí mexendo com plantio né? Ficavam mais fora. E a gente ficava e ficava resolvendo as coisas né? Resolvendo a parte da gente e a deles. Aí acostumou assim. É tirar lenha para vender... tudo, nós que fazíamos (Santos, 2020, p. 245).

Figura 39 – Rezadeira – Canto místico.



Fonte: Festa do Capelinhense ausente, 2025.

Figura 40 – Medicina doméstica e raizada.



Fonte: Festa do Capelinhense ausente, 2025.

A arte, seja ela espiritual, utilitária ou como estado de ser e pertencer a algo, é uma constante sempre presente no Vale. A casa é esse ambiente em que as artesãs produzem e tecem relações que derivam de um saber ancestral, desvinculado do tecnicismo ocidental, e mais ligado aos saberes tradicionais transmitidos pela oralidade, como ocorre com o artesanato em barro. Como exemplo da casa enquanto espaço simbólico importante para a arte, podemos citar Santos (2020), que descreve sua vivência junto às artesãs locais do Vale, acompanhando todo o processo de produção do artesanato com o capim-dourado – uma arte bastante singular do Jequitinhonha. A autora relata ter passado longos períodos sentada com as mulheres em seus quintais, ao pé do fogão a lenha, observando atentamente cada etapa da confecção e participando das conversas cotidianas, o que lhe permitiu compreender a profundidade simbólica e social desse fazer artesanal.

Fracamente monetarizada e pouco articulada com o mercado capitalista, seja no mercado de produtos, seja no mercado de trabalho, a organização camponesa encontra no artesanato um importante suporte para a sua reprodução. O artesanato constitui-se para a totalidade dos camponeses em um valiosíssimo fornecedor de instrumentos de trabalho no âmbito caseiro ou fora dele, de bens manufaturados e de utensílios domésticos (Graziano e Graziano Neto, p. 98 apud Santos, 2020, p.245).

Tendo compreendido toda essa relação, ao retomarmos o que foi trabalhado em capítulos anteriores sobre os jogos de narrativas aos quais o Vale do Jequitinhonha sempre foi submetido, podemos entrelaçá-las com o artesanato. Se, por sua vez, Romeu Zema ou as empresas mineradoras tentam construir uma narrativa em que o Vale do Jequitinhonha passa a ser o “Vale do Lítio” ou, agora, o “Vale da Esperança” em contraponto ao antigo “Vale da Miséria” e do “Atraso”, conseguimos destacar, de forma concreta, que sim, existe um outro Vale. Mas esse Vale sempre existiu, sempre foi visto e vivido por quem é de dentro. Estranha-se o olhar do de fora, mas sempre fomos o “Vale do Artesanato”, o “Vale das Mulheres”. A essa narrativa neoliberal e quase imperialista que se tenta impor sobre o Jequitinhonha, encontramos resistências firmes, como a de uma integrante do MAB e moradora do município de Araçuaí: “Zema tira o nome do rio, que para ele não vale nada, e coloca o nome do minério, que é a única coisa que importa para ele. Nós somos o Vale do Jequitinhonha. Temos nossa identidade, cultura e modo de vida fundamentados no nosso rio” (Gomes, 2023, s/p.). O que nos faz refletir que a melhor forma de contrapor esses discursos é por meio da construção de contranarrativas diretamente entrelaçadas às relações do Vale com a arte, o gênero e o território.



Figura 41–Artesanato de barro.

Fonte: Festa do Capelinhense ausente, 2025.

Ricardo Targino (2025), em relato para a Mídia Ninja, aborda a construção capitalista – e atualmente neoliberal – de uma economia primarista, que compreende a mineração como uma forma econômica mais relevante que outras. Targino (202) aprofunda que o Vale tem a cultura em seus meandros, mas, à medida que o pensamento colonialista impõe formas expropriatórias como mais viáveis economicamente, ele argumenta tratar-se de um sistema necropolítica.

A contribuição econômica da mineração é equivalente à contribuição econômica da cultura e das indústrias culturais, que é de 3,11%. Os que advogam pelo mercado costumam idolatrar a mineração e desprezar a cultura, quando ambas têm a mesma participação no PIB. E por que fazem isso? Fazem isso porque a acumulação, no caso da mineração, é primitiva. A acumulação de capital permite, pela destruição e pela irresponsabilidade, uma geração tamanha de lucros que permite a mineração comprar nos gabinetes da política e nas redações da mídia corporativa os **advogados da morte** que falam por ela e que defendem como uma pauta da **transição energética a necromineração que acelera a catástrofe climática**. (MÍDIA NINJA, 2025, s/p, grifo nosso).

Ao refletirmos sobre esse relato, podemos traçar um paralelo com Acosta (2016), que argumenta que, embora à primeira vista possa parecer contraditório, há evidências recentes e experiências acumuladas que indicam uma relação direta entre a pobreza de muitos países e sua abundância de recursos naturais. Segundo o autor, nações cujas economias são fortemente sustentadas na extração e exportação desses recursos tendem a enfrentar maiores obstáculos para alcançar o desenvolvimento. Dessa forma, países com grande concentração de produtos primários acabam, paradoxalmente, condenados ao subdesenvolvimento.

Ao entrelaçarmos essa perspectiva trazida por Targino (2025) com os elementos que abordamos no capítulo 2.2.1 (“Vale do Lítio” e o “Lítio verde”: A construção do discurso nos jogos de narrativa), percebemos como os processos extrativistas encantaram, e continuam encantando, governos e governantes, que acabam por afrouxar a atenção aos processos econômicos internos, seduzidos pelas promessas econômicas neoliberais. Nesse sentido, os supostos benefícios acabam por estar ligados a uma dependência quase imperialista, ainda que sob a alegação de alguns “ônus”. Acosta argumenta essa questão da seguinte forma:

Os efeitos desses conflitos e dessa violência também chegam aos governos regionais. Estes podem ser atraídos pelos cantos de sereia das empresas dedicadas ao extrativismo em grande escala e dos governos cúmplices, que lhes oferecerão algumas retribuições financeiras. Entretanto, eventualmente as sociedades terão de assumir os custos dessa complexa e conflitiva relação entre comunidades, empresas e Estado. Os planos de desenvolvimento locais estariam em risco, pois o extrativismo minerador ou petrolífero teria supremacia sobre qualquer outra atividade. Tudo isso despedaça os planos elaborados de maneira participativa, incorporando a experiência e a sabedoria das populações locais (Acosta, 2016, p.69).

Nesse cenário, percebemos que os impactos do neoextrativismo não se limitam às grandes esferas econômicas ou à lógica dos mercados internacionais. Por sua vez, as afetações penetram profundamente no cotidiano das populações afetadas, alterando suas formas de vida, suas referências simbólicas e seus espaços de existência. É nesse ponto que se torna urgente deslocar o olhar macroeconômico e direcioná-lo às dinâmicas locais, observando como os territórios e suas populações são reorganizados a partir da presença da mineração. Assim, passamos a compreender que a atividade minerária, especialmente no caso do lítio, reorganiza não apenas o território físico, mas também o território simbólico, afetando diretamente os modos de habitar e de viver, como é o caso do Vale do Jequitinhonha.

Dessa forma este capítulo buscou entender como a mineração de lítio vem conseguindo afetar, de maneira tão enraizada (mesmo sendo uma atividade recente) os modos de viver no Vale do Jequitinhonha. Trouxemos para esta discussão a perspectiva da casa, no intuito de demonstrar que ela não é apenas um espaço de abrigo, mas sim o centro de reprodução da vida cotidiana e do cosmos dessas comunidades.

A fim de sistematizar o que foi construído ao longo deste capítulo, recorremos aos Iconoclastas (2013) para pensar uma forma de cartografar as relações entre a casa, a mulher e a mineração de uma maneira que seja popular, mas ao mesmo tempo tenha apelo estético-político. De acordo com os autores, os mapas devem ser compreendidos como construções ideológicas, uma vez que, historicamente, serviram como ferramentas fundamentais do poder dominante para a apropriação utilitária dos territórios. Os Iconoclastas apontam que a cartografia tradicional não apenas ordena o espaço, mas também estabelece fronteiras que legitimam ocupações, invasões e a exploração dos bens comuns. Nesse sentido, os

mapas que circulam amplamente refletem uma visão hegemônica sobre o território, funcional ao modelo capitalista. Essa perspectiva decodifica o espaço de forma racional, classifica os recursos naturais e as características populacionais, e define as formas mais eficazes de converter tanto os recursos quanto a força de trabalho em lucro.

Nossa cartografia, construída para este trabalho, se reafirma na lógica da construção de uma narrativa oposta à visão dominante, que entende o espaço a partir de uma lógica numérica e instrumental. Partimos do conceito de Milton Santos, segundo o qual o território é o espaço socialmente construído, e, dessa maneira, precisa ser compreendido de forma que ultrapasse a esfera de gráficos, rotas e abordagens engessadas.

Esta primeira cartografia sistematiza as relações e redes de interações que conseguimos construir ao longo do capítulo. A construção estético-política é fundamental para argumentarmos contra as narrativas hegemônicas de dominação, uma vez que a lógica de uma cartografia crítica reside no seu apelo estético, que, por sua vez, serve para fazer o indivíduo pensar fora da compreensão dominante, especialmente aquela que países colonizados têm sobre a geografia e a cartografia.

Abaixo, construímos a cartografia ilustrativa que representa a casa como esse cenário de vida e cotidiano, sobreposto por uma camada de papel vegetal que simboliza os impactos causados pela mineração. Adotamos essa estratégia como referência à prática comum na arquitetura de sobrepor camadas sobre as plantas, a fim de visualizar diferentes representações e possibilidades de configuração. No caso da nossa cartografia, utilizamos essa sobreposição para tornar visíveis as afetações provocadas pela mineração.

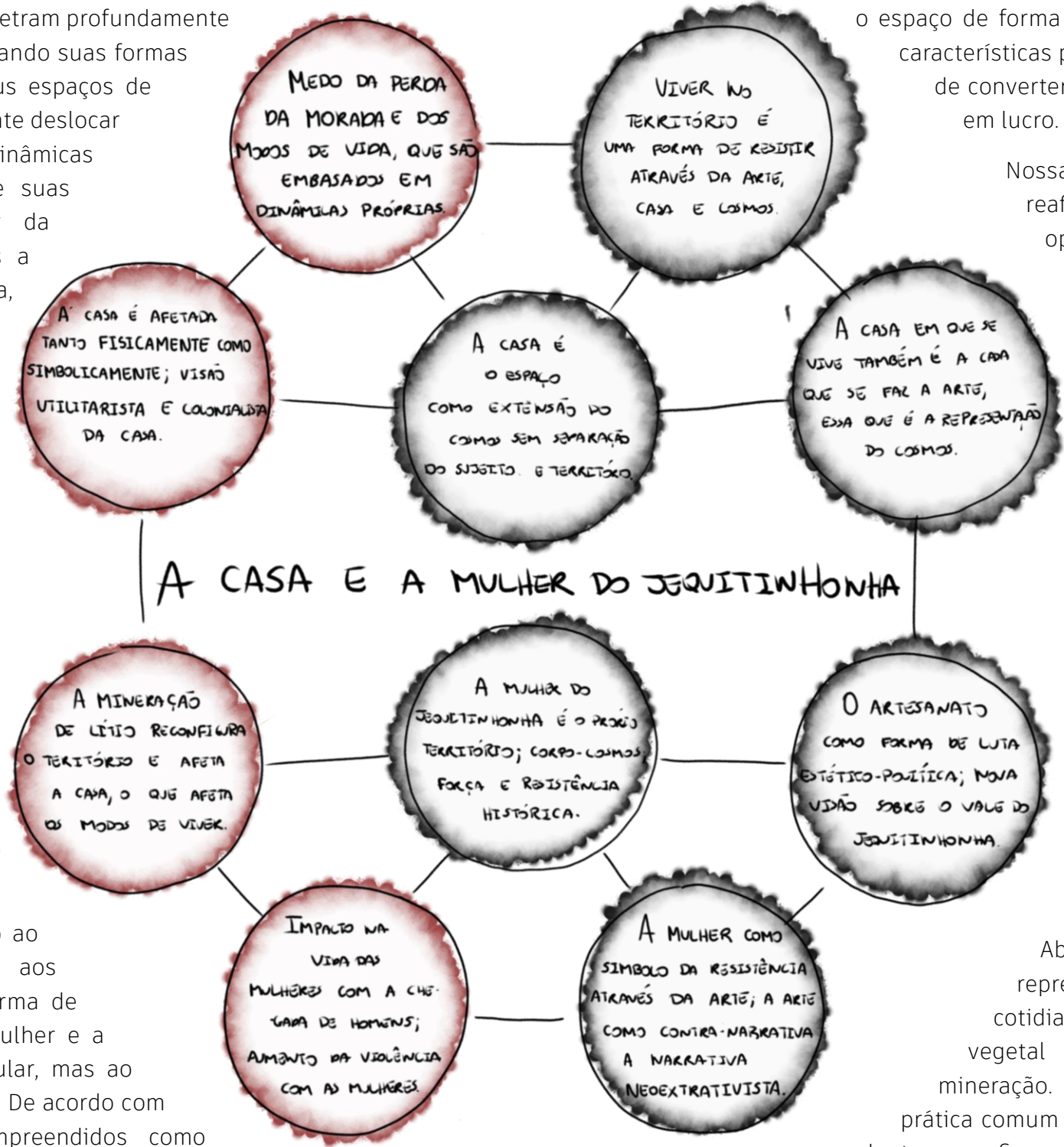


Figura 42 – Sistematização das Relações entre a Casa, a Mulher do Jequitinhonha e a Mineração de Lítio.
Fonte – Produzido pelo autor, 2025 com base em Iconoclastas.

Figura 43– Cartografia Casa + cosmos.
Fonte: Produzido pelo autor, 2025.

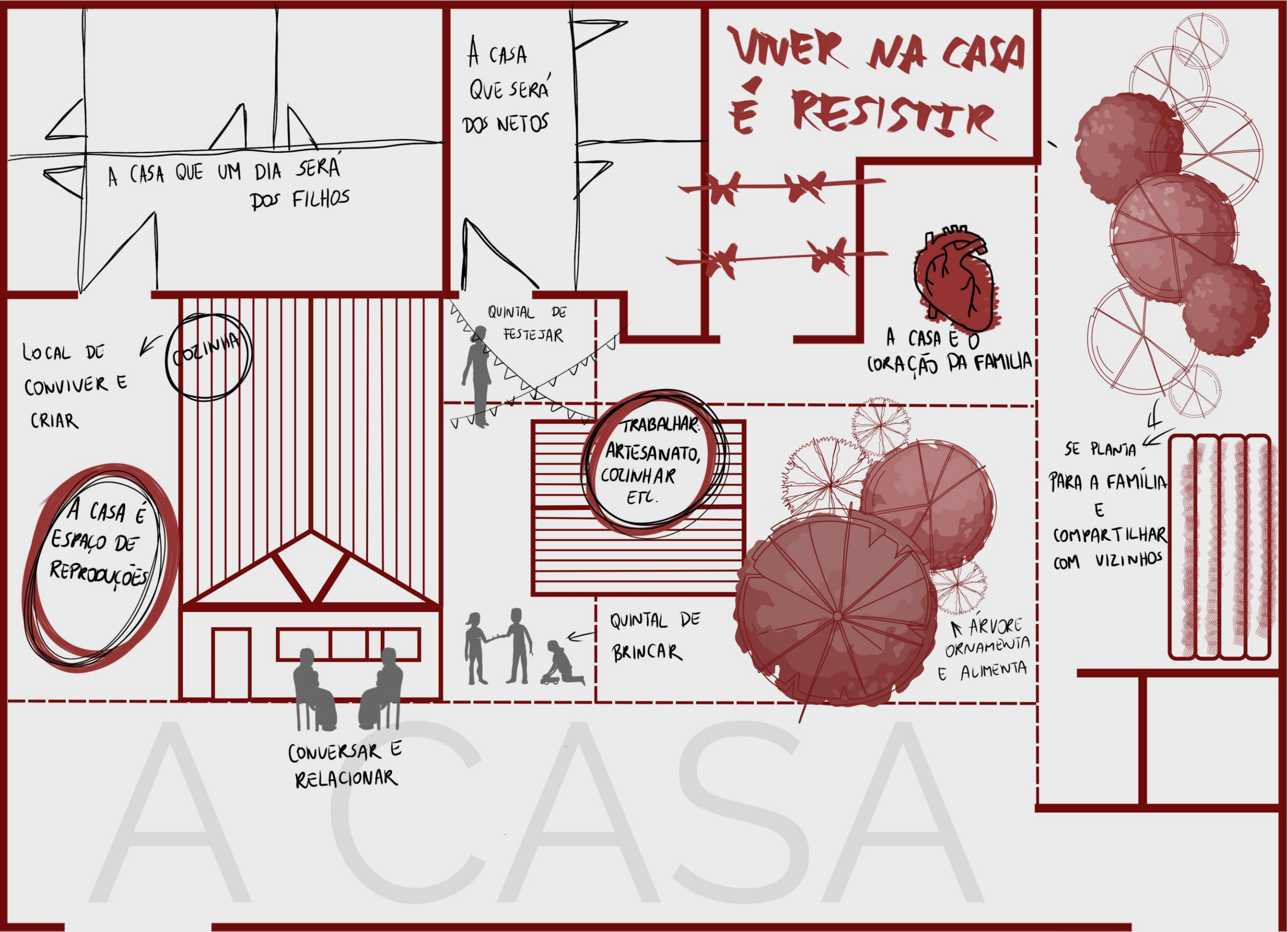
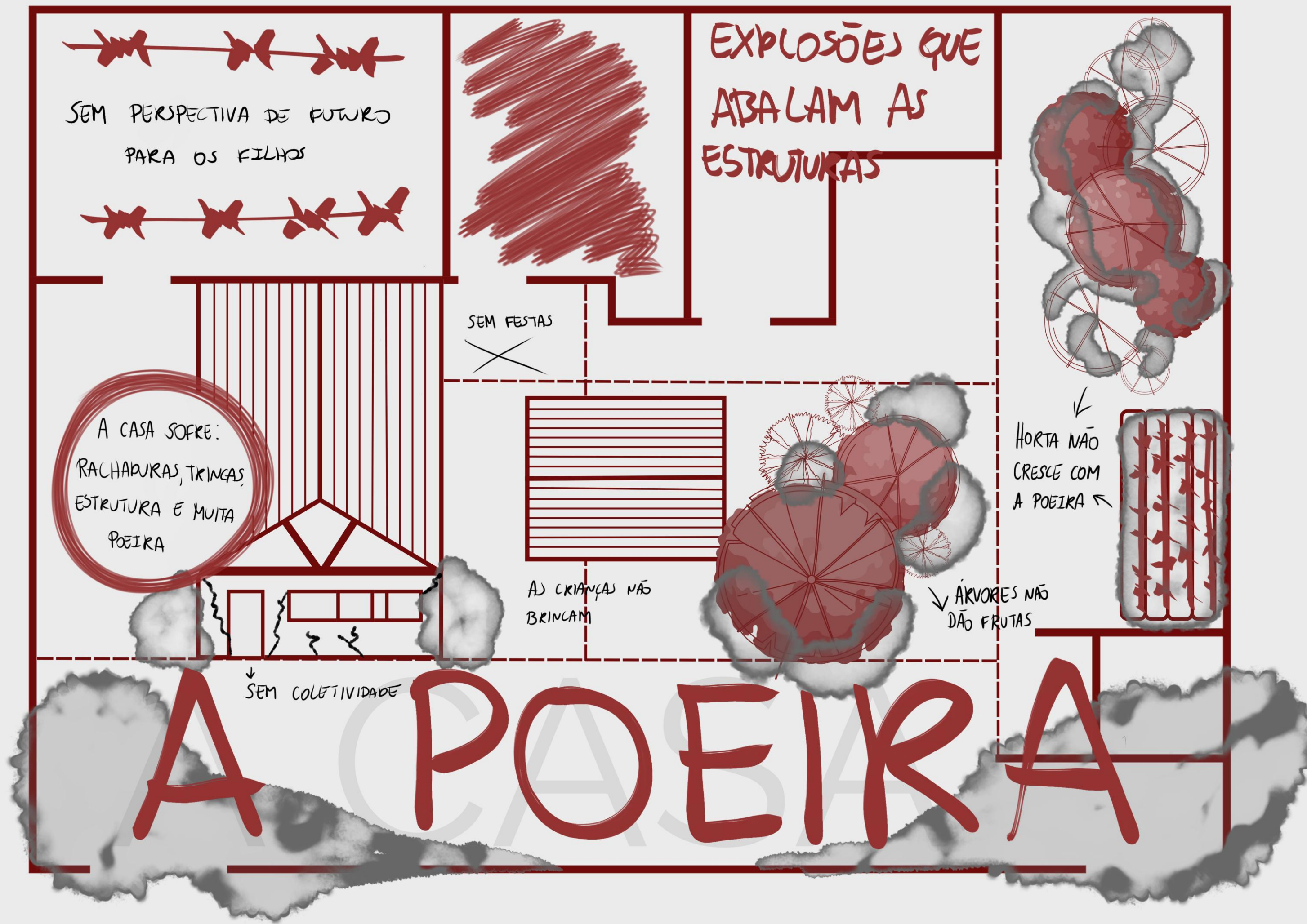


Figura 44– Cartografia Casa + mineração.
Fonte: Produzido pelo autor, 2025.



3.3 O Corpo: territorialidades e corporalidades do Vale

Neste capítulo abordaremos a última escala das afetações da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha. Este capítulo tratará do corpo, que é então esse elemento vivo impactado e influenciado pelo espaço. Dessa maneira, teremos dois seguimentos de análise: um mais analítico, entendendo as afetações diretas da mineração de lítio sobre os corpos; o segundo será mais subjetivo, buscando compreender os meandros que a mineração causa nesses corpos de maneira histórico-política. Nesse sentido, adotaremos o conceito de corpo-território, o qual estabelece robustez principalmente dentro do ecofeminismo latino-americano, especialmente entre mulheres indígenas.

O termo “corpo-território” vem sendo bastante utilizado dentro de estudos decoloniais, em que o corpo é parte do espaço. Lefebvre (1986) reflete sobre a questão ao entender que, antes mesmo de se expressar na produção material de utensílios ou objetos, e antes de gerar outro corpo como forma de reprodução, o corpo vivo é, em si, um espaço e está sempre produzindo espaço. Haesbaert (2020), ao conceituar o termo corpo-território, destaca que essa articulação amplia a compreensão do território ao colocá-lo em múltiplas escalas. No centro dessa perspectiva está o comunitário, enquanto forma de vida, sem perder de vista a dimensão mais íntima e micro: o corpo. Este, entendido como o primeiro território de luta, especialmente no caso de corpos femininos e dissidentes, materializa diversas escalas de opressão e resistência que atravessam os sujeitos.

No nosso trabalho, então, entendemos, com base nesses autores, o corpo como uma parte indissociável do território. E este território é legitimado por ser uma produção desse corpo. Na perspectiva atual de um processo de

neoextrativismo necropolítica em que o Vale vem passando, passamos a compreender como esses processos acabam por serem uma nova “colonização”, em que o território passa a ser visto apenas como um recurso. E é sobre o corpo que recaem grande parte das afetações. Principalmente dentro da lógica do racismo ambiental, é sobre os pobres, pretos e indígenas que recaem esses impactos de forma mais intensa.

Além disso, o corpo se torna um instrumento de dominação: se você domina o território, tem o poder de dominar os corpos que ali habitam; da mesma forma, se você exerce influência sobre os corpos que constituem esse território, esse espaço passa a ser fragilizado, aumentando o controle do dominador sobre ele. Quem aborda essa questão é Quijano (2010), que entrelaça a colonização latino-americana com a herança escravista e patriarcal do poder e das formas de dominação, as quais acabam por gerar as principais violações ao corpo, sobretudo quando marcados por raça e gênero.

Na exploração, é o ‘corpo’ que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o ‘corpo’ o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores. Pinochet é um nome do que ocorre aos explorados no seu ‘corpo’ quando são derrotados nessas lutas. Nas relações de gênero, trata-se do ‘corpo’. Na ‘raça’, a referência é ao ‘corpo’, a ‘cor’ presume o ‘corpo’ (Quijano, 2010, p. 113).

O corpo

Aráoz (2020), ao tratar sobre a expropriação ecológica no que tange aos danos aos corpos-territórios, reflete que a dimensão ecológica dos processos expropriatórios contemporâneos apresenta, como aspecto geopolítico mais significativo diante da crise ambiental global e do esgotamento dos recursos do planeta, o aprofundamento das desigualdades ambientais. Inserida de forma profunda na história da divisão internacional do trabalho, a lógica capitalista de produção dessas desigualdades está, especialmente na fase neoliberal, diretamente associada às transformações territoriais resultantes da reorganização dos fluxos e processos produtivos em escala mundial. Para o autor, essa transferência das etapas puramente extrativas da mineração global para territórios latino-americanos constitui um elemento central.

Aráoz (2020) defende que tal fenômeno implica, principalmente, três consequências: o controle e uso desigual dos chamados “recursos naturais”; a distribuição assimétrica da degradação ambiental; e os prejuízos às condições de vida e saúde das comunidades submetidas à exploração.

Em paralelo à nossa escala de afetações apresentada neste subcapítulo e nos anteriores, trataremos neste os prejuízos às condições de vida e saúde (dimensão que, em nossa abordagem, chamamos de “corpo” ou “corpo-território”). Essa perspectiva defendida por Araújo nos ajuda a compreender que, dentro do contexto extrativista, os impactos sobre o território e o corpo acabam por ser sentidos de forma desigual: “[...] dada a conexão existencial vital entre os corpos e os territórios, não há dano ao ambiente que não cause impacto sobre a saúde das populações” (Araújo, 2020, p. 216).

Dessa maneira, com o objetivo de identificar quais são as principais afetações do corpo em relação à mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, continuaremos utilizando a reportagem de Caio Guatelli (2024). O autor apresenta o tópico “Asma, pneumonia e silicose” em sua reportagem, o que já nos evidencia que um dos temas mais sentidos pelos atingidos está relacionado a saúde.

Araújo (2020) reforça que, além dos impactos diretos decorrentes de acidentes e riscos ligados à própria exploração (desmoronamentos, rompimentos, entre outros “acidentes”), a própria natureza da mineração a torna um foco constante de contaminação que, cedo ou tarde, afeta as condições de vida e saúde das populações. Assim como os acidentes e desastres socioambientais ocorridos durante as operações, os danos à saúde provocados por substâncias poluentes compõem também um inventário inesgotável de consequências.

No caso do Jequitinhonha os atingidos relatam, de forma recorrente, problemas respiratórios intensificados pelo pó. A maioria enfatiza que, antes da chegada da mineração a céu aberto conduzida pela Sigma, tais doenças eram raras ou inexistentes na comunidade. Em relação a esse tipo de afetação, Guatelli (2024) traz relatos que demonstram como a relação entre corpo e território é notoriamente forte no contexto do Vale. Um exemplo é o depoimento de uma moradora da comunidade Piauí Poços Dantas:

Antigamente era um sossego. A gente ouvia os passarinhos, bebia água do riacho, as crianças não ficavam doentes. Depois que chegou essa empresa, ficou assim, ninguém consegue dormir, as crianças vivem tossindo, não têm paz (Guatelli, 2024, s/p).

As principais reclamações da população em relação à mineração tangem, principalmente, ao aumento excessivo da poeira causada pelas explosões, bem como ao barulho, que acaba por afetar de forma significativa a qualidade de vida dessas pessoas. Como reforçamos em capítulos anteriores, a mineração de lítio no Vale não começou com a Sigma ou com o boom das terras raras e minerais críticos. Ao abordar a questão dos impactos pré e pós-Sigma, Aguiar (2024) relata como era a convivência das pessoas com a mineração conduzida pela Companhia Brasileira de Lítio (CBL). A autora aponta que, na percepção dos entrevistados, inicialmente não havia impactos significativos atribuídos à empresa, muito devido à distância e à pequena escala do empreendimento, sendo a principal preocupação a saúde dos trabalhadores da mina. Nesse sentido: “CBL não teve grande escala, né? A escala era muito pequena, e ainda faz um trabalho social aqui e ali... a discussão começou a vir à tona com a Sigma, que é grande escala” (ENTREVISTADO J.P., apud Aguiar, 2024, p. 129). Outro entrevistado complementa:

Teve duas firmas antes que foi a Arqueana, e CBL. Arqueana e CBL tinha menos poder, ficaram muitos anos só no barreiro. Teve conflito que muita gente que trabalhou nela adoeceu com o pó, parece. Mas é até difícil comparar ela com a Sigma, não sei se ela tem mais firma, mas ela é muito mais poderosa, a exploração rende não sei quantas vezes mais (ENTREVISTADO A.S., apud Aguiar, 2024, p. 129).

Ao tratarmos de um território minerado e o relacionarmos ao conceito de território-corpo, percebemos que a escala do empreendimento implica em diferentes formas de afetação, tanto sobre o espaço quanto sobre os sujeitos que nele vivem. Partindo do entendimento de que corpo e território são indissociáveis, podemos conceber a ideia de um “corpo minerado”. Mineram-se dele a saúde (física e mental), o direito de autonomia sobre o território em que habita e, sobretudo, o direito sobre o próprio corpo. No campo simbólico, o indivíduo é impelido a conviver com uma atividade que o afeta diretamente; no campo físico, perde a autonomia sobre si mesmo. Trata-se de um corpo submetido a forças que extrapolam sua esfera de decisão, emaranhando-se nas engrenagens e escalas do poder.

A consciência desse processo por parte da população atingida é evidente. Guatelli (2024, s/p), por exemplo, traz o relato de um lavrador que recorda a doença que, por vezes, acomete os pulmões de operários das minas e que não tem cura: “Esse pó fino de malacacheta [mineral] vai matando a gente por dentro, é a silicose... [...]”

Minha mulher acabou de sair de uma pneumonia e nossos três meninos desenvolveram asma; não saram desde que essa poeira começou.”

Ao pensarmos nesses impactos negativos causados pelos rejeitos da mineração, é notável a diversidade de formas de afetação – por exemplo, a perda e degradação de áreas naturais ou o comprometimento da saúde da população exposta a metais tóxicos (Carmo; Lanchotti; Kamino, 2020).

Guatelli (2024) narra, durante a reportagem, o cotidiano das famílias convivendo com a mineração de lítio. O autor traz o caso de Evandro, que convive com a mineração e vê a mesma consumir a saúde da esposa. O autor relata que o homem ficou em casa cuidando de Taísa, que, no momento da reportagem, ainda se recuperava de uma pneumonia. Mas o adoecimento causado pela mineração não se restringe apenas à atividade extrativa em si, mas ao contexto que ela instaura. Ao retomarmos o capítulo anterior, em que tratamos do aumento da carga de trabalho sobre as mulheres, percebemos claramente um aumento proporcional do desgaste físico dessas mulheres.

Nego Bispo (2023) nos ensina que o adoecimento recai sobre aquilo que tem contato com o humano (reforçamos aqui a ideia do humano colonialista, que vê tudo e todos como fonte). Nessa perspectiva, podemos relacionar que o adoecimento dos corpos minerados recai justamente pelo contato com a mineração. O neoextrativismo, então, por si, acaba por ser esse vírus pandêmico voltado à exploração intensiva de recursos, que atua não apenas sobre o território físico, mas também sobre os corpos e as formas de sociabilidade. Ou seja, ele destrói relações de cuidado, rompe redes de subsistência e impõe lógicas despersonalizadas, voltadas ao trabalho e ao consumo, em que corpos se encontram, mas não se relacionam.

[...] os humanos são os únicos animais que precisam estudar depois que chegam à fase adulta. Os pássaros, depois que saem do ninho, já sabem tudo o que precisam para viver. Os roedores, quando adultos, já sabem tudo o que precisam saber para viver. É assim com todos os outros viventes, que

através da alimentação curam e previnem doenças, exceto os humanos... Os outros animais só adoecem quando entram em contato com os humanos. Por que adoecemos menos nos quilombos no contexto de pandemia? Um grande mestre nos explica: “Nos quilombos temos relacionamentos, não temos aglomerações. Aglomerações são feitas de corpos que não se conhecem, que não se tocam”. E como não se relacionam, não se imunizam. Nós, que nos relacionamos, que nos abraçamos, estamos imunizados (Bispo, 2023, p. 65).

Figura 45 – Angela Marques Santos, moradora da comunidade de Piauí Poço Dantas.



Fonte: Caio Guatelli, 2025.

Guatelli (2024) relata, por exemplo, o caso de Angela. O autor narra, durante a reportagem, a visita da agente comunitária de saúde Cleony Pereira, responsável pelo atendimento de cerca de 66 famílias da comunidade de Piauí Poço Dantas. A agente de saúde relata ao repórter: “Igual à dona Angela, todos daqui se queixam de problemas de sono; em alguns casos, precisam tomar remédio para dormir e antidepressivos. Mas o que mais piorou com essa mineradora foram os problemas respiratórios. Muitas crianças e idosos com pneumonia recorrente” (Guatelli, 2024, s/p).

Além dos relatos de adoecimento populacional da comunidade, o que a agente de saúde aponta como extremamente grave é a dificuldade de conseguir atendimento no único hospital da região, localizado em Araçuaí. A agente relata que o mesmo vive lotado: “Uma vizinha nossa, a Jessica, foi para lá hoje cedo com a filhinha de 2 anos que também está com pneumonia” (Guatelli, 2024, s/p).

Em reportagem para o jornal, Rodrigues, Oliveira e Nascimento (2025) informam que houve um aumento de 30% na demanda hospitalar em Araçuaí, crescimento fortemente associado ao avanço da mineração no território. O hospital do município atende, ainda, cerca de outros sete municípios. Segundo Guatelli (2024), por exemplo, a fila de atendimento em alguns casos chega a alcançar uma espera de 12 horas. O autor narra que, ao lado de fora do hospital, era possível ver cadeiras colocadas sob um toldo improvisado, onde familiares amparavam crianças e idosos que reclamavam de crises respiratórias. No relato registrado pelo autor, Jessica Pereira Santos Almeida, moradora próxima à mina, afirma que a poeira proveniente da atividade minerária foi apontada por uma médica como causa da pneumonia de sua filha de dois anos, cuja gripe persistia havia meses, evoluindo para pneumonia. Ela acrescenta que todos em sua casa apresentam sintomas de tosse.

Liba, Rocha e Castro (2020), em seus estudos, destacam que pesquisas realizadas em áreas de mineração na Argentina apontam que a presença de lítio no sangue e na urina de gestantes está associada a alterações no crescimento fetal, como a redução nas medidas corporais e do fêmur durante o segundo semestre da gestação, além de possível relação positiva com o tamanho do telômero dos leucócitos maternos (Harari et al., 2015; Herlinet et al., 2019, apud Liba, Rocha e Castro, 2020). Segundo as autoras, apesar dos prejuízos à saúde, ainda não se conhecem plenamente as consequências da exposição ambiental ao lítio, o que reforça a necessidade da participação do

setor de saúde nos processos de licenciamento de grandes empreendimentos.

No caso do Jequitinhonha, esse aspecto se intensifica pela falta de estrutura básica capaz de comportar esses megaprojetos e, ao mesmo tempo, atender adequadamente aos próprios moradores. As autoras reforçam que, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS), os processos de licenciamento precisam adotar uma abordagem integrada, com a participação de todos os atores sociais desde o início do projeto.

Conforme Lucena (2005, apud Liba, Rocha e Castro, 2020), na sociedade industrial há maior preocupação em reduzir riscos de acidentes de grande impacto ambiental do que em prevenir problemas de saúde ou danos socioambientais. No caso da Sigma, por exemplo, enfatiza-se a narrativa de uma mineração “verde”, sem barragem de rejeitos; no entanto, os riscos não se restringem ao aspecto ambiental. Em relatos de trabalhadores em Divisa Alegre, levantados por Liba, Rocha e Castro (2020), observa-se a percepção de que a poeira gerada na produção de carbonato não traz prejuízos, sendo controlada pelo uso de equipamentos de proteção individual e por sistemas de exaustão e filtragem, embora reconheçam que essa poeira seja proveniente do próprio minério.

Figura 46 – Roça e as casas ficam perto de uma grande pilha de rejeitos da mineração de lítio, Piauí Poços Dantas.



Fonte: Caio Guatelli, 2025.

Figura 47 – Moradora de Coronel Murta, viaja por quase uma hora para chegar ao hospital em Araçuaí.
Fonte: Fred Magno/ O TEMPO.



De acordo com reportagem de Rodrigues, Oliveira e Nascimento (2025), o presidente da associação filantrópica responsável pela gestão do hospital local, Marcos Antônio Costa, afirmou que, desde 2019, a demanda por atendimentos cresceu cerca de 30% em razão do avanço da mineração na região, estimando que aproximadamente 2.000 pessoas tenham se instalado no município nos últimos anos. Esse aumento acaba por superlotar setores como pronto-socorro, internações e consultas médicas. Apesar disso, o hospital não recebe apoio de todas as mineradoras. Segundo Costa a Companhia Brasileira de Lítio (CBL) mantém convênio desde 2006, aportando R\$ 63,5 mil mensais, enquanto a Sigma fez apenas uma doação pontual de cerca de R\$ 100 mil no final de 2023. O presidente lamenta que, embora a operação mineradora gere lucros e exportações expressivas, não há contrapartida proporcional para a estrutura hospitalar, alertando para a incapacidade da unidade em lidar com acidentes de grande porte envolvendo múltiplos feridos. Costa relata durante a reportagem:

E no decorrer da situação você vai ficando triste. Porque, de tudo falado, nada é cumprido, entende? Você vê a operação deles, a empresa exportando carretas e carretas de minério, e o hospital só com a demanda aumentando e sem uma contrapartida. Só que o hospital é o mais importante para eles, porque, se acontecer algum acidente lá, a porta de entrada é aqui. Se o paciente não se estabilizar aqui, ele não pega um avião para ir para os grandes centros, não. Temos que cuidar onde podemos salvar a vida deles, porque, se tiver um acidente de uma circunstância maior, com 20 ou 30 feridos gravemente, não tem como atender aqui. Não temos operação para isso, não (Rodrigues, Oliveira e Nascimento, 2025, s/p).

O que torna a questão problemática, é criar a dialética da dependência da esfera política com a mineração, ou seja, depender economicamente da atividade para a manutenção do tipo. Aráoz (2020) entende que a dialética da dependência, no campo econômico, se manifesta por contradições como a construção de hospitais e escolas concomitante à piora das condições de saúde e da qualidade da educação; a edificação de moradias acompanhada da perda de habitat. Esse processo converte economias baseadas em saberes locais e produção interna em economias importadoras e de serviços, gerando empobrecimento estrutural e esvaziamento territorial. Tal transformação se relaciona à “geometria do poder” descrita por Milton Santos, na qual as verticalidades se impõem sobre as horizontalidades, determinando quem controla a produção cultural. Politicamente, implica verticalização, concentração e externalização das estruturas e funções do poder. Ou seja, é necessário entender que as dinâmicas causadoras dos impactos precisam ser vistas de maneira mais ampla, e não como salvadora.



*Figura 48 – Morador reclama da estrutura atual e lamenta que investimentos não cheguem à saúde pública.
Créditos: Fred Magno/ O TEMPO.*

Dessa maneira, conseguimos compreender como as afetações da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha são multiescalares. Começamos tratando das afetações no campo do cosmos, até chegar ao corpo, ao indivíduo. Optamos por esse recurso de construção discursiva e também imagética para demonstrar como os mesmos impactos causam diferentes afetações sobre um território, tanto em sua dimensão simbólica quanto em sua dimensão física.

Em contextos minerários, é preciso lembrar também das afetações sobre a saúde mental: o adoecimento psíquico, como depressão e ansiedade, torna-se uma marca recorrente nesses territórios. O medo diante das questões ambientais, a insegurança em relação à própria moradia e a constante ameaça

ao direito de permanecer em seu território acabam por gerar, nessas pessoas, um processo profundo de adoecimento mental.

Guatelli (2024) narra como muitos moradores de Piauí Poço Dantas tiveram que começar a tomar remédios antidepressivos e também medicamentos para conseguir dormir. Mas o aumento no uso de psicotrópicos em áreas mineradas não é uma questão isolada, e sim um fenômeno bastante comum.

Na cartografia que apresentamos a seguir, conseguimos perceber alguns dos impactos já identificados no caso do Vale do Jequitinhonha, bem como possíveis outros problemas que podem se desenvolver se não tivermos um cuidado especial em relação aos corpos desses territórios minerados.

Figura 49 – Cartografia do corpo;
Créditos: Produzido pelo autor, 2025.

Olhos (Contato com poeira e substâncias químicas) Irritação ocular e conjuntivite crônica. Possível perda de visão em exposições prolongadas a partículas finas.

Boca (secura na boca) A exposição Sensação de boca seca devido à inalação de poeira e produtos químicos.

Pulmões (Exposição a poeira e partículas tóxicas) Doenças respiratórias: silicose, bronquite crônica, asma agravada. Dificuldade respiratória devido à inalação de poeira mineral.

Pele (Contato com resíduos e produtos químicos) Dermatites e lesões na pele devido à contaminação por metais pesados. Maior sensibilidade a queimaduras e irritações.

Rins e Fígado (Acúmulo de metais pesados no organismo) Danos renais e hepáticos devido à intoxicação crônica. Dificuldade de eliminação de substâncias tóxicas.

Sistema Endócrino e Reprodutivo (Desregulação hormonal e infertilidade) Problemas na tireoide e alterações hormonais. Redução da fertilidade e complicações na gravidez.

Cérebro (Impactos neurológicos e psiquiátricos) Tremores, fadiga crônica e dificuldade de concentração. Ansiedade, depressão e distúrbios cognitivos. Dependência de psicotrópicos.

Corpo: (Impactos físicos direto) Cansaço e desgaste físico, especialmente sobre as mulheres, que têm suas jornadas de trabalho ampliadas pela sobrecarga das tarefas domésticas

Sistema Cardiovascular (Stress e exposição a substâncias químicas) Aumento do risco de doenças cardíacas devido à contaminação ambiental. Alterações na pressão arterial causadas por estresse e intoxicação crônica.

Estômago e Intestino (Consumo de água e alimentos contaminados) Diarreia, vômitos e danos ao fígado devido à ingestão de metais pesados. Risco de acúmulo de substâncias tóxicas no organismo.

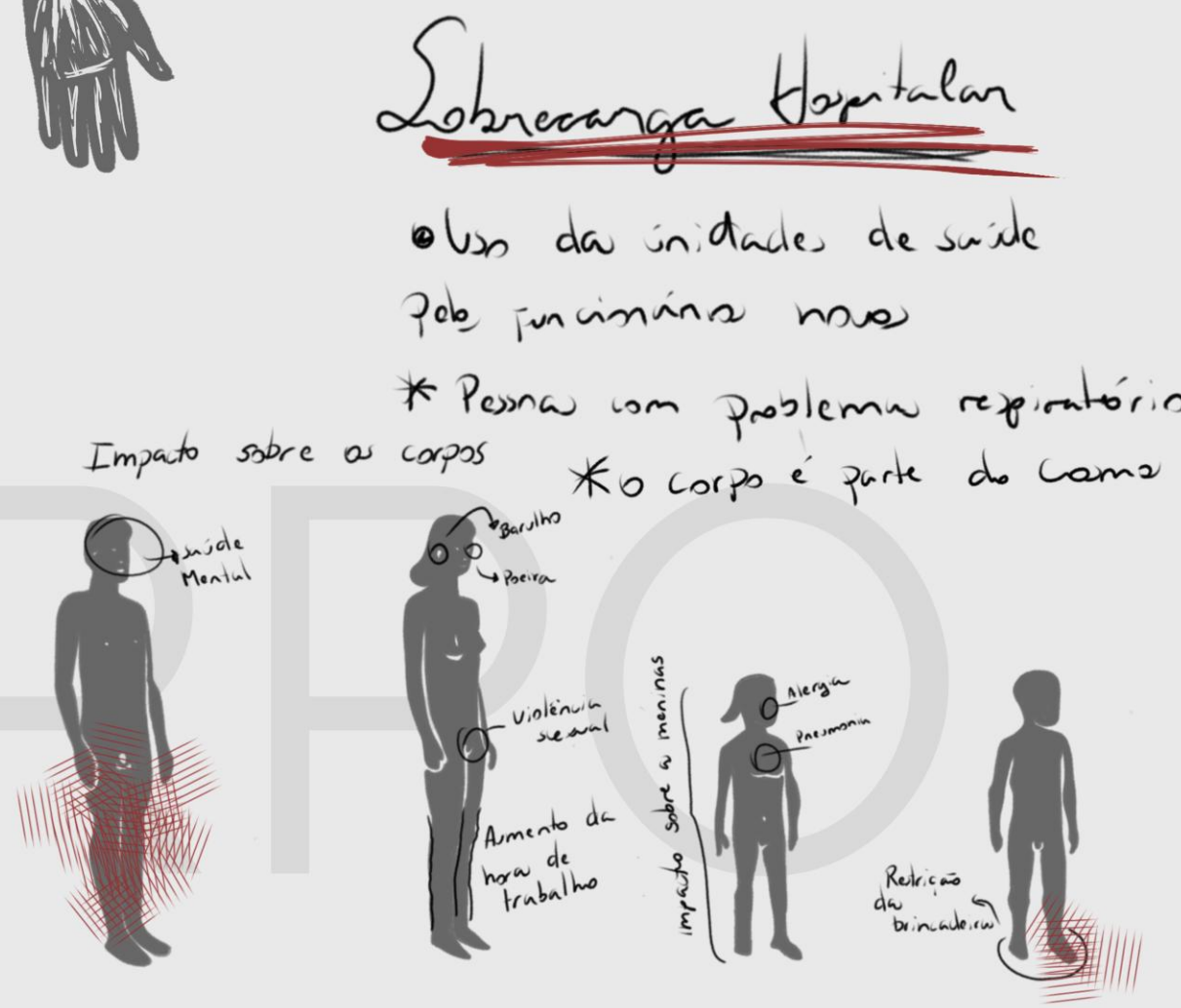
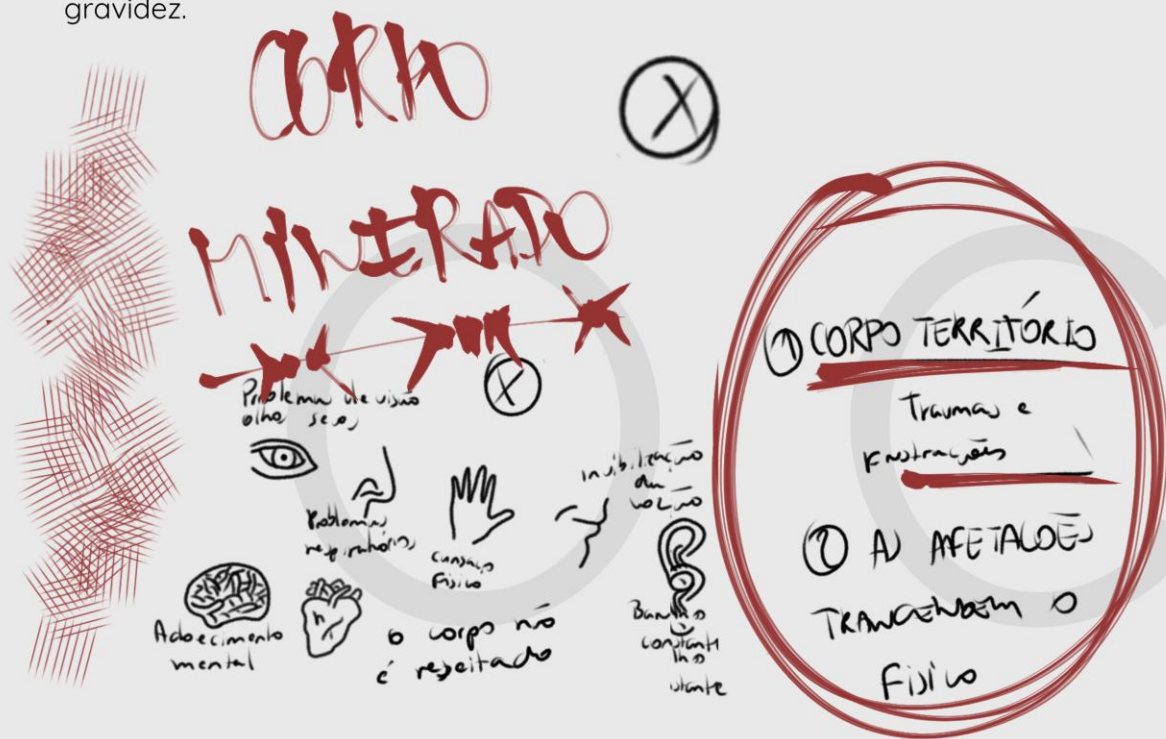




Figura 50 - Grupos culturais de Capelinha, expressando a cultura popular por meio de cantos e danças
Créditos: Marta Sampaio.

Considerações finais

A mineração de lítio como vem ocorrendo no Vale do Jequitinhonha, (assim como ocorre em outras regiões da América do Sul, especialmente no chamado “Triângulo do Lítio”), baseia-se em princípios neoextrativistas neoliberais. Esses megaempreendimentos, muitas vezes, superam em escala os próprios territórios atingidos, uma vez que se fundamentam em premissas macropolíticas que desconsideram o território, o que acaba evidenciando a herança colonial que herdamos. Tal modelo reitera discursos desenvolvimentistas que, há mais de 500 anos, prometem “avanço” e “progresso” em troca da exploração de recursos naturais.

Nesse contexto, é fundamental destacar que os jogos de narrativas se tornam cada vez mais intensos e agressivos em um mundo onde a informação circula de maneira rápida e cada vez mais truculenta. O bombardeamento de discursos hegemônicos e a imposição de “verdades” tornaram-se estratégias da dominação contemporânea. O Vale do Jequitinhonha tem sido diretamente impactado por essas narrativas dominantes, sendo reduzido à alcunha de “Lithium Valley”, sem qualquer consideração por sua dimensão cosmológica, sua configuração enquanto lar e sua relevância enquanto ecossistema natural.

A atuação do Estado nesse processo é notável e nem um pouco silenciosa. Pelo contrário, o governo tem assumido um papel ativo na promoção do território como mercadoria, evidenciado por ações como a do governador Romeu Zema ao apresentar o Vale como uma “oportunidade” na Nasdaq, reforçando a visão do território como uma unidade empresarial (O governador age como um vendedor na feira oferecendo o Vale como se fosse uma mercadoria). Esse incentivo estatal à construção de um “Vale do Lítio” também atrai grandes corporações internacionais, que utilizam discursos ambientalmente responsáveis para justificar e legitimar suas operações. A Sigma Lithium, principal empresa de mineração de lítio na região, emprega a retórica da “sustentabilidade” para se consolidar no território, naturalizando sua presença como necessária. No entanto, discursos como o da CEO da empresa, que expressa orgulho em transformar o Vale do Jequitinhonha no “Vale do Lítio”, evidenciam uma visão superficial e descontextualizada da realidade local. Ao fazer tal afirmação, a empresária desconsidera qualquer relação de afeto que as comunidades possuem com o território. Sua retórica parece pautada em uma visão egocentrada, na qual o ato de 'transformar' o Vale se sobrepõe à compreensão de que ele já possui uma existência própria, constituída por seus rios, suas casas, seus ecossistemas. O Vale não é um espaço a ser moldado de acordo com interesses externos, mas sim um território vivo, e que por si só é movimento de transformações.

A situação do Vale do Jequitinhonha guarda semelhanças com a realidade de outros territórios latino-americanos afetados pela mineração de lítio. Os conflitos por água, terra e território, somados ao embate narrativo entre progresso e extrativismo, colocam essas regiões sob o foco das grandes corporações transnacionais, muitas vezes associadas a violações de direitos humanos e degradação ambiental. No caso do Vale do Jequitinhonha, a pressão pelo avanço da mineração de lítio insere a região no centro da corrida global pelo mineral estratégico. No entanto, essa visibilidade internacional não se traduz em benefícios para as comunidades locais, que continuam sendo vistas apenas como espaços de extração, e não como territórios vivos e dinâmicos.

O título deste trabalho **“Na boca do lobo”** reflete essa realidade: as comunidades e o território estão submetidos a múltiplos riscos, agravados pela ausência de garantias estatais, uma vez que o próprio governo promove a venda da região como mercadoria. *Na boca do lobo* é assim que muitos povos e comunidades tradicionais se sentem, mais uma vez abocanhados pelo capitalismo e suas afetações. Os impactos emergem em diversas escalas, desde a violação de direitos básicos, como o acesso à água, até mudanças legislativas que favorecem a flexibilização das normas ambientais e fundiárias para facilitar a exploração do lítio.

Diante desse cenário, surge a necessidade de questionar para quem se destina o suposto “desenvolvimento” prometido. Historicamente, o Vale do Jequitinhonha já foi submetido a diferentes ciclos extrativistas, e, ao final de cada um, quando seus recursos se esgotavam, voltava a ser relegado ao estigma de “Vale da Miséria” e “atraso”, sendo responsabilizado pelos baixos indicadores socioeconômicos de Minas Gerais. Esse conflito histórico se intensifica quando lembramos que, em determinados períodos, o Vale teve papel central na economia nacional, como no ciclo do diamante, quando a

mineração em Arraial do Tejuco (atual Diamantina) sustentava grande parte da economia do Brasil colonial.

Assim, evidencia-se o caráter perverso de projetos como o que aqui analisamos. Esses empreendimentos promovem o apagamento das vozes das comunidades atingidas, desconsiderando suas reivindicações e impondo um modelo de desenvolvimento excludente e predatório.

O que foi apresentado neste trabalho é apenas um recorte de uma questão muito complexa. Neste estudo, buscamos desenvolver, em um primeiro momento, uma análise de como se deu a conformação do chamado “Vale do Lítio”. Procuramos observar a problemática e sistematizar informações sobre os impactos da mineração de lítio, desde a escala maior (América Latina) até a escala menor (Vale do Jequitinhonha). Um dos pontos mais conflituosos dessa questão é a falta de entendimento inicial que tínhamos, decorrente do processo muito acelerado em que o “Vale do Lítio” vem se desenvolvendo. Na segunda parte, aprofundamos a discussão sobre as afetações concretas que essa atividade tem provocado no Vale do Jequitinhonha, dando visibilidade às experiências e resistências das comunidades tradicionais locais. Concluimos que, mesmo diante de processos de expropriação, são as pessoas que concentram a força para lutar e resistir a quaisquer formas de dominação.

[...] o mesmo processo de desenvolvimento que é traçado aqui na região pelas empresas elas já se deram com a questão do eucalipto, ... na época de Irapé foi do mesmo jeitinho [...] **na época da colônia existia o tal do Cabral, que era Pedro, eu falo que nós tamo agora no Vale do Jequitinhonha com a segunda situação de ser colônia, e entra a figura do Cabral, é a Ana.** [...] (Entrevistado J.N apud Aguiar, 2024, p. 137, grifo nosso).

Ao lembrarmos de Bispo (2023), conseguimos pensar em territórios mais livres que deveriam ser reconhecidos e vividos como espaços de encontro, troca e permanência, e não como áreas destinadas à exploração mineral. Esses lugares poderiam se afirmar como feiras vivas, onde a comunidade se reúne desde cedo até o fim do dia. Ali não se trata apenas de comprar ou vender, mas de cultivar laços, trocar saberes, partilhar alimentos, reencontrar amigos, ouvir notícias e até brindar a vida com uma cachaça. Assim, esses territórios, que hoje sofrem com a pressão da mineração, deveriam florescer como espaços de convivência, memória e afeto, preservando modos de vida que celebram a coletividade e a dignidade do existir em comunidade.

Referências

A HISTÓRIA DO VALE DO JEQUITINHONHA. **Cadernos do Leste**, [S. l.], v. 8, n. 8, 2008. DOI: [10.29327/249218.8.8-3](https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/13086). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/13086>. Acesso em: 19 out. 2024.

ACOSTA, Alberto. **Extrativismo e neoextrativismo**: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira. Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ACSELRAD, Henri. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. 2018.

ACSELRAD, Henri. Cartografias sociais e território. 2018.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. 2009.

ACSERALD, Henri *et al.* **O que é justiça ambiental**. [S. l.]: Garamond Universitaria, 2009. 160 p. ISBN 978-85-7617-159-1.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA. Global EV outlook 2024: trends in electric vehicle batteries. 2024. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/global-ev-outlook-2024/trends-in-electric-vehicle-batteries>. Acesso em: 02 fev. 2025.

AGUIAR, Caroline Boletta de Oliveira *et al.* A ordem do discurso do desenvolvimento sustentável e o lítio verde. 2024.

ALVIM, Bruno Canongia Baeta. **ANÁLISE DE RISCO CLIMÁTICO EM LICENCIAMENTO MINERÁRIO: O CASO DA SIGMA LITHIUM NO VALE DO JEQUITINHONHA**. 2024. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ARÃOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. Editora Elefante, 2020.

ARAÚJO, Aline Da Silva. **Lithium valley brazil: considerações sobre a crescente demanda por lítio no brasil**. Anais do XV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94576>. Acesso em: 12 out. 2024

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Povos do Jequitinhonha denunciam impactos por exploração do lítio. *Assembleia Legislativa de Minas Gerais*, 5 jul. 2024. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Povos-do-Jequitinhonha-denunciam-impactos-por-exploracao-do-litio/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BAETA, Alenice Maria Motta; RAFAEL, Hugo Sales. ARQUEOLOGIA E TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO SERRO, ALTO VALE DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS- MINERAÇÃO QUE AMEAÇA LUGARES E SABERES TRADICIONAIS. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/arqueologia-e-territorios-quilombolas->

[no-serro-alto-vale-do-jequitinhonha-minas-gerais-mineracao-que-ameaca-lugares-e-saberes-tradicionais](#). Acesso em: 18 dez. 2024.

Boletta de Oliveira Aguiar, C., & Pontes Furtado, F. (2024). “Gênero é o Novo Meio Ambiente”: Perspectivas Ambientais e de Gênero na Mineração de Lítio para a Transição Energética no Brasil. *Homa Publica - Revista Internacional De Derechos Humanos Y Empresas*, 8(1), e:124. Recuperado a partir de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/HOMA/article/view/45102>

BRENTANO, Maria Lucia. UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE: A HERANÇA COLONIAL DA AMÉRICA LATINA - ENSAIOS DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DE STANLEY STEIN E BÁRBARA STEIN. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2, p. 111–124, 1983. DOI: 10.15448/1980-864X.1983.1-2.36355. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/36355>. Acesso em: 22 jan. 2025.

Capelinha - Minas da gente. [S.l.: s.n.], [s.d.]. 1 vídeo (duração não especificada). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g755Ho-VRCA>. Acesso em: 20 out. 2024.

CARITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS. **Comunidades do Vale do Jequitinhonha sofrem com impactos socioambientais da corrida do lítio**. *Caritas Brasileira Regional Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/comunidades-do-vale-do-jequitinhonha-sofrem-com-impactos-socioambientais-da-corrida-do-litio>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CARMO, Flávio F.; LANCHOTTI, Andressa O.; KAMINO, Luciana HY. Mining waste challenges: environmental risks of gigatons of mud, dust and sediment in megadiverse regions in Brazil. **Sustainability**, v. 12, n. 20, p. 8466, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12208466>. Acesso em: 06 dez. 2024.

CASTRO DE JESUS, Ana Beatriz; OLIVEIRA NETO, Thiago; ARAÚJO DA SILVA, Fredson Bernardino. BREVES REFLEXÕES SOBRE O TRIÂNGULO GEOPOLÍTICO DO LÍTIO SUL-AMERICANO. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 01 - 16, set. 2023. ISSN 2527-2349. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/3077>>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CATAIA, Marcio; DUARTE, Luciano. Território e energia: crítica da transição energética. **Revista da ANPEG**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/16356>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA [CEDEFES]. **Relação das comunidades quilombolas em Minas Gerais**. 2021. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/quilombolasdestaque/>. Arquivo consultado em 18 mai. 2025.

CHAGAS, Cibele Silva; CORRÊA, Thiago Henrique Barnabé. AS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DE JOSÉ BONIFÁCIO E A DESCOBERTA DO LÍTIO: UM CAMINHAR PELA HISTÓRIA DA CIÊNCIA. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/recm/article/view/4239>. Acesso em: 13 nov. 2024.

CHAVES, Mario Luiz de Sá Carneiro; DIAS, Coralie Heinis. Lítio em Minas Gerais: mineralogia, depósitos e estágios de geração de espodumênio na província pegmatítica oriental brasileira. **Terra e Didática**, Campinas, SP, v. 18, n. 00, p. e022040, 2022. DOI: 10.20396/td.v18i00.8671078. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8671078>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CRAMPTON, Jeremy, KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, Henri, org. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p.85-111.

DE JESUS, Ana Beatriz Castro; NETO, Thiago Oliveira; DA SILVA, Fredson Bernardino Araújo. BREVES REFLEXÕES SOBRE O TRIÂNGULO GEOPOLÍTICO DO LÍTIO SUL-AMERICANO. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 7, n. 2, p. 01-16, 2023.

DE OLIVEIRA, Cristiano *et al.* Sustentabilidade e transição energética: uma avaliação da política de incentivo econômico de produção de lítio “verde” no Vale do Jequitinhonha sob a ótica da Análise do Discurso. 2023.

DELGADO, Fernanda; STIER, Klaus Alexander de Freitas; CAMPOS, Casemiro. América do Sul no cerne da geopolítica dos renováveis: o caso do lítio. 2018.

DENES, G.; VASCONCELOS MAIA DO AMARAL, P. .; HERMETO CAMILO DE OLIVEIRA, . A. M. Análise do Impacto da Mineração no Desenvolvimento dos Municípios Mineiros e Paraenses, 2000-2010. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 416–439, 2022. DOI: 10.54766/rberu.v15i3.811. Disponível em: <https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/811>. Acesso em: 05 nov. 2024.

DINIZ, Raphael Fernando; MINÉ, Gisele de Oliveira; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. (Re)significação e (re)invenção cultural quilombola: as espacialidades afro-brasileiras do Conjunto da Marujada e do Grupo Curiango no Vale do Jequitinhonha/ MG. **GeoTextos**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 149-177, jul. 2014.

DOS SANTOS, Antônio Bispo; PEREIRA, Santídio. **A terra dá, a terra quer**. Ubu Editora, 2023.

DOS SANTOS, Renato Emerson. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-17, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2299>. Acesso em: 06 dez. 2024.

FARN – Fundación Ambiente y Recursos Naturales. Conservación de humedales altoandinos y una minería de litio ajustada a estándares sociales y ambientales. 2021. Disponível em: <https://farn.org.ar/documentos/conservacion-de-humedales-altoandinos-y-una-mineria-de-litio-ajustada-a-los-estandares-sociales-y-ambientales/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

FARN – Fundación Ambiente y Recursos Naturales. Construyendo verdades sobre el agua y el litio en los humedales altoandinos de la provincia de Jujuy. Buenos Aires, 2023. Disponível em: <https://farn.org.ar/wp-content/uploads/2023/12/Construyendo-verdades-sobre-el-agua-y-el-litio-en-Jujuy.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

FARN – Fundación Ambiente y Recursos Naturales. Estudio de los recursos hídricos y el impacto por explotación minera de litio. Buenos Aires, 2019. Disponível em: <https://farn.org.ar/wp-content/uploads/2019/06/Informe-hidrico-Salinas-Grandes.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

FRESSOZ, Jean-Batiste. POUR UNE HISTOIRE DÉSORIENTÉE DE L'ÉNERGIE. **25èmes Journées Scientifiques de l'Environnement-L'économie verte en question**, [s. l.], 6 mar. 2014. Disponível em: <https://hal.science/hal-00956441/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FURTADO, Júnia Ferreira. A história do Vale do Jequitinhonha. **Cadernos do LESTE**, 2009.

GARDNER, Ana Cabral. É uma honra transformar o Vale do Jequitinhonha no Vale do Lítio. Revista Mineração e Sustentabilidade, Brasil 2022. Disponível em <https://revistamineracao.com.br/2022/09/20/e-uma-honra-transformar-o-vale-do-jequitinhonha-no-vale-do-litio/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

GÖBEL, Barbara. La minería del litio en la Puna de Atacama: interdependencias transregionales y disputas locales. **Iberoamericana: América Latina; España; Portugal**: 49, 1, 2013, p. 135-149, 2013. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/363>. Acesso em: 13 jan. 2025.

GONZÁLEZ, Axel Bastián Poque. Transição energética para a sustentabilidade no Chile e no Brasil: Oportunidades e desafios decorrentes da pandemia por Covid-19. **Latin American Journal of Energy Research**, v. 8, n. 1, p. 1-21, 2021.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. **Tempo Brasileiro**. N. 92/93, pp.69 82.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUATELLI, Caio. *Mineração de lítio adoece comunidades do Vale do Jequitinhonha*. Mongabay Brasil, 8 nov. 2024. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2024/11/mineracao-de-litio-adoece-comunidades-do-vale-do-jequitinhonha/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>. Acesso em 01 jul. 2025.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial. **São Paulo: UNESP**, 2006..

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confin[s] [online]**, v. 5, p. 2-24, 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5e94/cd9f63f3eb787036ea2c83f8be371c3b92bb.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

HEIDER, M. **Inmine. Mapa da Mina 2024. Os principais projetos de exploração e produção mineral do Brasil**. Cenário do Lítio no Brasil. Publicado em 23 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.inthemine.com.br/site/cenarios-do-litio-no-brasil/>. Acesso em: 08 jan. 2025.

HEIDER, Mathias. Cenários do lítio no Brasil. *Revista In The Mine*, 23 ago. 2020. Disponível em: <https://www.inthemine.com.br/site/cenarios-do-litio-no-brasil/>. Acesso em: 27 dez. 2025.

Herculano, Selene (2006). “Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental”. **I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental**, Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006.

INBEC. *O que são as Greentechs?* INBEC, 7 dez. 2023. Disponível em: <https://inbec.com.br/blog/o-que-sao-greentechs>. Acesso em: 14 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). *Diretores do IBRAM participam do lançamento do Instituto Lítio Verde*. IBRAM, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/diretores-do-ibram-participam-do-lancamento-do-instituto-litio-verde/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Reprimarização no território brasileiro. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 19, 2020.

LEFÉBVRE, H. **A produção do espaço**.2006.

LIBA, Claudia Maria; ROCHA, Hellen; CASTRO, Mary Lobas de. Mineração de lítio, percep-ção ambiental em Divisa Alegre-MG: desenvolvi-mento para quem?. Mogi das Cruzes: Universidade de Mogi das Cruzes, 2021. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/22/arquivos/53.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

LIMA, Camila da Costa. Produção cerâmica do Vale do Jequitinhonha: tradições, técnica e processos. In: 23º ENCONTRO DA ANPAO – “ECOSSISTEMAS ARTÍSTICOS”. 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, p. 2475-2488, 2014.

MARTINS, Edvaldo Rodrigues; PEREIRA, Laurindo Mékie. O lugar da pobreza e do atraso na construção social do Vale do Jequitinhonha. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 25, n. 1, p. 192-205, 2019.

MATTOS, I. M. de. A Presença dos Aranãs nos Registros Históricos. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, Brasil, v. 3, n. 1, p. 41–79, 2008. DOI: 10.18224/hab.v3.1.2005.41-79. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/213>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MENDES, Palestra Ulisses. Artesanato e cultura no Vale. In: [NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel]. **Vale do Jequitinhonha**: cultura e desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012. pp. 94-107.

MESQUITA, André Luiz. Mapas Dissidentes: proposições sobre um mundo em crise (1960-2010). 2014.

MILANEZ, B. . ECONOMIAS EXTRATIVAS E DESENVOLVIMENTO: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS. **GEOgraphia**, v. 23, n. 51, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/50163>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MINAS GERAIS. Governo de Minas realiza lançamento mundial do projeto Vale do Lítio. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-realiza-lancamento-mundial-do-projeto-vale-do-litio> Acesso em: 31 jan. 2025.

MIRANDA, Leonardo Caetano. Nos Caminhos do Vale: O (des) envolvimento no Jequitinhonha. 2013.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Extração de lítio ameaça água e famílias da região do Vale do Jequitinhonha, em MG. *Movimento dos Atingidos por Barragens*, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://mab.org.br/2020/06/22/extracao-de-litio-ameaca-agua-e-familias-da-regiao-do-vale-do-jequitinhonha-em-mg/>. Acesso em: 01 mar. 2025.

Mulheres do Vale do Jequitinhonha mudaram a história do local. [S.l.: s.n.], [s.d.]. 1 vídeo (duração não especificada). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rqSvQCmHMZ8>. Acesso em: 15 dez. 2025.

NEXO JORNAL. As preocupações em torno da exploração no 'Vale do Lítio'. *Nexo Jornal*, 6 jul. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2024/07/06/as-preocupacoes-em-torno-da-exploracao-no-vale-do-litio>. Acesso em: 11 mar. 2025.

NOLASCO, Janaina Fonseca. Investimento Estrangeiro Direto Chinês no Triângulo do Lítio: Dependência, Imperialismo e Hegemonia. 2022.

OLIVEIRA, Marina Paula. O avanço da exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha (MG) e a reprodução das desigualdades e dependências internacionais: avance de la minería del litio en el Valle de Jequitinhonha (MG) y la reproducción de las desigualdades y dependencias internacionales. **Carta Internacional**, v. 19, n. 1, p. e1416-e1416, 2024.

ORANGOTANGO (Ed.). **This is not an atlas: a global collection of counter-cartographies**. transcript Verlag, 2018.

OUTLOOK, IEA Global EV. Moving towards increased affordability. **International Energy Agency**: Paris, France, p. 174, 2024.

PAES, Vinicius José de Castro *et al.* O" Projeto Avaliação do Potencial do Lítio no Brasil" na Província Pegmatítica Oriental do Brasil: o Serviço Geológico do Brasil-CPRM fomentando a pesquisa mineral. 2023.

PAES, Vinicius José de Castro *et al.* **AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DO LÍTIO NO BRASIL: ÁREA DO MÉDIO RIO JEQUITINHONHA, NORDESTE DE MINAS GERAIS**. [S. l.: s. n.], 2016. ISBN 978-85-7499-283-9. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/17451>. Acesso em: 23 jan. 2025.

PAIVA, Adriano Toledo; BICALHO, Gisele Aparecida. Identidades quilombolas no municÂpio de Capelinha, Minas Gerais Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 242, 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2018/04/identidades-quilombolas-brasil.html/hdl.handle.net/20.500.11763/oel1804identidades-quilombolas-brasil>. Acesso em: 22 out. 2024.

PARK, Shawn *et al.* EV battery makers. **Charging the car of tomorrow**, Deutsche Bank. **Markets Research**, 2016.

PASSOS, Flora d'El Rei Lopes; MARQUES, Monique Sanches. Das expulsões às resistências: os reassentamentos coletivos e territórios atingidos pela mineração em Mariana/MG.

PRAGIER, Deborah; NOVAS, Mariano A.; CHRISTEL, Lucas G. Comunidades indígenas y extracción de litio en Argentina: juridificación y estrategias de acción. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**, n. 72, p. 79-96, 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez 2010, p. 84-130

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Racismo Ambiental às Comunidades Quilombolas. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. Bauru, v. 4, n. 2, p. 129-141, jul./dez., 2016

REIS, Julio Cesar; SILVA, Harley. Mineração e desenvolvimento em Minas Gerais na década 2000-2010. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 18, n. 3, dez. 2015. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2076>>. Acesso em: 27 fev. 2025. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v18i3.2076>.

REVISTA GALILEU. Tabela periódica mostra quais elementos vão desaparecer no futuro. *Revista Galileu*, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/01/tabela-periodica-mostra-quais-elementos-vao-desaparecer-no-futuro.html>. Acesso em: 03 mar. 2025.

RIBEIRO, Maria Teresa F. Arte e vida no Vale: a prontidão dos homens lentos. In: [NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel]. **Vale do Jequitinhonha**: cultura e desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012. pp. 72-81.

RODRIGUES MARTINS, E.; MÉKIE PEREIRA, L. O LUGAR DA POBREZA E DO ATRASO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO VALE DO JEQUITINHONHA. **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 192–205, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/192>. Acesso em: 01 dez. 2025.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; PADULA, Raphael. Por uma geoestratégia do triângulo do lítio sul-americano. **REI-Revista de Estudos Internacionais**, v. 8, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/3043>. Acesso em: 21 jan. 2025.

RODRIGUES, Gabriel; OLIVEIRA, Nubya; NASCIMENTO, Simon. *Avanço da mineração de lítio no Jequitinhonha aumenta demanda hospitalar em 30%*. O Tempo, Araçuaí, 23 jun. 2025. Disponível em <https://www.otempo.com.br/especiais/litio-o-novo-ouro-de-minas/2025/6/23/avanco-da-mineracao-de-litio-no-jequitinhonha-aumenta-demanda-hospitalar-em-30>. Acesso em: 05 ago. 2025.

ROMAGNOLI, R. C.. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 166–173, maio 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zdCCTKbXYhdVYL4VS8cXWh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2024.

ROMEIRO, Júlio Cezar Pimenta; PEDROSA-SOARES, Antônio Carlos. Controle do minério de espodumênio em pegmatitos da Mina da Cachoeira, Araçuaí, MG. **Geonomos**, 2005. DOI: <https://doi.org/10.18285/geonomos.v13i1e2.137>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistageonomos/article/view/11560>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SANTOS, Lilian Maria. “Nem tão escravos, mas também nem tão libertos”: a memória no processo de luta e resistência na defesa do lugar. 2020. Tese de Doutorado.

SERVILHA, M. de M. Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região. **Vale do Jequitinhonha: cultura e desenvolvimento**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, p. 22-50, 2012.

SOUSA, Ana Cristina. Mulheres do Jequitinhonha: um diálogo entre arqueologia, história e antropologia. **Revista de Arqueologia**, 19:9-28, 2006.

SOUZA, Dimas Antônio de. Lítio no Jequitinhonha: mais exploração para elites estrangeiras. *Brasil de Fato*, 24 maio 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/vela-no-breu/2023/05/24/litio-no-jequitinhonha-mais-exploracao-para-elites-estrangeiras/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SOUZA, Michelly Oda. Vale do Lítio: a região no interior de MG que despertou o interesse de empresas estrangeiras. *G1 Grande Minas*, 4 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2024/08/04/vale-do-litio-a-regiao-no-interior-de-mg-que-despertou-o-interesse-de-empresas-estrangeiras.ghtml>. Acesso em: 07 mar. 2025.

SOUZA, V. M. de; CHAVES, F. R.; SILVA, E. A. da; SANTANA, O. M. A mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha: impactos econômicos, socioambientais e geopolíticos. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 7, p. e8628, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.7-321. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8628>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SULZBACHER, A. W.; FERNANDES, L. C.; ALMEIDA, C. S. “NAS MINAS, A TERRA VALE OURO” QUESTÃO AGRÁRIA E MINERAÇÃO NO VALE DO JEQUITINHONHA (MINAS GERAIS, BRASIL) / “In the mines, the land is worth gold” agrarian issue and mining in the Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brazil). **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 59, p. 393–417, 2021. DOI: 10.47946/rnera.v0i59.8754. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8754>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SULZBACHER, Aline Weber *et al.* POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO FRONT COM A MINERAÇÃO NO JEQUITINHONHA: ANÁLISE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS. **X SINGA**, [s. l.], 2023.

SULZBACHER, Aline Weber; LAGE, Nilmar; LOPES, Lucas Samuel. Mineração e questão agrária no Vale do Jequitinhonha: análises a partir do garimpo tradicional. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 36 Jul., p. 400–429, 2020. DOI: [10.14393/RCT153616](https://doi.org/10.14393/RCT153616). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/53223>. Acesso em: 25 fev. 2025.

TEIXEIRA JR., Sérgio. *Como Minas Gerais quer criar o Vale do Lítio*. Capital Reset, 10 maio 2023. Disponível em: capitalreset.uol.com.br. Acesso em: 10 jan. 2025.

TOMIATO, Caio *et al.* A CORRIDA PELO LÍTIO: IMPLICAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA.

VIGLIO, Eduardo Paim. Lítio no Brasil: Aspectos geológicos, tecnológicos e mercadológicos deste novo mineral estratégico. 2024.

VOZES DA TERRA. *Documentário*. Direção: João Silva. São Paulo: Terra Filmes, 2022. 1 vídeo (12 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/vozesdaterra>. Acesso em: 6 ago. 2025.

XERRI, Bibiana IG; XERRI, Eliana G. O DESAFIO DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO DO TRIÂNGULO DO LÍTIO. In: **IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE COIMBRA: UMA VISÃO TRANSDISCIPLINAR**. 2023. p. 10.

XERRI, Bibiana. Neoextrativismo no triângulo do lítio, alterações ambientais e lutas comunitárias. **PARADIGMA**, p. e2025006-e2025006, 2025.

XERRI, Bibiana. Neoextrativismo no triângulo do lítio, alterações ambientais e lutas comunitárias. **PARADIGMA**, Maracay, v. 46, n. 1, p. e2025006, 2025. DOI: 10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2025.e2025006.id1597. Disponível em: <https://revistaparadigma.com.br/index.php/paradigma/article/view/1597>. Acesso em: 05 mar. 2025.

Moassab, A. (2021). A invisibilidade das religiões afro-brasileiras nos estudos de arquitetura. In A. Moassab, M. Santos, R. Rugeri, & T. Bastos (Eds.), *Dicionário de Arquitetura de Terreiros: a partir do Ilê Asé Oju Ogún Funmilaiyió em Memória de Mãe Marina de Ogún* (Vol. 2). Foz do Iguaçu: EDUNILA. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://dspace.unila.edu.br/items/68bdb619-0249-4540-8bbf-f377955cb839>